

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**ELIAS MARTINS DUARTE**

**AS BASES DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA E A ESCOLA NOVA NO MARANHÃO  
(1920-1930)**

São Luís

2024

**ELIAS MARTINS DUARTE**

**AS BASES DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA E A ESCOLA NOVA NO MARANHÃO  
(1920-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos.

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Martins Duarte, Elias.

AS BASES DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA E A ESCOLA NOVA NO  
MARANHÃO 1920-1930 / Elias Martins Duarte. - 2024.

144 p.

Orientador(a): Samuel Luis Velázquez Castellanos.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,  
2024.

1. Escola Adventista maranhense. 2. Escola Nova. 3.  
Práticas e Saberes. 4. Primeira República. I. Luis  
Velázquez Castellanos, Samuel. II. Título.

**ELIAS MARTINS DUARTE**

**AS BASES DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA E A ESCOLA NOVA NO MARANHÃO  
(1920-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos (Orientador)  
Doutor em educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (Avaliador externo)  
Doutora em Educação  
Universidade Tiradentes

---

Prof. Dr. César Augusto Castro (Avaliador interno)  
Doutor em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Nome do professor (Avaliador suplente)  
Doutor em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

Dedico esse trabalho a meu filho João de Almeida Duarte e a minha esposa Pâmila Thais de Almeida Duarte.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela dádiva da vida e pelas inúmeras oportunidades que Ele coloca em meu caminho. Sua orientação e proteção têm sido fundamentais em minha jornada acadêmica, sobretudo na minha vida pessoal.

Expresso minha profunda gratidão a minha família, verdadeiros pilares em minha vida. Aos meus pais, Francisco das Chagas Andrade Duarte e Maria Raimunda Martins Duarte, e irmão, Davi Martins Duarte, cujo incentivo constante e apoio inabalável foram essenciais para minha formação e crescimento. Agradeço também à minha esposa, Pâmila Thais de Almeida Duarte e nosso filho, João de Almeida Duarte, cujo amor incondicional e encorajamento constante foram meu porto seguro durante os momentos desafiadores da pesquisa.

Não posso deixar de reconhecer o papel fundamental do professor Samuel Luis Velázquez Castellanos em minha trajetória acadêmica. Sua paciência, dedicação incansável e habilidade excepcional de transmitir conhecimento foram inspiradores e transformadores. Sou grato por sua orientação e por seus esforços que me possibilitaram compreender e aplicar o conhecimento na pesquisa acadêmica. Lembro-me que logo no início pensei em desistir do objeto, mas o professor Samuel me desafiou a seguir, nessa e outras circunstâncias eu pude notar sua preocupação tanto com a pesquisa quanto com minha formação como pesquisador.

Agradeço aos amigos feitos no NEDHEL, professores e amigos pesquisadores, cito por nome alguns que representam o esforço e amizade que compartilhamos, Ana Carolina por sempre me ajudar com sua experiência com a pesquisa documental e Claudio Magno por me indicar caminhos que me auxiliaram na execução da pesquisa. Cito também os professores Cesar Augusto e a professora Diana Rocha que sempre me auxiliaram quando necessitei e precisamente pelos encontros do NEDHEL que para mim sempre foram enriquecedores.

Agradeço aos amigos e irmãos em Cristo pelas orações em especial a quatro amigos: Hilton Cesar, que como historiador por formação, professor por ofício e pesquisador por dedicação sempre me auxiliou com preciosos insights e materiais, além de outros três amigos de ministério, os pastores Adalberto, no qual me espelho por sua dedicação acadêmica, Leilson Albuquerque pela sua amizade, influência e serviços prestados à educação adventista no Maranhão como gestor escolar e Daniel Régis e sua esposa Sara Régis pelo apoio, inventivo e motivação no processo da pesquisa.

Por fim, expresso minha gratidão a todos os amigos e entes queridos que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada, oferecendo apoio moral e encorajamento em todos os

momentos. Mesmo não conseguindo citar o nome de todos, saibam que cada um de vocês desempenhou um papel fundamental neste processo, e por isso sou imensamente grato.

Todos os seus filhos serão ensinados pelo  
SENHOR e será grande a paz dos seus filhos.  
Isaías 54:13.

## RESUMO

A última década da primeira república representou um período de significativas mudanças em diversos setores da sociedade devido a profundas transformações políticas, econômicas e sociais, seja pelas instabilidades e turbulências, seja pela esperança de se renovar as instituições; período em que o ensino tradicional sofre variações em função de uma escola nova que propôs novo modelo de escolarização correspondente às novas necessidades e especificidades do homem moderno. Problematiza-se neste estudo, que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA e inserido na linha de pesquisa História, Políticas Educacionais, Trabalho e Formação humana, em que medida os ideais da escola nova no Brasil fizeram ressonância nos primórdios da educação adventista no Maranhão, uma vez que a difusão de escolas primárias de dita ordem no período por todo o país é evidente, segundo os sinais que marcaram sua instauração entre 1920-1930? Objetiva-se compreender o nível de ressonância dos ideais da escola nova nos primórdios da educação adventista no Maranhão, em função de aspectos correlatos identificados, ao garimpar-se indícios do projeto educacional adventista no Maranhão e elencar-se aspectos que incidiram na sua tardia operacionalização, além da identificação de ideais da escola nova que possam ter interferido na sua institucionalização como cultura escolar específica. Utilizam-se os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e se sustenta a análise na discussão de seus no três eixos indissociáveis, tendo as pesquisas bibliográfica e a documental como suportes: pela primeira, avalia-se a relação possível entre a escola nova e a escola adventista, a partir da categoria *figuração* de Elias (2001) e do *modelo polemológico* de Certeau (1998); pela segunda, garimpa-se dados da *Revista Mensal* (1908-1931), principal veículo de imprensa dos adventistas no período, e dos jornais *O Imparcial* (1926-1946), o *Diário de São Luís* (1920-1949) e o *Pacotilha* (1910-1938). Os resultados da pesquisa indicam que o cenário educacional no Maranhão durante o período refletia as práticas inovadoras da Escola Nova que em outros contextos havia possibilitado que a Escola Adventista, que compartilhava ideais semelhantes, se estabelecesse mais facilmente; porém apesar da convergência destes princípios, o estabelecimento da escola adventista no Maranhão enfrentou outros desafios devido à necessidade de uma estrutura organizacional específica. Conclui-se que após um período de preparação, os adventistas conseguiram integrar com sucesso suas práticas educacionais, evidenciando a complexidade na implementação de projetos educacionais em contextos históricos diversos.

**Palavras-chave:** Escola Adventista maranhense; Escola Nova; práticas e saberes; Primeira República.

## ABSTRACT

The last decade of the first republic represented a period of significant changes in various sectors of society due to profound political, economic, and social transformations, whether due to instabilities and turbulence, or due to the hope of renewing institutions; period in which traditional education undergoes variations due to a new school that proposed a new schooling model corresponding to the new necessities and specificities of modern man. This study, which is linked to the Postgraduate Program in Education at UFMA and inserted in the line of research History, Educational Politics, Work and Human Training, problematizes the extent to which the ideals of the new school in Brazil resonated in the beginnings of Adventist education in Maranhão, since the spread of primary schools of this type throughout the country during this period is evident, according to the signs that marked their establishment between 1920-1930? The objective is to understand the level of resonance of the ideals of the new school in the beginnings of Adventist education in Maranhão, based on related aspects identified, by searching for requests from the Adventist educational project in Maranhão and listing aspects that affected its late operationalization, in addition to identifying ideals of the new school that may have interfered with its institutionalization as a specific school culture. The theoretical-methodological assumptions of Cultural History are used and the analysis is supported by the discussion of its three inseparable axes, with bibliographical and documentary research as supports: firstly, the possible relationship between the new school and the Adventist school, based on the *figuration* category of Elias (2001) and the *polemological model* of Certeau (1998); for the second, data is collected from *Revista Mensal* (1908-1931), the main press vehicle for Adventists in the period, and from the newspapers *O Imparcial* (1926-1946), *Diário de São Luís* (1920-1949) and *Pacotilha* (1910-1938). It is concluded that the educational scenario in Maranhão during the period reflected the innovative practices of the Escola Nova that in other contexts had enabled the Adventist School, which shared similar ideals, to establish itself more easily; however, despite the convergence of these principles, the establishment of the Adventist school in Maranhão faced other challenges due to the need for a specific organizational structure. After a period of preparation, Adventists can successfully integrate their educational practices, highlighting the complexity in implementing educational projects in different historical contexts.

**Keywords:** Maranhão Adventist School; New school; practices and knowledge; First Republic

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Figurações.....	35
Figura 2- Tipo de seção da revista.....	41
Figura 3- Seção Educação Cristã.....	42
Figura 4- Seção Instrução Cristã.....	49
Figura 5- Escola primária de palmares.....	52
Figura 6- Modelo polemológico.....	85
Figura 7- Relatórios da colportagem do Maranhão em 1920.....	89
Figura 8- Dados da presença adventista no Maranhão em 1920.....	90
Figura 9- Uso de objetos escolares.....	117

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Autores da seção Educação/instrução cristã.....	45
Quadro 2- Ideais da Escola Tradicional e Escola Nova em contraste.....	58
Quadro 3- Ideais da escola tradicional, escola nova e Escola Adventista em Contraste.....	75
Quadro 4- Adventistas no Maranhão (1920-1930) .....	108

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Escolas adventistas no Brasil (1900-2011) .....	47
--	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO: início de um trajeto</b> .....	14
<b>1.1</b>	<b>A problemática da investigação</b> .....	15
<b>1.2</b>	<b>Objetivos geral e específicos</b> .....	19
<b>1.3</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b> .....	23
<b>1.4</b>	<b>Estrutura do trabalho</b> .....	29
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO ADVENTISTA E ESCOLA NOVA NO BRASIL (1920-1930): década da renovação educacional</b> .....	33
<b>2.1</b>	<b>A Educação adventista no Brasil (1920-1930): tempo de expansão</b> .....	35
<b>2.2</b>	<b>O movimento Escola Nova no Brasil (1920-1930): debates por renovação e modernização</b> .....	57
<b>2.3</b>	<b>A Escola Nova e a Escola Adventista: confluências de saberes e práticas</b> .....	70
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO ADVENTISTA E A ESCOLA NOVA NO MARANHÃO: bases e influências (1920-1930)</b> .....	83
<b>3.1</b>	<b>Educação Adventista no Maranhão: indícios do seu surgimento</b> .....	86
<b>3.3</b>	<b>Ressonância do movimento Escola Nova na Educação Adventista no Maranhão</b>	111
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	126
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	131
	<b>ANEXO A – Como organizar uma escola paroquial</b> .....	140
	<b>ANEXO B – Evolução da Revista Mensal</b> .....	142
	<b>ANEXO C – Fotografias de Escolas Adventistas de ensino primário no Brasil (1920-1930)</b> .....	143

## **1 INTRODUÇÃO:** início de um trajeto

A última década da Primeira República demonstrou-se um período de muitas transformações para a sociedade brasileira, mudanças essas de ordem política, social, cultural, administrativa, legal, ideológica, industrial e, provavelmente as mudanças que mais refletiram o espírito foram as de caráter educacional. Este período foi marcado por um novo olhar e a busca de novas soluções para antigos problemas; novo olhar que trouxe naturalmente uma perspectiva de esperança e uma nova face à nação brasileira. Nesse cenário, falando do campo da instrução, está situado nosso objeto de estudo: *A educação adventista e sua intersecção com o movimento da escola nova.*

O movimento conhecido como escola nova foi uma iniciativa em prol da renovação da instrução que se iniciou nos Estados Unidos e na Europa a meados do século XIX e chegou ao Brasil como resultado das preocupações de intelectuais com a instauração de um novo modelo de instrução. Essas mudanças em prol de uma educação nova, entraram em rota de colisão com a pedagogia tradicional que ideava a formação do ser humano longe do material e do social, assim esta proposta de renovação girava em torno de questões científicas e políticas (Monarcha, 2009), além de criticar o modelo tradicional, ao propor a criação de uma escola única, laica, gratuita, obrigatória e coeducativa (Martins, 2009).

É mister lembrar que a Escola Adventista se originou no contexto histórico da efervescência do início do debate sobre novas ideias nas diferentes áreas do conhecimento e, especialmente sobre a instrução (Confederação..., 2010). Dita educação nasce, se desenvolve e encontra seu lugar na sociedade em meio a esse cenário de transformações, como uma instituição de caráter privado, confessional e denominacional; escola que propunha uma formação baseada nos princípios cristãos e que fosse instrumento para o desenvolvimento integral dos alunos.

No cenário nacional, a década de 1920 foi marcada por uma ampla discussão nos estados brasileiros sobre modernização e reformulação educacionais. Discussão que se desenvolveu a partir dos ideais da escola nova (Martins, 2009); década que representou uma nova forma de enxergar e encarar os problemas nesse âmbito. Assim, os ideais escolanovistas se sustentaram em um conjunto de princípios que objetivava rever as configurações tradicionais do ensino (Monarcha, 1990); nova forma de pensar a instrução pública que influenciou também a maneira como outras instituições de iniciativa privada desenvolveram suas escolas.

Nessa mesma época, chegava ao Maranhão a Igreja Adventista do Sétimo Dia, especificamente em 1920, com a chegada dos primeiros representantes no Estado. A sua história

é marcada por um projeto institucional e denominacional por meio do estabelecimento de Igrejas e de escolas primárias, acontecendo assim nos Estados Unidos (Knight, 2015) e no Brasil (Menslin, 2015) — ambos no século XIX. No Maranhão, a história parece um pouco distante do padrão, pois a primeira escola primária foi fundada em São Luís apenas em 1943; 23 anos, depois dos primeiros adventistas chegarem a terras maranhenses. Porém, é necessário um olhar mais seletivo para encontrarmos indícios que precederam seu estabelecimento na primeira década da presença adventista no Maranhão e a influência sofrida pelo ideário da época, especialmente dos ideais escolanovistas.

### **1.1 A problemática da investigação**

O movimento de renovação da educação brasileira foi provavelmente o fenômeno mais significativo das primeiras décadas do século XX no campo. Dessa forma, todas as instituições de ensino que surgiram e se desenvolveram na época, foram de alguma forma influenciadas e só podem ser avaliadas historicamente à luz do Movimento Escola Nova. Em termos gerais, as próprias origens da Educação Adventista nos Estados Unidos, que levantavam a proposta de uma educação longe dos padrões da pedagogia tradicional, foram profundamente marcadas pelo início das discussões do Movimento Escola Nova em terras norte-americanas.

Por conseguinte, nossa problemática se sustenta na necessidade de compreendermos em que medida os ideais da Escola Nova no Brasil fizeram ressonância nos primórdios da educação adventista no Maranhão, uma vez que a difusão de escolas primárias de dita ordem no período por todo o país é evidente, segundo os sinais que marcaram sua instauração entre 1920-1930? Levando-se em conta tanto a perspectiva nacional quanto o contexto maranhense, se faz necessário pontuar que o Movimento Escola Nova, nessa década, não era um corpo devidamente organizado e monolítico, mas representava uma proposta educacional de renovação das estruturas da instrução pública, e se demonstrou o grande elemento articulador de todas as movimentações educacionais no período em solo brasileiro (Menslin, 2015).

Portanto, as questões norteadoras serão organizadas da seguinte forma.

- 1) Como funcionavam as escolas adventistas de ensino primário na última década da primeira república no Brasil?
- 2) Que sinais marcaram a instauração da educação adventista no Maranhão no período?
- 3) Quais as razões da sua tardia operacionalização?

4) Quais ideais da escola nova circulavam no Maranhão e de que forma fizeram ressonância no estabelecimento da educação adventista?

No tocante à primeira questão, tratamos do cenário nacional da Educação Adventista, para compreendermos como funcionavam ditas escolas de ensino primário na última década da primeira república, visto que no período se experimentou um momento único na sua recente história, um estágio de expansão e abertura nacional, na medida em que várias escolas primárias foram estabelecidas no Brasil, seguindo o modelo institucional provindo dos Estados Unidos; espaços de instruir e educar as crianças nos seus princípios religiosos, estrutura denominacional que se fortalecia, já que se fundamentava no estabelecimento de três instituições: a religiosa, com a abertura de congregações locais; a médico-missionária, com a instauração de hospitais e, a educacional, com a organização de escolas primárias (Schwarz; Greenleaf, 2009).

Quanto à segunda, nos concentramos em captar e entender os sinais que marcaram a sua instauração no período, uma vez que a maioria dos relatos são apresentados com viés positivista, no esforço em apurar-se fatos, sem tampouco ter um compromisso firmado com o exame preciso e crítico dos detalhes históricos levantados (Collingwood, 1946). Esse paradigma historiográfico localiza o início da Educação Adventista no Maranhão a partir de 1943, quando a primeira escola primária foi estabelecida, mas esse posicionamento é insuficiente. Deste modo, é possível verificar-se vestígios do projeto educacional adventista no Maranhão, partindo da suposição de que no Brasil tais escolas eram frequentemente estabelecidas de forma simultânea e, por vezes, antecediam o início das atividades de congregações locais<sup>1</sup>. Isso implica analisar os registros das atividades religiosas que tiveram início no estado a partir de 1920, uma vez que, com a chegada do adventismo no Maranhão no período via trabalho destas congregações, é possível encontrar sinais de um projeto educacional em andamento.

As razões da sua tardia operacionalização são compreensíveis, em virtude do projeto institucional e denominacional da Igreja Adventista, já que o estabelecimento de escolas primárias tinha papel preponderante para a prosperidade da estrutura organizacional da igreja (Greenleaf, 2011). Nos Estados Unidos foi organizada formalmente em 1863, e 9 anos depois, a primeira escola primária foi estabelecida em 1872. No Brasil o processo aconteceu de maneira mais rápida, já que naturalmente a denominação estava institucionalmente mais estabelecida. Se a chegada do adventismo se deu em 1890, apenas em 6 anos fora inaugurada a primeira escola primária em Curitiba; processo que também é visto de maneira ágil em outros estados

---

<sup>1</sup> Revista Mensal, v. 20, n. 6, p. 10, jun. 1925.

brasileiros, especialmente nas regiões sul e sudeste. Porém, no Maranhão, o processo parece ter regredido em muito, já que os primeiros adventistas chegaram em 1920, e somente em 1943 foi inaugurada formalmente a primeira escola em São Luís; isto é, 23 anos depois do advento dos primeiros representantes ao Estado.<sup>2</sup>

Por fim, com respeito aos ideais da Escola Nova e a sua provável ressonância no estabelecimento da educação adventista, pela análise das fontes entendemos que estes dois movimentos se desenvolveram de maneira concomitante, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil, já que ambas as trajetórias se entrelaçam na tessitura do tempo, na medida em que movimentos em busca de renovação escolar nos estados brasileiros suscitaram um ambiente de sinergia que objetivava a reestruturação do sistema educacional, instituições escolares que buscavam se apresentar com ideário semelhante, naturalmente se valeram de tal circunstância para a execução de determinados projetos. Dessa forma, a Escola Adventista compartilhando de ideais similares, sobretudo adaptando tais princípios que lhe eram próximos, segundo sua filosofia cristã, fortalecem sua difusão e prática educacional.

Nessa lógica, as reformas propostas pela Escola Nova foram aplicadas na instrução pública nos estados brasileiros de maneira gradual e particular; isto é, cada estado experimentou um processo distinto de assimilação e implementação desses princípios, além da efetivação desses ideais e da respectiva ressonância, seja na instrução pública, seja em outras instituições de ensino como a Educação Adventista. Em outras palavras, tais movimentos não demonstram qualquer forma de rivalidade e sim de colaboração (Lima, 2003).

Nos Estados Unidos, onde tanto a Escola Adventista quanto a Escola Nova ganharam grande destaque no século XIX, alguns teóricos desenvolveram uma abordagem inovadora para compreender questões epistemológicas. A filosofia, que até então era predominantemente voltada para assuntos metafísicos, foi reconsiderada por indivíduos como William James e John Dewey, que a consideravam insuficiente para explicar a realidade de uma forma que permitisse que as teorias construídas fossem aplicáveis na vida das pessoas que as pensavam, surgindo então o pragmatismo.

Para James (2005) O método pragmático, em sua essência, oferece uma abordagem para conferir significado a tais disputas metafísicas que podem ou não ter relevância para o mundo real, uma vez que essas questões e debates em torno delas podem se tornar intermináveis. No pragmatismo, o objetivo principal é interpretar cada conceito considerando suas respectivas consequências práticas e aplicabilidades para a vida e bem-estar do ser

---

<sup>2</sup> Revista Mensal, ano 38, out. 1943.

humano. Em outros termos, sempre que uma disputa é levada a sério, é fundamental ser capaz de demonstrar alguma diferença prática que decorra necessariamente de um dos lados, a fim de determinar qual posição está correta.

Estas ideias exerceram influência significativa em várias áreas da sociedade norte-americana no final do século XIX e início do século XX, sendo sua maior contribuição possivelmente para o campo da educação; movimento que se concretiza via Escola Nova. O principal defensor na educação norte-americana dessa abordagem filosófica foi John Dewey, que defende uma educação com objetivos práticos fundamentada na experiência, que estivesse intimamente relacionada com a vida. Daí a necessidade de novas percepções, sobretudo de um novo método de ensino que permitisse a implementação dessa visão na prática.

Dewey (1976, p. 8) considerava “[...] que a ideia fundamental da filosofia de educação mais nova e que lhe dá unidade, é a de haver relação íntima e necessária entre os processos de nossa experiência real e a educação”. Nessa perspectiva, Dewey propôs um modelo educacional centrado nas atividades presentes na sociedade e na vida comum, enfatizando a importância da utilidade da educação para a vida cotidiana, assim destaca conceitos fundamentais como a atividade individual, a experiência, a experiência como pré-requisito para o conhecimento, e o conhecimento como uma reconstrução da própria experiência; ou seja, a escola que antes era para o trabalho, agora deveria ser para a vida (Zanatta, 2012).

No Brasil, tal ideário foi incorporado ao debate educacional por Anísio Teixeira que durante seu período de estudos nos Estados Unidos fora aluno de John Dewey. Quando voltou ao Brasil propôs uma nova abordagem educacional baseada na filosofia pragmática e nas características da Escola Nova, defendendo uma educação que preparasse os indivíduos para se integrarem na sociedade científica e tecnológica, ao mesmo tempo em que promove a educação democrática e cidadã, ao enfatizar que a escola deveria ser centrada no ser humano, adaptando-se à vida de cada indivíduo e orientando-o no processo social. Destarte, método intuitivo critica o expositivo tradicional da escola brasileira, que não tinha um caráter prático e resultava em uma aprendizagem superficial e desvinculada da vida real, Por outro lado, defende a necessidade de atividades reais e de um ensino voltado para a compreensão e aplicação do conhecimento na vida cotidiana, em contraste com a mera repetição para avaliações (Souza; Santos, 2013).

Enquanto essas representações estavam em plena reformulação e desenvolvimento nos Estados Unidos, simultaneamente um movimento de diversas escolas cristãs ocorria impulsionado pela secularização da educação norte-americana, que atingiu seu ápice no início do século XIX com a remoção do ensino religioso das escolas públicas; cenário que gerou

insatisfação entre as denominações, levando ao estabelecimento de escolas cristãs que oferecessem uma educação desejada (Eavey, 1964). É nesse contexto que as primeiras escolas adventistas são fundadas na América do Norte, marcando um lugar de atuação e ação no meio a esse cenário de reformas. Em outras palavras, tanto o fenômeno do pragmatismo que se concretizou via Escola Nova, quanto a Escola Adventista surgiram de modo simultâneo dividindo o mesmo cenário social.

## 1.2 Objetivos geral e específicos

Compreender o nível de ressonância dos ideais da escola nova nos primórdios da educação adventista no Maranhão, em função de aspectos correlatos identificados na difusão de escolas primárias de dita ordem no período é o objetivo geral do trabalho, uma vez que ambos os objetos se situam no mesmo recorte temporal e encontramos na documentação grande ênfase de desenvolvimento e difusão em termos nacionais como no cenário maranhense. Monarcha (1990) assevera que a década de 1920 foi fortemente marcada pelas ideias de renovação, modernização e progresso. Tanto em perspectiva social quanto educacional, os intelectuais da escola nova buscaram influenciar tanto as elites que detinham o poder do estado quanto a sociedade e suas instituições, até as de caráter privado como a Educação Adventista que parece ter avisado nessa década a oportunidade de se expandir em todo o país. Nesse aspecto, há uma divergência entre alguns pesquisadores, de um lado estão aqueles que produzem materiais denominacionais que afirmam o estabelecimento da educação adventista dentro de um contexto distinto das demais reformas educacionais do final do século XIX e início do XX (Confederação..., 2010); do outro, pesquisadores que apesar de terem ligação institucional, realizaram investigações particulares indicando que dita educação se iniciou e desenvolveu influenciada fortemente pelo movimento escola nova (Menslin, 2015).

Analisar o funcionamento das escolas primárias da educação adventista no Brasil entre 1920-1930 é nosso primeiro objetivo específico, já que o período representa a estruturação da instituição de ensino em termos nacional; logo, é fundamental compreendermos o modo como as escolas primárias eram organizadas quanto a seu espaço e tempo escolar, em função das práticas educativas e pedagógicas vigentes, assim como os métodos de ensino aplicados e a elaboração do currículo na transmissão dos saberes. Todos esses elementos apresentados na *Revista Mensal* (1908-1931), por meio de seções específicas, representavam um modelo institucional que deveria ser utilizado como paradigma de expansão das escolas em todo o país; periódico oficial da denominação tomado como fonte principal para nossa análise, já que se

apresenta como a melhor forma de notarmos os discursos, as formas de pensamento e as representações que foram produzidos nesse espaço social (Follis, 2017).

Garimpar indícios do projeto educacional adventista no Maranhão em construção é o segundo objetivo específico, já que ao analisarmos os dados históricos relacionados à chegada da escola adventista no Estado, percebemos uma notável demora em sua implementação, o que contrasta com a rápida resposta observada em outros estados brasileiros, onde a criação de congregações e escolas ocorreu de forma mais ágil e coordenada. Além disso, “[...] a relatividade histórica compõe, assim, um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as dos pensadores que se vestem de historiadores.” (Certeau, 1982, p. 67), já que muitas vezes o “não-dito” traz reflexões mais completas do que o “dito”, fazendo-se necessário verticalizar o olhar na história em busca dessas reflexões e adotar uma abordagem abrangente, transcendendo os eventos superficiais, a fim de obter uma compreensão mais abarcante das raízes da Educação Adventista no Maranhão.

Elencar os aspectos que incidiram na sua tardia operacionalização como terceiro objetivo específico é imprescindível, já que se o processo de sua implantação seguindo o crescimento denominacional se comportava de maneira rápida, aqui o processo se estendeu por longos anos. A identificação e análise ao respeito tem que ser feitas tendo em conta elementos de ordem religiosa e institucional, bem como questões sociais, culturais e legais pertinentes ao estado, já que a história não pode ser reproduzida, apenas analisada e interpretada à luz dos produtos que foram produzidos através dela, como os documentos que foram analisados (Certeau, 1982).

Identificar o ideais da escola nova presentes no Maranhão no período é nosso último objetivo específico, já que a última década da primeira república representou o ápice de ditos no Brasil. Os intelectuais, conhecidos como pioneiros da educação nova, promoviam os debates sobre as condições objetivas para a efetivação da democracia via educação, os quais ganharam grande papel de destaque diante do absorto das elites que foram incapazes de compreender o ideal de modernização (Monarcha, 1990). Esses ideais chegaram ao estado do Maranhão e foram cruciais para o desenvolvimento da instrução pública e de outras instituições de ensino, os quais giravam em torno do reconhecimento da educação primária como “[...] prática necessária, básica e, ainda, como um direito que deveria ser estendido a todos” (Rodrigues, 1993, p. 79); foco em que justamente a escola adventista se firmou para difundir seu projeto educacional no país.

Esta pesquisa é motivada por diversos interesses. No particular, além de ser adventista desde a minha infância, sou egresso de dita escola. Com exceção da minha educação primária

e secundária que cursei em escola pública, todo o ensino médio, graduação e parte da pós-graduação estive ligado à Educação Adventista, podendo citar aqui diversas razões desta ligação; porém, o motivo mais significativo é o familiar e religioso, pois sou a segunda geração de adventistas na minha família.

Além da minha ligação denominacional como membro da Igreja, também estou atualmente ligado à instituição por vínculo profissional. Sou pastor há nove anos, trabalho atualmente na região norte do estado do Maranhão na Associação Maranhense da IASD e durante minha trajetória ministerial passei por algumas cidades onde dita educação está presente, como a cidade de Codó e a cidade de São Luís onde estou atualmente. Minha rotina de trabalho com as igrejas locais, como pastor está naturalmente ligada aos interesses e demandas de todos os ramos da denominação inclusive, mesmo que indiretamente, ao campo educacional.

A partir da minha ligação pessoal e institucional, surgiu o interesse de estudo a respeito da trajetória da Educação Adventista no estado. Isto posto, ingressei no programa de pós-graduação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão na linha de pesquisa da história da educação com o objetivo de aprofundar nas bases e complexidades deste objeto. Ao me debruçar na documentação inicialmente disponível, surgiu a necessidade de estudar a educação adventista em paralelo com a escola nova, já que, como veremos, os dois compartilham o mesmo período histórico, saberes e práticas, entre outros aspectos que situam essa interseção ou pontos de contato quando tratamos da escola.

Levando em conta meu conhecimento ao respeito e por experiência pessoal, considerei que seria um objeto adequado para investir segundo o acesso às informações por estar próximo das fontes primárias. Outra razão foi o fato de a educação adventista no Maranhão não ter projeção acadêmica, já que em 100 anos da sua implantação no estado, apenas uma pesquisa de pós-graduação foi realizada; problemática que parece ser regional, já que 85% dos estudos ao respeito se concentram na região sul e sudeste<sup>3</sup>. De todos os estudos realizados no Brasil, nenhum faz ligação com o Movimento Escola Nova, ou refaz a ponte entre esses dois modos de ver a educação, que mesmos distintos, apresentam pontos de contato. Dessa forma, um percurso que possibilite outra perspectiva foi necessário para fomentar futuras investigações e aumentar a sua visibilidade na história da educação brasileira.

---

<sup>3</sup> Ver Marques (2015) *n'A Diversidade Religiosa no Espaço Escolar Adventista do Abcd Paulista*; Lannes (2016) em *Promoção de hábitos alimentares saudáveis entre alunos do ensino fundamental I da rede Adventista do Vale do Paraíba, São Paulo*; Cruz (2015) *n'O ensino e a aprendizagem de língua em escolas de imigração e as políticas de nacionalização do ensino: o caso da escola particular Adventista de Gaspar Alto, Santa Catarina*.

Por outro lado, todo esforço acadêmico é naturalmente determinado por questões profissionais que justificam dita motivação, sendo possível citar ao menos três: 1) a busca pelo pertencimento, já que como estou ligado por vínculo empregatício, meu lugar de ação estaria com mais respaldo; 2) se o conhecimento a respeito da denominação, como dos seus vários ramos se aprofundasse, teria então a oportunidade de compreendê-la a partir de sua origem e atuação histórica no estado; 3) além de ser uma ótima oportunidade para o amadurecimento profissional, uma vez que, embora atualmente não esteja ligado diretamente à Educação Adventista, me sinto intimamente responsável por seu desenvolvimento, e isso é possível via qualificação pessoal.

Infelizmente, ainda há em dita modalidade de escola, a necessidade de que os profissionais compreendam sua natureza institucional e que estejam devidamente qualificados do ponto de vista acadêmico, já que “[...] nosso primeiro dever para com Deus e nossos semelhantes é o desenvolvimento próprio” (White, 2014, p. 164). Dessa forma este estudo me dará suporte intelectual para que esteja preparado para servir à instituição na área da educação. Por fim, tenho pretensões de dar continuidade em meu ministério pastoral como professor universitário ligado a uma das suas faculdades espalhadas pelo Brasil. Esse plano de migrar para a área educacional dentro da instituição só é possível mediante o crescimento acadêmico e contribuição relevante.

Não há registros no Brasil em nível de pós-graduação de pesquisadores que trabalhem com a Educação Adventista e o movimento da escola nova como movimentos que coabitam e de ressonância unilateral, haja vista os sinais de tal ideário reformador em dita educação de caráter religioso. Para Elias (2001, p. 36) “[...] na história de sociedades humanas [...] aspectos singulares e individuais das cadeias de acontecimentos estão ligados de tal maneira a aspectos sociais recorrentes que se torna necessária uma investigação cuidadosa”. Um dos propósitos aqui é trazer à tona esse elo historicamente situado; porém muitas investigações extremamente importantes foram feitas sobre a escola nova no Maranhão e na região nordeste dentro do recorte temporal proposto<sup>4</sup>, além do estudo relacionado com dita educação no Maranhão. Ao respeito, cito três trabalhos, dois relacionados com a escola nova e um com a Educação Adventista.

---

<sup>4</sup> Ver Martins (2009) *n’Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova – 1920 a 1947*, Piauí; Silva (2016) *n’O Ensino Primário Piauiense nos anos de 1930 a 1940: o currículo como fonte de renovação da instrução pública*, Piauí; Freire (2016) *n’A escola nova e a modernização do ensino primário na Paraíba: a formação de professores e os grupos escolares (1930-1946)*, Paraíba.

A Educação Adventista como objeto de pesquisa na região norte/nordeste de forma geral e no estado do Maranhão de forma particular é irrisório. No Maranhão até o início desta investigação, *O Ensino Confessional Adventista em São Luís/Ma: na reminiscência da sua trajetória histórica as pistas da sua expansão*, de Maely Ramos (2010), era a única dissertação de mestrado defendida na UFMA, em que se apresenta a sua história tomando como referência o Colégio Adventista e se avalia seu desenvolvimento e expansão enquanto influência proselitista. Por outro lado, n’*O movimento da Escola Nova no Maranhão: a atuação de Luís de Moraes Rego (1932-1942)*, dissertação defendida por Naiacy de Souza Lima na UNESP em 2003 — único trabalho ao respeito —, se aborda a disseminação de dito Movimento a partir da biografia desse intelectual durante a época em que fora diretor da Escola Normal no estado de São Luís, reconstruindo-se o cenário onde tais ideias foram difundidas em função das estratégias adotadas por Rego e seus cooperadores para estabelecer novas práticas pedagógicas que reconfigurassem o sistema educacional local no período. Já na dissertação *Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova – 1920 a 1947*, de Ana Maria Martins, defendida na UFPI em 2009, se buscou compreender a renovação da instrução pública nesse estado influenciada pelos ideais da Escola Nova, incorporados nas reformas de ensino, nas práticas educacionais e nos discursos da elite intelectual, das professoras e dos alunos.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

A pesquisa se insere no campo da História da Educação e se sustenta nos pressupostos teórico-metodológicos da história cultural que podem ser definidos como a “[...] análise do trabalho de representação; isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço.”. (Chartier, 2002, p. 27). As categorias que orientam este estudo estão relacionadas aos elementos que influenciaram a implementação de diversas práticas e à maneira como ditas práticas evoluíram ou foram abandonadas por diferentes indivíduos e instituições. Tal abordagem nos permite analisar os fatos históricos a partir da relação de interdependência, conflitos e tensões entre os sujeitos; documentos históricos que se avaliados sobre esse viés, manifestam uma série de concepções, discursos e práticas que se revelam diferentes e por vezes antagônicas, marcados por jogos de força e poder. Perspectiva que auxilia os leitores a entenderem as lutas de representações que nem sempre são evidentes. Trata-se de um enfoque historiográfico que não se dedica a analisar eventos apenas seguindo uma perspectiva linear ou cronológica preocupada em traçar uma narrativa que siga a ordem temporal dos

acontecimentos, nem se destaca como um evento levou ao próximo de forma sequencial, uma vez que, tal posição é limitada por não considerar as complexidades, interconexões e causas subjacentes que muitas vezes moldam o curso dos acontecimentos históricos; embora eventualmente possa ser útil para estabelecermos uma linha do tempo dos eventos, já que geralmente requer uma análise mais aprofundada para ajudar os leitores a compreenderem plenamente contextos e fatores que contribuíram para tais eventos.

Destarte, nos auxiliamos dos pressupostos teórico-metodológicos da história cultural e de seus três eixos indissociáveis: 1) na *história do objeto na sua materialidade*, analisamos a educação Adventista na documentação enquanto forma, estrutura, dispositivo e frequência em que aparece; 2) na *história das práticas nas suas diferenças* abordamos o panorama educacional em nível nacional e local de tais escolas, a fim de identificar os elementos presentes na sua difusão em várias regiões do país, voltando nossa atenção para o estado do Maranhão, quando nos deparamos com uma série de desafios e obstáculos que geraram diferentes práticas e posturas que impediram a concretização de dito plano educacional durante a década em debate; e 3) por último, a junção dos dois primeiros eixos de modo mais geral, no intuito de compreendermos as configurações sociais/culturais em que os sujeitos atuantes se posicionaram, as mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de se pensar esta escola primária singular, tendo em conta as armaduras conceituais vigentes sobre a instituição Adventista na época, analisadas elas nas suas variações históricas. Por tanto, tal discrepância entre as práticas examinadas no segundo eixo de análise, só pode ser entendida quando verificamos considerações socioculturais, econômicas e políticas; fatores específicos que podem ter desempenhado um papel crucial nesse contexto particular.

Em função da forma como se apresenta a Educação Adventista na documentação em destaque, identificam-se duas modalidades: os relatórios e as notícias, nos quais se expressam as práticas, entre sinais de instauração e modos de agir. Nos relatórios onde os editoriais eram elaborados com propósitos administrativos e que servem como canal de informação sobre o trabalho dos líderes denominacionais para os membros da denominação em todo o país, um processo de prestação de contas é visível, tendo em vista o longo alcance da revista entre os adventistas na época; já as notícias tinham um caráter mais popular, onde leitores da revista, como os membros da dita igreja, ficavam cientes dos projetos e de seus avanços em termos nacionais. Quanto ao dispositivo, identificamos de que maneira as revistas denominacionais e os jornais como artefatos culturais influenciaram o desenvolvimento da Educação Adventista, por exemplo, quando discutimos no primeiro item a *Revista Mensal* (1908-1931), que na década de 1920 produziu vários discursos que manifestaram intencionalmente contribuir para a difusão

de ditas escolas no país, por meio de seções que discorreram sobre assuntos pertinentes à instrução e à educação cristã; ou seja, analisamos a revista como a materialização do objeto na fonte, na qual, se intensificam relatos das escolas já estabelecidas no país quanto da pertinência de uma educação cristã frente à educação fornecida pelas escolas públicas destituídas do aspecto religioso.

Quanto à frequência, analisamos as recorrências e o ritmo das publicações referentes a matérias sobre educação e instrução cristãs, que estão em contraste com a década anterior e posterior ao recorte temporal escolhido, já que é dada uma atenção especial aos assuntos em questão, recebendo uma seção específica e de caráter mensal, salvo dois ou três meses por ano que não aparecem ditas seções. Finalmente quanto à estrutura, há uma mudança drástica no ordenamento da revista. Nos anos anteriores encontramos artigos que tratavam da educação e instrução; porém de modo esporádico. Já durante o período em foco, são só editadas duas seções específicas, subdivisões fixas com títulos intercambiáveis: instrução cristã e educação cristã, as quais foram encontradas a partir da quinta página, ocupando uma lauda e meia. Informações que foram escritas por indivíduos responsáveis pela execução do projeto educacional e denominacional; editores com formação pedagógica, líderes do departamento de educação junto à administração da instituição, professores das escolas primárias espalhadas nos estados brasileiros e alguns pastores envolvidos na relação igreja/escolas primárias.

No segundo eixo, na *história das práticas nas suas diferenças*, nos amparamos na questão bourdieuriana—o que fazem os diferentes sujeitos com o mesmo objeto que lhes foi imposto (em nosso caso a escola adventista), sendo necessário identificarmos os sujeitos envolvidos: de um lado, há os intelectuais de diversas áreas que sustentam os debates da modernização e renovação educacional acompanhando esses mesmos processos que ocorriam na sociedade brasileira; do outro, os editores da *Revista Mensal*, os líderes denominacionais e os membros das igrejas locais, responsáveis pela difusão da educação adventista nos estados brasileiros por meio do estabelecimento de escolas primárias. Ambos os grupos trabalham pela propagação e efetivação de seus ideais e práticas em termos nacionais; ideais que naturalmente geraram mudanças nas relações sociais e se tornaram forças influenciadoras de outras práticas. A exemplo, a difusão de ideais via literatura: os adventistas por meio da *Revista Mensal* (1908-1931) e os indivíduos envolvidos no movimento escola nova por meio da *Revista Educação* (1930-1932) publicada em São Paulo como instrumento de transmissão do ideário reformador.

Quanto tratamos de diferentes práticas, discutimos especialmente duas delas de maneira específica, as práticas pedagógicas e as educativas. As “[...] práticas educativas são aquelas que ocorrem para a concretização de processos educacionais, já as práticas pedagógicas

são as práticas sociais exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos” (Franco, 2012, p. 152), e que apesar de serem conceitos distintos não podem ser desassociados, já que o fenômeno educativo só se estabelece em sua completude quando é composto da união dos elementos-chaves tais como os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares (Faria Filho, 2007). Noutras palavras, busca-se avaliar as diferentes práticas em um mesmo ambiente, mesmo que a “[...] cultura que [se] absorve e impõe não tem sido a mesma para todos e com todos, dependendo, em último caso, do que fazem os diferentes sujeitos protagonistas nos diversos lugares de ensino a partir de especificidades contextuais” (Castellanos, 2020, p. 3).

No terceiro eixo, trabalhamos na conexão dos dois anteriores (*a história do objeto na sua materialidade e da história das práticas nas suas diferenças*) no intuito de deciframos as configurações sociais/culturais indicadas no processo em análise pelos sujeitos atuantes nestes âmbitos, as mudanças nas estruturas psíquicas ou nas formas de se pensar a educação adventista, assim como as armaduras conceituais que regularam a lógica de atuação dos sujeitos segundo suas cosmovisões, textos e contextos, considerando-as aqui na suas variações históricas; lutas e esforços na introdução de dita educação no Maranhão, principalmente quando se observa o notório atraso que se manifesta devido a uma série de fatores que não são imediatamente perceptíveis, mas que exerceram uma influência direta sobre a não implementação conforme o previsto. Nessa lógica, a pesquisa é conduzida na busca de pistas e vestígios que indiquem intencionalidades conforme se interpretam as evidências.

Este trabalho é primariamente de natureza documental; porém nos utilizamos da pesquisa bibliográfica como instrumento auxiliar, visto que “[...] tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas.”. (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p. 65). O movimento da escola nova e a Educação Adventista no Brasil e no Maranhão é tema de diversas obras as quais, foram subdivididas em dois blocos gerais.

As primeiras duas obras que tratam do movimento de renovação escolar são *A reinvenção da cidade e da multidão: Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova* (dissertação de Carlos Monarcha publicada em 1990) e *Brasil Arcaico Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*, do mesmo autor, publicada em 2009. A primeira, trata do projeto político pedagógico da escola nova no país, das configurações sociais no cenário de muitas mudanças das primeiras décadas do século XX e do processo de modernização da sociedade brasileira no período que resultou nos ideais deste movimento; a segunda, aborda as mudanças que o movimento de renovação da educação trouxe na contramão da pedagogia

tradicional hebartiana, além de discutir a complexa relação de forças que atuaram para a difusão do movimento escola nova no Brasil, e de analisar os impactos que inferiram sobre o campo educacional e, conseqüentemente, sobre o estado ainda ligado ao legado monárquico. Livro que lança luz sobre o contexto sociocultural da sociedade brasileira e como ela vivenciou essas transformações.

O segundo bloco é referente à história da Educação Adventista no Brasil e no Maranhão. A obra mais completa sobre o assunto é *Educação Adventista 120 Anos de escolas paroquiais a uma rede de ensino permanente, permanências e rupturas de um ideário educacional*, tese de doutorado de Douglas Menslin publicada em 2015, que faz um apanhado histórico desde a chegada do adventismo com suas instituições no Brasil bem como o processo de modernização e institucionalização de dita Educação, especialmente, a partir das primeiras décadas do século XX; processo que se deu especialmente por meio da difusão de escolas primárias. Essa obra é usada pela análise da transição ocorrida na educação Adventista de uma estrutura local e precária, para uma disposição nacional e desenvolvida.

A segunda, *O Adventismo no Maranhão: 100 Anos de História (1922-2022)* de Emmanuel Saraiva, é publicada pela primeira vez em 2000 com o título *A história do Adventismo no Maranhão* (e republicada em 2022). Apesar de ser de cunho denominacional sem fins acadêmicos e construída sob um viés positivista, se torna bom recurso de obter-se informações, especialmente pela escassez de materiais, uma vez que aborda a história das origens desta igreja no Maranhão, especialmente por meio de entrevistas com pioneiros e familiares, além do autor ser um dos primeiros pastores da IASD no estado, fazendo parte dessa história. O tom do material é bem apologético, romântico, além de ser bem genérico, especialmente a parte sobre a Educação Adventista já que naturalmente o livro é uma revisão histórica geral.

Esta pesquisa é de caráter documental, que pode ser entendida como um produto entre os fatos propriamente ditos e a apresentação deles. Dessa forma, o acontecimento histórico deixa de funcionar como o signo de uma verdade, quando a verdade deixa de ser aquilo que se manifesta para tornar-se aquilo que se produz; a história não pode ser reproduzida, apenas analisada e interpretada à luz dos produtos que foram produzidos, entre eles, os documentos (Certeau, 1982). Não podemos ser reducionistas a ponto de caracterizarmos uma fonte como detentora de toda a verdade sobre os eventos, cada fonte apresenta apenas uma face da história que se complementa a partir do diálogo administrado entre elas pelos pesquisadores da história. Assim, os documentos têm muito a dizer sobre a realidade dos episódios históricos e como eles

foram narrados historicamente. A seguir será apresentado um breve resumo dos documentos que serão utilizados.

a) **Revista Mensal (1908-1931)**: principal veículo de imprensa denominacional, que iniciou sua produção e circulação em 1906, sendo trimestral nos dois primeiros anos, e mensal, só a partir de 1908. Documento que apresenta relatórios sobre o crescimento da denominação no Brasil e em algumas seções reflexões religiosas; porém, a partir de 1922, inicia-se uma ênfase sobre os assuntos da educação e instrução com seções fixas, as quais desaparecem em 1928. A partir do levantamento de dados, as informações do período contidas nesse artefato serão de suma importância para a análise da Educação Adventista.

b) **Relatórios da região sul-americana**: enviados regularmente para a Associação geral da Igreja Adventista, os relatórios intitulados *South American Bulletin* e publicados a partir de 1925, registravam as atividades institucionais, inclusive, as educacionais. Muitas informações desses relatórios se encontram na *Revista Adventista* (1931)<sup>5</sup>, especialmente aquelas que deveriam chegar aos membros da igreja; porém há informações que eram restritas à administração da denominação que foram de extrema valia para a construção da pesquisa.

No levantamento de dados de tal revista, compilamos 29 referências à região do Maranhão, das quais discernimos as principais ênfases e perspectivas adotadas em relação ao estado; informações que forma cruzadas com fontes locais pertinentes, referências que incluíram informações sobre as atividades dos colportores, dos pastores e dos membros locais, como também relatos de eventos religiosos e aberturas de igrejas no estado. O objetivo desse exercício foi estabelecer um panorama abrangente das áreas de interesse e das atividades adventistas no Maranhão.

c) **Jornais que circulavam no Estado**: informações sobre o movimento da escola nova no Maranhão e, especialmente, os que tratavam da instrução pública. A análise foi feita a partir da observação de como os ideais da escola nova registrados n’*O Imparcial* (1926-1946), no *Diário de São Luís* (1920-1949) e no *Pacotilha* (1910-1938), influenciaram diretamente nas práticas pedagógicas e educativas no

---

<sup>5</sup> A revista em questão, passou por diversas fases em sua estrutura editorial. A principal mudança vista nos títulos: Revista trimensal (1906-1908), devido a sua tiragem trimestral; Revista Mensal (1908-1931), devido a sua impressão mensal, e Revista Adventista desde 1931 até então, título que reflete de modo mais completo seu conteúdo. Para a visualização das capas das revistas ver anexo C.

cotidiano das escolas maranhense, na medida em que foi possível verificarmos a relevância social que a Igreja Adventista teve, além de propiciar o cruzamento de dados com as fontes denominacionais.

d) **A legislação referente à instrução:** Fonte para explorar e analisar as potenciais barreiras legais que a Escola Adventista poderia ter enfrentado na implementação de seu projeto educacional na região. Essa decisão foi motivada pela relevância da legislação local como um indicador significativo das condições regulatórias e jurídicas que poderiam impactar a atuação da instituição de ensino no contexto maranhense; dispositivos legais que possuem uma intencionalidade e esta é histórica, uma vez que foram originalmente criados para regulamentar as atividades de pessoas e instituições e nos ajuda a entender como tais instituições criaram estratégias para avançar em seus respectivos projetos educacionais.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

Esse trabalho se desenvolve em quatro partes, duas seções de desenvolvimento, além da introdução e conclusão. Na introdução se apresentam os detalhes da investigação como um breve resumo do objeto para situar o leitor: o tema, a problemática e as questões norteadoras, assim como os objetivos geral e específicos, a metodologia utilizada em linhas gerais e as pesquisas bibliográfica e documental, para além das fontes utilizadas e o tratamento de dados, tendo em conta a relevância o trabalho diante da comunidade acadêmica e sociedade em geral. A pesquisa se desenvolveu em duas seções, cada uma subdividida em três itens. Na primeira seção, *A educação adventista e a escola nova no Brasil (1920-1930): década da renovação educacional*, discutimos a evolução e propagação desses movimentos, bem como a forma como evoluíram a ponto de alcançarem um alcance nacional. Na primeira subseção *A educação adventista no Brasil (1920-1930): tempo de expansão*, se discute o desenvolvimento de escolas adventistas de ensino primário, a partir de suas origens, funcionamento e práticas, além do crescimento dos ideais da escola nova, em oposição ao modelo tradicional, suas características e o processo político, cultural e científico em que estava envolvido. Já em *O movimento escola nova no Brasil (1920-1930): debates por renovação e modernização* (segunda subseção) tratamos de categorias teóricas relacionadas ao contexto nacional da educação adventista e da escola nova no período. No último subitem, *A escola nova e a Escola Adventista: confluências de saberes e práticas*, a discussão se centra na possível relação entre as duas perspectivas de

conceber-se a educação articulando-se pontos de contatos via dados documentais a partir da categoria figuração de Elias (2001)<sup>6</sup>.

Já na segunda seção *A Educação Adventista e a escola nova no Maranhão: bases e influências (1920-1930)*, abordamos os sinais do início da escola adventista e sua interação com a escola nova no estado, sendo também subdividida em três itens. Na *Educação Adventista no Maranhão: indícios do seu surgimento* (o primeiro) em que abordamos o contexto maranhense, iniciando pelos indícios da Educação Adventista via projeto institucional/denominacional e pelo pioneirismo na relação dos primeiros pastores com dita educação no estado. No segundo, *Estabelecimento tardio da Educação Adventista no Maranhão: razões e cenários*, lidamos com as razões de seu atraso em concretizar-se como espaço escolar, sejam elas razões econômicas, religiosas, políticas e ideológicas, sejam elas legais, institucionais e/ou culturais que incidiram nessa realidade. Finalmente, em *A escola nova e a Educação Adventista no Maranhão: pontos de contato*, discutimos os ideais pedagógicos e o pensamento educacional maranhense durante o período em conexão com o movimento escola nova no estado, para compreendermos os aspectos que se cruzam entre a escola nova e o surgimento da educação adventista. Neste subitem, os dados foram tratados a partir do modelo polemológico de Certeau (1998) que vê as relações sociais por meio de um prisma de relações de força e de disputa estão em interdependências; sujeitos que com um provável poder de qualquer natureza, tentam direcionar processos, mecanismos e produção de sentidos constantemente por meio de estratégias de imposição e uma maioria que quase sempre se opõe, embora silenciosa o dissimuladamente, via táticas de apropriação dentro de um espaço social próprio.

Acreditamos que a Educação Adventista tem sido subutilizada como objeto de estudo na região norte-nordeste em geral, e de maneira específica no estado do Maranhão<sup>7</sup>; pesquisa que busca não apenas fomentar discussões sobre esta instituição centenária no Brasil, mas sobretudo, evidenciá-la para que esteja em lugar de visibilidade e destaque no ambiente acadêmico como deveria ter por suas inúmeras contribuições ao campo educacional. O movimento escola nova, por outro lado, é um objeto bastante trabalhado no Brasil; porém, aqui sugerimos um enfoque singular que pode possibilitar novas perspectivas e abordagens, além de promover outros estudos sobre a Educação Adventista no estado.

---

<sup>6</sup> Para explicação mais detalhada dessa categoria, ver página 35.

<sup>7</sup> Para uma análise mais aprofundada das possíveis razões da Educação Adventista não ter sido objeto de pesquisa nas pós-graduações das regiões citadas, ver Duarte e Castellanos (2023). n' *A Educação Adventista nas regiões norte e nordeste: descaso ou indiferença?* Em *História da Educação: múltiplos olhares*: Maranhão.

Para Duarte e Castellanos (2023), a desigualdade nas produções científicas sobre a Educação Adventista no Brasil, especialmente entre as regiões norte e nordeste em comparação com a região sul e sudeste, é motivada por duas principais razões. Em primeiro lugar por questões históricas, já que as regiões sul e sudeste são consideradas estratégicas para a Educação Adventista no Brasil, regiões onde se originou e mais se desenvolveu. Foi onde as primeiras escolas foram estabelecidas, resultando em um maior progresso e disseminação. A segunda razão, é de natureza institucional, pois a Educação Adventista, por ser uma instituição privada limita o acesso às informações, dificultando o avanço na produção do conhecimento científico referente a ela. Ademais, a falta de um plano de carreira e histórico de financiamento também contribui para esse cenário. Porém, dito quadro tem mudado nos últimos anos, uma vez que a própria Escola Adventista tem sentido a necessidade de mudança de posturas, a fim de superar essa indiferença e desigualdade se comparada a outras instituições e lugares no campo acadêmico. Um caminho de possibilidades existe, porém é necessário redefinir posturas em relação à pesquisa, abandonando o lugar de conforto quando se adotem planos de ação mais assertivos e intencionais que coloquem a Escola Adventistas e as práticas educacionais que versam em pé de igualdade com outras instituições correlatas no cenário local e nacional. Isso envolve incentivar e investir em seus próprios colaboradores para realizar estudos que possam beneficiar pesquisadores, a instituição e a comunidade em geral.

Como detalhamos de forma abrangente no primeiro tópico, a expansão da presença da escola adventista no Brasil sempre esteve intrinsecamente relacionada à divulgação por meio da imprensa, sendo possível afirmar que sua popularização ocorreu principalmente via imprensa denominacional. Assim como a imprensa adventista desempenhou um papel preponderante nesse processo, a promoção de pesquisas acadêmicas sobre esse tema, incentivada pela própria instituição, poderia resultar em uma maior valorização tanto por parte da comunidade acadêmica quanto da sociedade em geral. Esse estímulo à pesquisa acadêmica pode contribuir significativamente para uma compreensão mais aprofundada do impacto e da relevância da educação adventista, especialmente para os estudos da história da educação brasileira, pois dita escola faz parte de um grupo de escolas protestantes que deixaram grande contribuição para a instrução nacional.

Nesse sentido, buscamos abrir um leque de possibilidades para que os pesquisadores da história da educação, aqueles que se ocupam com a história das instituições escolares, especificamente, com as instituições confessionais de iniciativa privada possam ter embasamento intelectual para progredir em novas investigações, além do mais, estimular o interesse no campo da história da educação brasileira em relação a esses objetos. No Maranhão

a Educação Adventista é uma das muitas instituições dessa natureza, que visivelmente fazem parte da memória educacional maranhense e que tem realizado um trabalho excepcional nas comunidades onde estão inseridas, como também de entendermos as forças que a influenciaram historicamente. Assim, esta pesquisa busca produzir reflexões que tenham utilidade prática tanto para pesquisadores interessados de áreas afins, quanto para os educadores que trabalham dedicados à Educação Adventista no estado do Maranhão.

Por outro lado, o movimento da escola nova foi um marco tanto para a educação brasileira como para a sociedade civil de modo geral, pois representou a entrada do liberalismo brasileiro na modernidade, um movimento que aconteceu fora da estrutura do estado a partir do debate e de esforços de intelectuais para a construção de novos saberes pedagógicos, que permitiram a formação de uma sociedade mais democrática possível (Monarcha, 1990). Dessa forma, as discussões sobre as consequências da escola nova transcendem o campo educacional e nosso estudo pode contribuir para a compreensão da influência histórica, cultural e social desse movimento na Educação Adventista.

## **2 EDUCAÇÃO ADVENTISTA E ESCOLA NOVA NO BRASIL (1920-1930): década da renovação educacional**

O período da primeira república que se constituiu de 1889 com a sua Proclamação até a revolução de 1930, instaurou na sociedade brasileira uma ruptura com o passado imperial, momentos de intensas transformações e de construção de novos paradigmas. Essas mudanças foram vistas principalmente na política e na economia, sobretudo porque essa nova forma de governo tinha influência direta do liberalismo e estava sempre atrelado a um ideário de progresso nacional. Apesar dos primeiros anos serem marcados por uma instabilidade política, muitos atos dessa nova forma de governo foram marcantes, como por exemplo a separação entre Estado e Igreja, a concessão de nacionalidade aos imigrantes que quisessem se naturalizar, a promulgação da primeira constituição e a eleição do primeiro presidente eleito em 1891 pelo Congresso Nacional (Fraccaro; Amancio, 2019).

Essa época foi marcada por anos de incertezas, cisões, divergências, efervescência e crise, cujos sinais se manifestaram nos mais variados setores da sociedade; modelo político que apresentaria nesses anos inclusive, sinais de esgotamento e decadência. Significativos acontecimentos assinalaram uma transição no modelo econômico, político e cultural como o urgente processo de urbanização e industrialização, a realização da primeira semana de arte moderna em 1922 e o movimento tenentista; ocasiões que elevaram a sociedade brasileira ao tão sonhado plano de modernização já experimentado pelas grandes nações de grande destaque no cenário mundial (Ferreira; Pinto, 2017).

Esse ambiente entusiasmado de transformações sociais foi acompanhado de um movimento intelectual e científico denominado *ciência nova*, que emergiu na Europa na virada do século XIX para o XX, tendo como principais expoentes Auguste Comte e Émile Durkheim. Essa nova abordagem propunha que a compreensão dos fenômenos sociais deveria ser baseada no método científico e em uma perspectiva positivista, exaltando a técnica e a ciência, voltado para a ação dinâmica, prática e útil (Monarcha, 2009). Tais processos de transformações também tiveram um grande impacto na instrução, de fato, a cultura e a instrução foram vistas como estratégias de transformação do país configurando assim um processo de renovação educacional que ficou então conhecido como Movimento Escola Nova, onde seus proponentes reivindicavam que as atividades educacionais acompanhassem o processo de modernização vivenciado em outras áreas da sociedade brasileira.

O movimento escola nova não se referiria a um só tipo de escola ou a determinada norma didática; mas a um conglomerado de princípios predispostos a reavaliar as configurações

tradicionais do ensino, buscando uma concepção moderna das funções da escola em face de novas reivindicações provenientes de mudanças da vida social (Lourenço Filho, 1978). Tal movimento se apresentou como influencia não somente às várias especificidades da instrução pública, como também em outras instituições de ensino, além de ter levado à criação de diversas instituições educacionais, como as escolas experimentais, que buscavam aplicar as ideias do movimento na prática. Neste movimento, que teve seu auge nos anos de 1920, reuniu intelectuais e políticos que “[...] ficaram conhecidos como pioneiros da educação nova. Este grupo defendia a modernização da sociedade brasileira pela educação, por meio da inclusão de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência nas políticas públicas educacionais” (Catelli, 2010, p. 606-607).

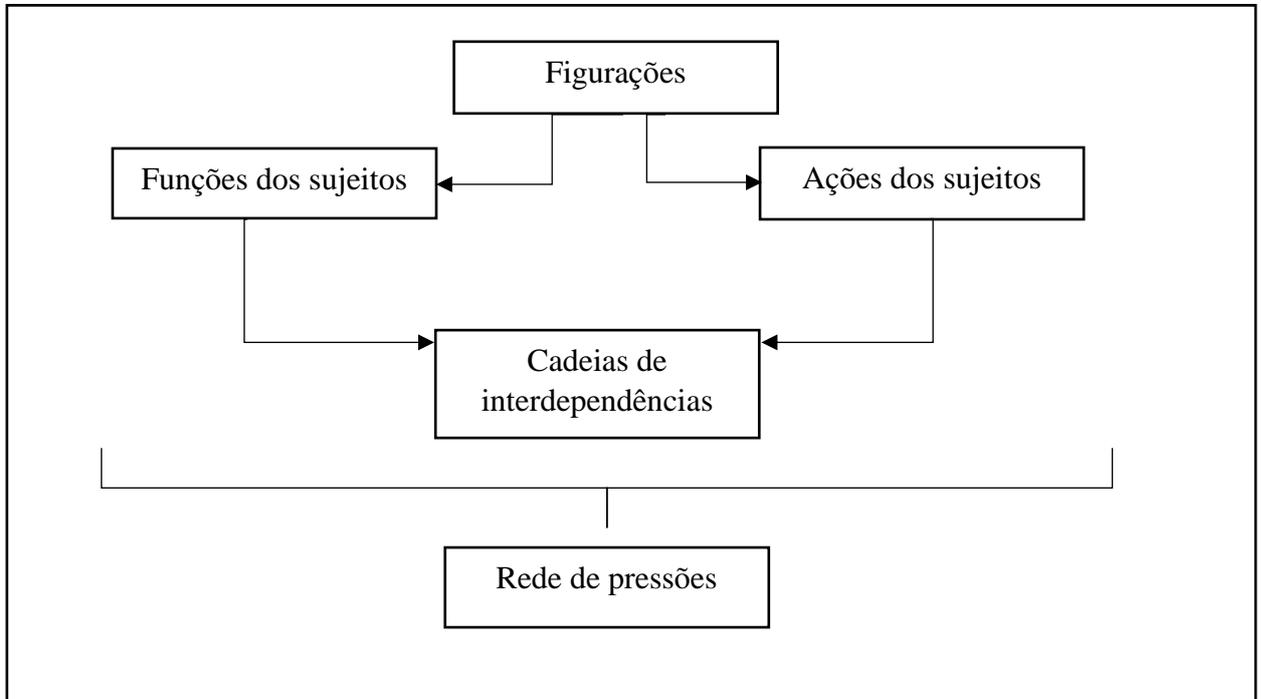
Um das instituições que buscou acompanhar esse processo de modernização nacional foi a Escola Adventista; instituição de ensino que se estabeleceu no Brasil no final do século XIX, mas até então sua representatividade ainda era muito tímida. Para Ferreira e Souza (2018), a temporalidade compreendida entre 1896 e 1915, representaram o período de pioneirismo, ou seja, anos onde as escolas adventistas estavam encontrando seu lugar na sociedade brasileira. Momentos marcados pela timidez, tanto do ponto de vista institucional, quanto do ponto de vista local, já que as escolas foram fundadas por iniciativa particular como escolas paroquiais. Essa parece ser uma marca do movimento adventista no Brasil, já que o adventismo não apareceu por decisão institucional, foi resultado da ampliação da denominação pelo mundo, chegando primeiramente nas colônias alemãs aqui instaladas, sendo difundido pelos próprios membros individuais.

Foi a partir de 1916, especialmente entre os anos de 1920 e 1930 que as escolas adventistas se desenvolveram, acompanhando as mudanças na sociedade brasileira, especialmente os debates sobre as reformas educacionais e sociais. Esse processo de construção do seu sistema não se articulou de modo espontâneo, mas foi o resultado da colaboração de diversas forças que cooperaram para a concretização de um projeto institucional de uma rede educacional difundida por todo o país, sendo possível identificarmos que a maior dessas forças de representação em produzir sentidos, foi a imprensa periódica adventista na forma da *Revista Mensal* (1908-1931).

Para a nossa exposição, usamos como categoria teórica o termo figuração, que para Elias (2001, p. 13) é “[...] uma formação social, [...] em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões”; figurações que se estabelecem por meio de quatro noções que se articulam: as relações de interdependência, as funções dos sujeitos, suas respectivas ações e a

rede de pressões em que estão inseridos; portanto, se desenvolve em termos de processos contínuos de interação e transformação.

Figura 1 – Figurações



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse quadro pretende apresentar a lógica das figurações defendida por Elias (2001), que se sustenta em uma formação social onde os sujeitos têm formas e funcionamentos sociais contrastantes e representam dimensões variáveis; indivíduos ou grupos sociais que estão ligados a uma cadeia de interdependências recíprocas e estão subordinados a um equilíbrio móvel de tensões. É a partir dessa categoria teórica que avaliamos os desdobramentos históricos e foi o filtro hermenêutico que usamos para ler e analisar a documentação. As duas figurações a partir das quais discutimos estas noções são a escola adventista e o movimento escola nova; análises que foram feitas com base nas categorias apresentadas, a fim de articular fatos históricos com demandas metodológicas para produzir um sentido.

## 2.1 A Educação adventista no Brasil (1920-1930): tempo de expansão

A Educação Adventista que havia chegado ao Brasil no fim do século XIX, experimentou entre os anos 1920 e 1930 um período de estruturação de seu sistema e a preparação para a expansão em termos nacionais (Ferreira; Souza, 2019). Em grande medida esse processo foi marcado pelo debate sobre assuntos referentes à educação e à instrução cristã

entre os adventistas no Brasil. Essas ponderações encontraram visibilidade no principal veículo comunicação denominacional, como resultado dos esforços de um grupo de indivíduos que estavam responsáveis pela imprensa adventista da época, já que dita igreja desde seus primórdios na América do Norte, ganhara visibilidade social por meio de panfletos, livros e periódicos que objetivavam a comunicação interna, mas também como estratégia de evangelização, haja vista que: “[...] a história dos adventistas se mistura com a determinação de seus pioneiros em publicar e distribuir suas publicações, o que nos leva a afirmar que essa igreja nasceu num berço forrado de papel e tinta.”. (Carnassale, 2015, p. 15).

A abordagem adventista no Brasil percorreu um percurso já trilhado por diversos grupos protestantes nos séculos XIX e XX, onde os impressos desempenharam um papel crucial como a principal forma de disseminação de suas propostas missionárias e institucionais (Nascimento, 2005). A partir dessa estratégia, assim como outras denominações protestantes, os adventistas difundiram suas crenças, valores e objetivos, alcançando um público mais amplo e consolidando sua presença no cenário religioso brasileiro. Tal projeto se desenvolvia a partir da distribuição de diversos panfletos, revistas e livros em diferentes estratos sociais e geográficos.

Na realidade, o protestantismo, desde seus primórdios, demonstrou uma preocupação constante com a disseminação de sua doutrina. A utilização da imprensa foi uma das estratégias mais bem empregadas pelos envolvidos na reforma protestante a fim de difundir a seus pensamentos. Para Martinho Lutero, era essencial que essa verdade fosse compartilhada com as pessoas de todas as classes sociais, por isso, a bíblia e seus escritos não poderiam estar apenas em latim, mas também nas línguas comuns, para tornar a leitura de tais conteúdos mais acessível possível, dessa forma a imprensa protestante emergiu como uma das principais formas de evangelização. Ao longo do século XIX, a circulação de materiais impressos protestantes foi notavelmente extensa, abrangendo no Brasil tanto áreas urbanas quanto rurais. Só no Brasil, mais de uma centena de títulos foram disseminados e apresentados em diferentes formatos incluindo panfletos, Bíblias e Novos Testamentos. Esse esforço de divulgação contribuiu significativamente para a propagação e consolidação das ideias e princípios protestantes na sociedade da época (Nascimento, 2002).

Tais impressos, dada sua significativa contribuição para a construção do ideário protestante no Brasil, representam também uma fonte essencial para os estudos relacionados à história da educação protestante. Eles possuem um potencial considerável para a compreensão da expansão dessas instituições religiosas, precisamente das próprias escolas que eram financiadas. Nessa perspectiva, essa fonte oferece um valioso subsídio aos pesquisadores,

visando auxiliar na compreensão das estratégias empregadas pelos grupos protestantes para se estabelecerem no país, além de verificar-se a função educacional desempenhada por esses impressos, que abre inúmeras possibilidades de mapearem-se materiais e instituições. Dessa forma, além de lançar-se luz sobre as lacunas existentes na história da educação brasileira, também se proporciona uma base sólida para a busca por respostas que promovam uma compreensão mais abrangente do papel desempenhado por tais artefatos na formação e disseminação da educação protestante no contexto brasileiro. (Silva, 2011).

Destarte, os adventistas no Brasil iniciaram sua trajetória de forma oficial em 1900 quando foi fundada a Casa Publicadora Brasileira no Rio de Janeiro, de onde eram impressos e distribuídos todos os materiais institucionais que eram usados especialmente entre os colportores<sup>8</sup>. De todas suas iniciativas, a mais significativa aconteceu em 1906 com a *Revista Trimensal* (1906-1908), periódico que se tornou o meio de comunicação mais influente no adventismo brasileiro no início do século XX. Durante as primeiras décadas de sua existência a revista recebeu diversos títulos, entre eles: *Revista Trimensal* em referência a sua periodicidade até 1908; *Revista Mensal* até 1931; e *Revista Adventista*: título que permanece até hoje.

A própria memória da chegada dos adventistas em diversas regiões do país tem nesta revista seu principal testemunho histórico público. Apesar de que muito do que se tem registrado sobre as atividades dos adventistas nesse período possa ser encontrado em atas administrativas e documentos institucionais; grande parte dessas informações não eram divulgadas ao público. Nesse sentido, permitiu-se que a *Revista Mensal* (1908-1931) fosse disseminada e se estabelecesse como parte fundamental no projeto de difusão instaurado, que marca sua relevância pela praticidade e efetividade. A própria chegada dos primeiros adventistas neste estado, aspecto a tratar no próximo item, está registrado nesse material, quando os colportores “Juvenal Olympio de Farias e de sua digna esposa, [...] foram enviados para o Estado do Maranhão afim de ali encetar a colportagem” (*Revista Mensal*, v. 15, n. 8, ago. 1920, p. 13). Portanto, esse é o registro mais antigo que temos conhecimento sobre a chegada dos adventistas em terras maranhenses a fim de iniciar o amplo projeto denominacional.

---

<sup>8</sup> Colportores são missionários de sustento próprio que se dedicam a propagar os princípios da fé e crenças por meio da venda e distribuição de literatura religiosa, seja em forma de livros, seja como revistas ou folhetos denominacionais. A própria Igreja Adventista do Sétimo Dia expandiu suas fronteiras por meio dos esforços dos colportores.

Esse periódico tinha objetivos específicos. No artigo introdutório da primeira edição de 1906, é possível notarmos pelo menos 4 deles como meio de evangelização: o auxílio à nutrição espiritual e ao desenvolvimento intelectual dos seus membros, a distribuição das lições da escola sabatina, além de informar as igrejas espalhadas pelo Brasil sobre as demandas, desafios e sucessos dos empreendimentos institucionais; ou seja, um relatório das atividades da denominação no país e eventualmente de outras partes do mundo:

Nossos irmãos, que podem ler portuguez, regozijam-se connosco que uma Revista Trimensal vae saindo com a mensagem da salvação para o nosso tempo. O journal, talvez, não será de luxo, nem sem erros na redacção, mas desejamos que será de alimento espiritual a muitos. É o desígnio usar as lições que se acham aqui na escola sabatina, principiando com o primeiro sabbado de Janeiro de 1906. Temos aqui treze lições ou para mezes. Ao cabo deste tempo, a segunda sahida da Revista terá outras lições; ao fim de nossas egrejas estudarem as mesmas verdades. Quando um pregador ou irmão vae visitando uma congregação, elle póde saber que será a lição naquelle sabbado. Também, sendo necessário communicar com as egrejas, temos os meios. Dará muita alegria a todos saber que vae bem a obra.<sup>9</sup>

Quanto à estrutura da revista, era organizada por meio de seções fixas. O primeiro artigo que ocupava a primeira página quase sempre era de algum relatório eclesiástico escrito por algum administrador da denominação ou a narrativa de algum encontro institucional, seguida por reflexões da bíblia e sermonetes que pudessem ser usados nas reuniões das congregações locais. Em seguida outros relatórios eram registrados, além da exposição de seções fixas que tinham como objetivo apresentar outros ramos do trabalho denominacional, entre elas: *Campos nacionais*, *Campo mundial*, *Os departamentos da Obra*, *Colportagem*, *Avisos e Relatórios da Colportagem*. O curioso é que apesar dessas seções serem fixas, não eram regulares, o que sugere que a revista ainda estava buscando uma configuração e/ou identidade. Ademais, o periódico era bem ilustrado com fotografias em praticamente todas as edições, o que facilitava a comunicação e imersão dos leitores.

Em janeiro de 1922, inicia-se um ciclo de renovação da revista com a inclusão de novas seções, uma delas denominada *Educação Cristã*, que eventualmente também foi cognominada de *Instrução Cristã*. Essas seções continuaram publicando-se até 1928, período que marcara intensos apelos para o progresso das atividades educacionais; representação do desenvolvimento da educação adventista durante essa década, já que as representações de uma determinada realidade se manifestam por meio de discursos e nos ajudam a decifrar a realidade do passado (Pesavento, 2003).

---

<sup>9</sup> Revista Trimensal, v. 1, n. 1, p. 1, jan./mar., 1906.

Dentro dessa figuração, encontramos dois grupos de sujeitos subordinados a uma rede de pressão na escola adventista, que se apresentava na forma da difusão do seu projeto educacional no Brasil. De um lado, os professores, que realizavam a prática em estabelecer e gerenciar escolas primárias, do outro os editores da *Revista Mensal* (1908-1931), que fomentavam por meio do debate sobre a instrução e a educação nos círculos denominacionais, que por sua vez buscavam contribuir para a difusão da Educação Adventista via imprensa; foco primordial nestes editoriais que recaía sobre a interação entre a educação ministrada no âmbito familiar pelos pais e a instrução religiosa provida pelas escolas paroquiais. Neste contexto, a responsabilidade relacionada a esta questão era compartilhada e discutida, uma vez que fazia parte da estratégia dos adventistas que em cada local onde houvesse uma igreja, também deveria existir uma escola primária, com o propósito de assegurar que as crianças, onde quer que se encontrassem, tivessem acesso à educação adventista.

Tal demanda se demonstrou como um processo pelo qual as questões, desafios e inovações relacionados à educação eram constantemente explorados por ambos os grupos de indivíduos; grupos que se relacionavam por meio de uma rede de interdependências que “[...] têm origem em determinadas necessidades e ideais humanos, socialmente marcantes [já que o] modo da dependência recíproca varia conforme aparecem as necessidades sociais que levam a novos vínculos entre as pessoas.” (Elias, 2001, p. 150). Logo, tanto os professores quanto os editores da *Revista Mensal* (1908-1931) estavam ligados a essa necessidade institucional de desenvolvimento dessas escolas, que por ser um grande desafio movia os indivíduos num equilíbrio de tensões.

Quanto à função dos sujeitos ligada a essa relação de necessidade social, os editores da *Revista Mensal* (1908-1931) tinham papel duplo: se por um lado faziam constantes apelos para que mais professores se dispusessem a realizar esse trabalho; por outro, via editoriais, a busca pelo fortalecimento de um ambiente institucional favorável para o avanço de tais escolas primárias era constante. Professores que na linha de frente do projeto institucional/educacional adventista, onde a instrução/educação cristã na cosmovisão adventista era realmente comunicada e efetuada, e por fim se materializava. Ou seja, era por meio desses professores que a Escola Adventista era legitimamente difundida.

Para a sua concretização, foi fundamental o esforço de ambos os grupos, e é exatamente nesse ponto onde estão ligados em dita cadeia de interdependência. Os editores buscavam em suas publicações tanto animar os professores que estavam efetuando seu trabalho, dando-lhes voz na revista, quanto levar o debate ao nível e conhecimento dos membros leigos, que de certa forma seriam os indivíduos mais envolvidos no processo de difusão; constantes

obstáculos que tais professores eventualmente se deparavam no trabalho até então realizado de maneira isolada e sem qualquer visibilidade e compressão por parte dos membros da denominação foram aqui apresentados. Muitos artigos escritos por estes professores, relatos de seus desafios e êxitos mesmo em meio a situações adversas foram registrados, além do uso da imprensa para imprimir um conjunto de princípios que deveriam nortear a prática pedagógica, em certo sentido movendo-se em uma rede de determinadas coerções e manobras.

Apesar de encontrarmos essas seções como divisor de águas para o florescer das ideias educacionais na revista, é em 1921 que artigos começam a ser publicados sobre a temática. Se em janeiro de 1921, em *Um grande dever*, o Pastor W. E. Murray fez uma explanação sobre a responsabilidade dos adventistas quanto a sua função educativa, além de constituir-se um anúncio sobre o tema que estariam estudando: “No primeiro trimestre do ano 1921 teremos lições na Escola Sabatina sobre este assumpto que é a Educação Christã. Teremos assim a oportunidade de estudar este assumpto da Bíblia.”<sup>10</sup>; nesse mesmo ano, outros dois artigos foram publicados sobre a temática pelo mesmo autor: *Um passo a frente em nossa obra educacional no Brasil* (no mês de abril) e *Dez razões porque a mocidade dos Adventistas do Sétimo Dia devia freqüentar as nossas próprias escolas*. Artigos que ao terem aceitação, provavelmente foram indicativos para que em janeiro de 1922 se iniciara a seção *Educação Cristã*, mesmo que não tivesse periodicidade mensal, apesar de ser parte integrante da revista. De fato, nenhuma seção, embora fosse considerada fixa, era publicada todos os meses no ano, já que a própria revista estava construindo sua identidade editorial, pelo qual, eventualmente mudava de padrão visual, ordem e nomenclatura das seções.

Além das notícias das escolas primárias que já estavam em funcionamento no Brasil, essa seção incentivara os pais a que colocassem seus filhos pequenos em ditas escolas; mas sobretudo, era propósito criar uma consciência sobre a sua importância na vida das famílias e das igrejas locais. Assim, em 1922, a revista ficou marcada pelo início de duas novas seções intituladas, *Moços e Moças* e, *Educação/Instrução cristã* que abordavam assuntos relacionados com o desenvolvimento de jovens e crianças. Destacadas pelo fato de terem sido apresentadas de modo particular, com duas barras horizontais acima e abaixo como vemos na figura 2, já que as seções fixas eram apresentadas de maneira simples; ditas seções apareceram com nova roupagem.

---

<sup>10</sup> Revista Mensal, v. 16, n. 1, p. 4, jan., 1921.

Figura 2 – Tipo de seção da revista



Fonte: Revista Mensal, v. 17, n. 1 p. 10, jan., 1922.

Essa mudança de visualidade demonstrava uma estratégia editorial que visava projetar o conteúdo da instrução e educação cristã a um novo patamar, como um dos principais interesses da revista e, conseqüentemente, da denominação durante esses anos. Tal meta foi cuidadosamente planejada com o intuito de atender os objetivos do periódico bem como o interesse dos leitores, para manter voz consistente e aproximação equilibrada. Tal procedimento envolvia mais do que mudança visual, uma modificação no teor das publicações era palpável, discutindo-se ampla gama de tópicos, incluindo-se a dinâmica da educação e a instrução, as estratégias de ensino, assim como a educação moral e religiosa, e os relatos do êxito do projeto educacional em outros países, onde tais escolas tinham uma trajetória consolidada além de apresentar recomendações práticas para pais, educadores e líderes religiosos sobre as demandas e responsabilidades do trabalho educacional.

A própria apresentação dessas duas seções se mostrou bastante significativa e representativa. No design da seção *Educação Cristã* havia a imagem de três argolas que continham os subtítulos *Manual, moral e mental*, o que indicava a adoção do modelo de educação cristã integral proposto pelos primeiros adventistas no final do século XIX nos Estados Unidos; modelo que propunha a educação cristã abranger mais do que o conhecimento pelos livros: “Inclui[ria] tudo o que é bom, virtuoso, justo e santo. Compreende a prática da temperança, piedade, bondade fraternal e amor ao Deus e uns aos outros, por isso, a educação física, mental, moral e religiosa das crianças devia ter atenção” (White, 1873, p. 4, tradução nossa)<sup>11</sup>. Princípios esses que fizeram parte do projeto institucional para o estabelecimento de

<sup>11</sup> Embraces more than merely having knowledge of books. It takes in everything that is good, virtuous, righteous, and holy. It comprehends the practice of temperance, godliness, brotherly kindness, and love to God, and to each other. In order to attain this object, the physical, mental, moral, and religious education of children must have attention.

escolas primárias que se adequassem a o estabelecido no contexto do início da educação nos Estados Unidos segundo as especificidades da realidade brasileira.

Figura 3 – Seção Educação Cristã



Fonte: Revista Mensal, v. 17, n. 1, p. 6, jan., 1922.

Essa mudança na aparência não seria permanente, funcionou nesse ano como uma edição que marcava nova abordagem na revista, já que estes anos foram cruciais para a formação de uma estrutura sólida que possibilitasse a expansão e disseminação da presença e alcance de dita escola em diferentes regiões do país. Tal revista teve então papel extremamente pontual nesse processo, criando uma base que pudesse atender as especificidades e necessidades das diversas regiões onde tais escolas chegariam, como por exemplo no estado do Maranhão, onde em 1920 os primeiros colportores chegaram com o objetivo de conhecer a região, de onde mandavam relatórios constantes para a revista, a fim de abrir caminhos para o estabelecimento tanto de congregações locais como de escolas primárias.

A proposta de artigos sobre o trabalho educacional remonta à primeira década do século. Em abril de 1908 foi apresentado um relatório de uma conferência denominacional da liderança adventista na América do Sul e alguns votos foram tomados e registrados, votos esses que visavam a promoção das escolas no território. Um deles foi em função de publicações sobre o assunto, determinando-se “[...] escrever artigos apropriados que deveriam ser publicados em secção especial nas ‘Revistas hespanhola e brasileira.’”<sup>12</sup>; entretanto, essa decisão administrativa só encontrou sua efetividade na década de 1920.

Nesse sentido, é possível identificarmos várias razões que levaram os editores a intensificarem as publicações sobre o trabalho educacional; mas, informações do próprio periódico sugerem que o maior expoente foi o intenso trabalho do pastor Walter Murray com sua chegada, quando escreveu os primeiros artigos relacionados com a instrução em 1921,

<sup>12</sup> Revista Mensal, v. 3, n. 4, p. 2, abr., 1908.

apesar de não existir seção específica. Responsável majoritariamente pelas seções citadas, por pelo menos durante três anos (entre 1922 e 1924), Murray escreve nove dos onze artigos publicados nessas seções no período. Sem embargo, apesar de não termos uma biografia sistematizada sobre ele nas publicações adventistas, como encontramos de muitos outros vultos, é possível identificarmos informações de sua vida a partir do cruzamento da documentação.

A primeira vez que seu nome é citado é no *Lake Union Herald* em 5 fevereiro de 1919, periódico em que é apresentado como “presidente do comitê estudantil”, do curso de literatura no *Emmanuel Missionary College*, localizado em Berrien Springs no estado do Michigan. Nesse mesmo ano, na edição de 28 de maio, é listado entre os formandos desse curso, e em 9 de julho se registra que sua esposa e ele haviam sido recrutados para servirem no campo missionário da América do Sul. As notícias da sua chegada foram anunciadas no Brasil na Revista Mensal (1908-1931) em setembro de 1919, bem como o objetivo do seu chamado: “Segundo notícias recebidas da America do Norte embarcaria para o Brazil, em fins de agosto, o irmão Walter E. Murray e esposa. Este irmão nos era enviado pela Conferência Geral em ao nosso pedido por auxílio **a fim de fortalecer a nossa obra educacional.**”<sup>13</sup> Murray fora eleito nos Estados Unidos como secretário do departamento de jovens missionários voluntários do Brasil.<sup>14</sup>, e em agosto de 1920, como secretário educacional.<sup>15</sup>, daí seu esforço em prol da obra educacional por meio dos artigos escritos em dita revista.

Também por meio da documentação, é possível visualizarmos as motivações para que publicasse constantemente ao respeito. A primeira delas é a cultura literária adventista. Desde 1850, os praticantes sempre deram atenção especial à educação/instrução cristã; porém, só em 1899 se iniciara seção específica no *The advent review and sabbath herald* com o título de *Christian Education* (Educação cristã); principal periódico denominacional onde artigos referentes já publicados anteriormente foram sistematicamente organizados nessa seção. Em decorrência disso, *Christian Education: A Magazine For Home And School* (Educação cristã: uma revista para o lar e para a escola), se publicara em setembro de 1909, sendo produzida bimestralmente até 1938.

Outrossim, sua própria formação em literatura, e seu talento reconhecido na escrita, possibilitaram que fosse chamado para trabalhar em duas frentes: a editorial e a educacional. Antes mesmo de receber seu diploma, já havia publicado *How We Are Doing It* (Como estamos

---

<sup>13</sup> Revista Mensal, v. 14, n. 9, p. 24, set., 1919, grifo nosso.

<sup>14</sup> The Youth's instructor, v. 67, n. 20, maio, 1919.

<sup>15</sup> Revista Mensal, v. 15, n. 8, ago., 1920.

fazendo) no periódico *Lake Union Herald*, artigo sobre educação cristã onde relatava os esforços realizados pelos professores e alunos do *Emmanuel Missionary College* a fim de levantarem fundos para a construção de um novo prédio musical, além de relatos de grandes doações recebidas e de um apelo aos leitores para que se envolvessem e enviassem recursos para dita escola; artigo em que mostra sua capacidade e facilidade com a imprensa, o que lhe possibilitou que fosse chamado para o Brasil como editor da principal revista denominacional. No quadro a seguir, encontramos a descrição de como essas seções foram arranjadas, seus respectivos autores e a frequência dos títulos educação e instrução cristã que eram intercambiáveis.

Como podemos notar no quadro 1, as seções não eram regulares, já que em nenhum dos anos citados aparece mensalmente; mas não significa que não fossem fixas, pois nenhuma aparece de maneira sistemática todos os meses do ano. Isso se deve, principalmente, ao fato da revista ainda não ter uma identidade estabelecida seja em função da estética, seja com respeito ao conteúdo. Em função disso, tais seções iniciaram em 1922 e continuaram até 1928, data em que desapareceram. Muitos artigos sobre a temática continuaram a ser publicados; porém sem seção específica e fixa, já que tal periódico desempenhou um papel significativo na consecução dos objetivos denominacionais, promovendo o avanço das escolas adventistas no país. Além disso, a medida que nossa análise progrediu, tornou-se claro de que a configuração de dita educação no Brasil foi profundamente influenciada por essa revista, particularmente durante essa década.

Além dessas seções, encontramos outras particularidades que indicam a ênfase nos assuntos educacionais no período. Entre julho de 1927 e abril de 1928, a *Revista Mensal* (1908-1931) publicou uma série de 10 artigos intitulados *Estudos sobre a educação cristã*; artigos que não suplantaram as seções, pelo contrário, coexistiam na sua estrutura. Artigos que foram escritos pelo professor W. E. Howell, então Secretário do Departamento de Instrução da Conferência Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia, responsável pelos assuntos relacionados com as escolas adventistas no mundo inteiro.

Quadro 1 – Autores da seção Educação/Instrução Cristã

		1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928
Janeiro	Título	Educação cristã	Sem dados	Instrução cristã	Não consta	Não consta	Educação cristã	Educação cristã
	Autor(es)	Walter Murray	Sem dados	Walter Murray	Não consta	Não consta	Domingos Costa Antônio Guimarães	G. R. Rufino Walter L. Burgan
Fevereiro	Título	Educação cristã	Sem dados	Instrução cristã	Não consta	Não consta	Educação cristã	Educação cristã
	Autor(es)	Walter Murray	Sem dados	Walter Murray			L. G. Jorgesen	N. P. Neilsen
Março	Título	Não consta	Sem dados	Não consta	Não consta	Educação cristã	Não consta	Não consta
	Autor(es)	Não consta	Sem dados	Não consta	Não consta	Frederico Stuhlmann	Não consta	Não consta
Abril	Título	Educação cristã	Sem dados	Instrução cristã	Não consta	Educação cristã	Não consta	Não consta
	Autor(es)	Walter Murray	Sem dados	Walter Murray	Não consta	Sem autoria	Não consta	Não consta
Maio	Título	Não consta	Sem dados	Não consta	Não consta			Educação cristã L. G. Jorgesen
	Autor(es)	Sem autoria	Sem autoria	Sem autoria	Sem autoria		Sem autoria	
Junho	Título	Não consta	Sem dados	Educação cristã	Instrução	Não consta	Educação cristã	Não consta
	Autor(es)	Não consta	Sem autoria	Sem autoria	L. G. Jorgesen	Não consta	J. S. Marshall T. W. Steen	Não consta
Julho	Título	Educação cristã	Sem dados	Educação cristã	Instrução cristã	Não consta	Educação cristã	Não consta
	Autor(es)	Sylvestre	Sem autoria	Sem autoria	L. G.	Não consta	L. G. Jorgesen	Não consta
Agosto	Título	Não consta	Instrução	Não consta	Não consta	Não consta	Educação cristã	Não consta
	Autor(es)	Não consta	J. W. Mace	Não consta		Não consta	Antônio Guimarães	Não consta
Setembro	Título	Não consta	Instrução	Não consta	Instrução cristã	Não consta	Não consta	Não consta
	Autor(es)	Não consta	Walter	Não consta	Sem autoria	Não consta	Não consta	Não consta
Outubro	Título	Educação cristã	Não consta	Não consta	Não consta	Educação cristã	Não consta	Não consta
	Autor(es)	Walter Murray Frederico Stuhlmann	Não consta	Não consta	Não consta	K. Kaltanhausér J. D. Hardt	Não consta	Não consta
Novembro	Título	Não consta	Instrução	Não consta	Não consta	Educação cristã	Educação cristã	Não consta
	Autor(es)	Não consta	Walter	Não consta	Não consta	C. C. Schneider	R. W. Belz	Não consta
Dezembro	Título	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Educação cristã	Não consta
	Autor(es)	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta	N. P. Neilsen	Não consta

Fonte: elaborado pelo autor.

Os artigos em questão podem ser interpretados como uma manifestação deliberada dos responsáveis pela revista em direção à popularização da escola adventista em todas as regiões do país. Este empenho dos editores e escritores reflete uma clara intenção de fomentar por meio de discursos a necessidade da difusão de tal projeto. No decorrer deste estudo, será possível observar como esses esforços culminaram em efeitos palpáveis e transformadores no cenário nacional, bem como no maranhense contribuindo para uma compreensão mais completa do impacto da divulgação de dita escola no período. Destarte, sua relevância via quadro radica em mostrar que ditas publicações foram forças propulsoras para o aumento no número dessas escolas no Brasil; mas tais dados nos devem fazer questionar ainda mais sobre o não estabelecimento dessas escolas no estado no Maranhão.

Os escritos tinham como proposta ser um material devocional sobre o tópico educação cristã, com estudos bíblicos e com citações dos livros de Ellen White referentes à discussão.<sup>16</sup> Não havia necessariamente nenhuma questão técnica envolvida, já que os registros forneciam apenas inspiração e orientação espiritual para seus leitores quanto à responsabilidade de promover uma educação cristã às crianças, referindo-se tanto ao trabalho dos pais quanto à educação doméstica; entendida aqui como a instrução religiosa que os pais davam a seus filhos no ambiente do lar e não precisamente aquela abordada pelos estudos em história da educação<sup>17</sup>. Para os editores da revista, estes espaços, o lar e a escola, bem como suas práticas, deveriam ser aliadas para uma formação educativa completa, como argumenta Jorgensen (1927):

[...] o lar é a primeira escola e os pais são os mestres. A segunda, é a escola parochial, onde as crianças recebem a educação cristã, sob a direção de um professor cristão que lhe ministra conhecimentos especializados. Nessas duas escolas a criança vai assimilando gradualmente os princípios cristãos.<sup>18</sup>

Apesar de parecer que esses assuntos não estavam alinhados com o trabalho das escolas do ponto de vista estrito, fazia parte do imaginário coletivo dos adventistas que as práticas educativas assim deveriam ser desenvolvidas, aliadas com as ações dos pais no ambiente doméstico. Tal imaginário propunha que a educação oferecida na escola e a educação doméstica não precisavam ser vistas como concorrentes, mas sim como parceiras

---

<sup>16</sup>Ellen G. White foi uma das responsáveis pelo surgimento da Igreja Adventista do Sétimo Dia nos Estados Unidos em meados do século XIX. Desenvolveu sua liderança especialmente por meio de seus escritos; escritora profícua que durante toda a sua vida escreveu mais de 5.000 artigos e 49 livros sobre religião, educação e saúde, assim como relações sociais, evangelismo e profecias, além de nutrição e administração: compilações de seus manuscritos; mais de 150 livros que estão disponíveis em inglês, e cerca de 90 em português.

<sup>17</sup>Ver Faria Filho (2000, p, 138, 144), Instrução Elementar no século XIX, para quem a educação doméstica era um tipo “rede de escolarização [...] onde, o método por excelência da instrução doméstica, [era] aquela que ocorria em casa, onde a mãe ensinava aos filhos e às filhas, ou os irmãos que sabiam alguma coisa ensinavam àqueles que nada sabiam.”

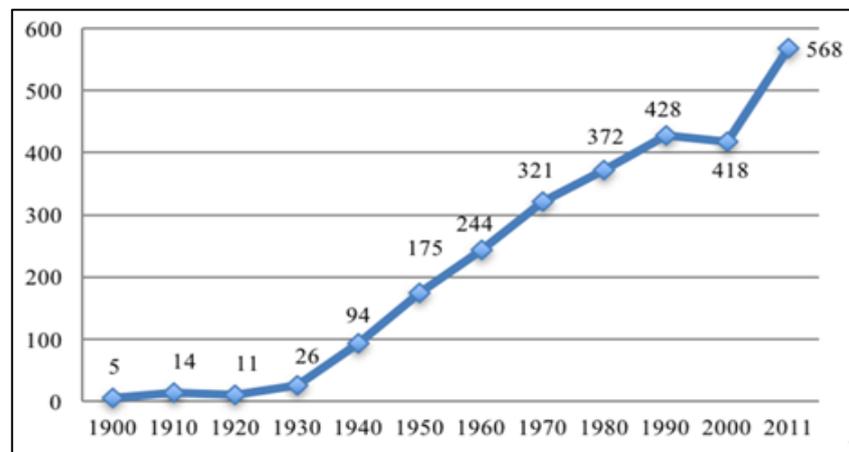
<sup>18</sup> Revista Mensal, v. 22, n. 2, p. 12, fev., 1927.

complementares. Quando pais, educadores e a escola trabalharem juntas, poderiam criar um ambiente de aprendizado mais enriquecedor e eficaz para as crianças, preparando-os para um futuro de maneira mais integral possível. \_

Porém, o fato mais peculiar é encontrado na última edição da revista publicada na década de 1930, em dezembro desse ano, que fora dedicada inteiramente para falar sobre as escolas primárias espalhadas pelo Brasil, e alcunhava sua publicação como “número especial sobre a educação cristã”. Aqui estamos diante de uma peculiaridade do exercício que nos propomos a fazer, a análise documental, que é a busca por intencionalidades segundo Evangelista (2012, p. 9, grifo nosso), quando afirma que os “[...] documentos são produtos de informações selecionadas, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de *intencionalidades*, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico.”

Aqui objetivamos avaliar os fatores determinantes que influenciaram na expansão da rede de escolas adventistas no Brasil durante a década de 1920. A análise se baseia na observação dos números dessas escolas até 1920. Notavelmente, observa-se que até o início desta década o número de tais instituições era relativamente escasso. Entretanto, a partir de 1930, há um aumento substancial; fenômeno que levanta questões intrigantes quanto aos fatores impulsionadores que moldaram essa expansão, tornando o período de particular relevância no contexto do projeto denominacional adventista no Brasil. O gráfico a seguir irá demonstrar por tais números dito fenômeno.

Gráfico 1 – Escolas adventistas no Brasil (1900-2011).



Fonte: Schünemann (2005).

Os dados apresentados revelam-se de extrema importância, pois levantam questões intrigantes em relação à expansão das escolas adventistas em diferentes estados brasileiros.

Contudo, se é notável que esse processo de expansão tenha abrangido inúmeros estados, culminando na fundação de diversas escolas primárias; o estado do Maranhão se destaca por sua ausência na lista de estados nos quais tais escolas foram estabelecidas, tanto na década de 1920 quanto na subsequente<sup>19</sup>. Essa ausência adquire uma relevância particular, considerando que os responsáveis pela disseminação da rede de escolas adventistas demonstraram uma intencionalidade em expandir sua presença para as terras maranhenses. Sem embargo, por razões que propomos elucidar, dito projeto de expansão não foi concretizado; motivos subjacentes de ordem histórica, sociocultural, econômica ou religiosa, constituem parte significativa do escopo desta pesquisa.

A nossa análise sugere, que os editores da revista estavam, mesmo que de maneira indireta nessa década, potencializando a estrutura da educação adventista no Brasil por meio do estabelecimento de escolas primárias; ênfase resultante do exercício do periódico, revista que se apresenta como a materialização dessa construção histórica que produziu diversas representações e práticas. Segundo Chartier (2002), as representações são problematizações da realidade que conduzem os indivíduos a avaliarem o mundo por meio de discursos que o apreendem e o estruturam, tais discursos podem ser vistos em textos ou imagens que dão a ver e a pensar o real. Portanto, a *Revista Mensal* (1908-1931) foi crucial para o desenvolvimento da educação adventista no Brasil, bem verdade que muitos outros fatores contribuíram para essa construção histórica, elementos talvez que se perderam por falta de registros; mas o periódico é testemunha histórica dos fatos e nos ajuda a compreender como a denominação se utilizou da imprensa como meio de difusão de sua proposta educacional.

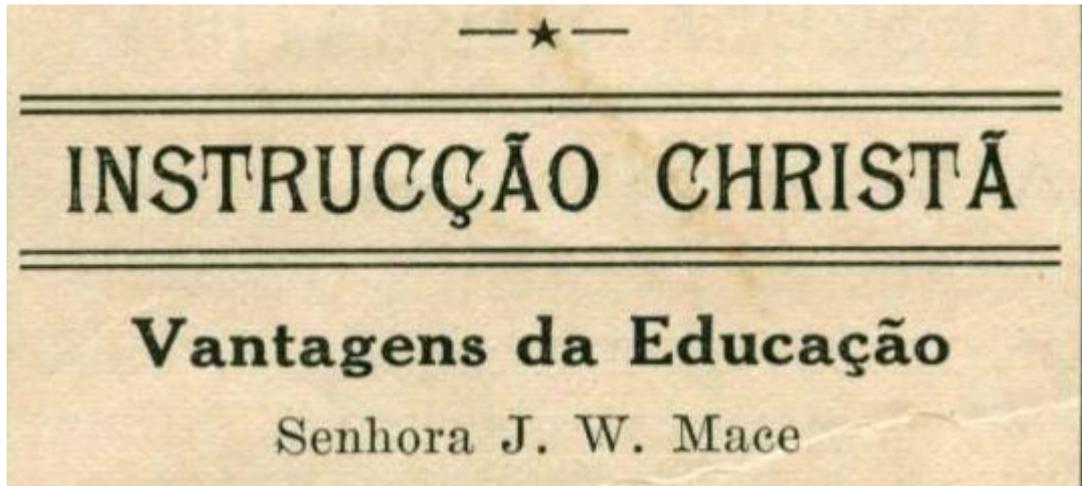
Outro detalhe extremamente relevante é o uso de dois termos que são usados de maneira intercambiáveis nos títulos dos artigos em questão. Como é possível observarmos no quadro 01, entre os 7 primeiros anos que a revista se ocupou em tratar assuntos da educação/instrução cristã por meio da publicação de seções fixas, houve uma grande alternância entre os títulos da seção. Das 32 edições, 23 seções foram expostas como *Educação Cristã*, para 9 identificadas como *Instrução Cristã*. Essas sucessivas edições demonstram nuances nas alterações, capazes de indiciar redefinições de conceitos, como por exemplo, o foco da proposta da escola adventista no país deveria ser nas práticas educativas ou nas práticas pedagógicas? De que forma as atividades educacionais de dita escola seriam reconhecidas nacionalmente? A seguir, na figura 3, apresentamos o título de um artigo: *Instrução Cristã*. Essa variação de nomenclatura representou uma significativa revisão no conteúdo dos escritos, que

---

<sup>19</sup> Os dados referentes ao estado do Maranhão são apresentados no próximo item.

anteriormente tratavam especialmente de práticas educativas, desenvolvidas no lar, na igreja e por vezes na escola via práticas pedagógicas; mudança de título que direcionara particularmente esses editoriais para enfatizar nas práticas pedagógicas e escolares implementadas nas instituições adventistas em escala nacional.

Figura 4 – Seção Instrução Cristã



Fonte: Revista Mensal, v. 18, n. 8, p. 14, ago., 1923.

Para compreender essa dinâmica, podemos recorrer à História dos conceitos (como teoria) que tem como pressuposto, que cada palavra nos remete a um sentido, e que os conceitos são o resultado de um processo de teorização e articulam-se a um certo contexto sobre o qual também podem atuar, tornando-os compreensíveis (Koselleck, 1992). A história dos conceitos é uma abordagem interdisciplinar que se concentra na origem, evolução e mudanças de significados em diferentes áreas do conhecimento; enfoque fundamental na interpretação da história, já que a teoria que conduz o trabalho do historiador rumo a suas conclusões, está intimamente relacionada com a concepção que os indivíduos têm de determinados conceitos. Tal história se desenvolveu como uma maneira de analisar como as palavras que geram sentido e que formulam os conceitos que usamos para descrever o mundo ao nosso redor, evoluíram ao longo do tempo e como seu significado foi afetado por mudanças culturais, políticas e sociais.

A sua construção histórica se estabelece a partir de uma determinada visão de mundo, que conseqüentemente molda a forma de se avaliar a realidade, nascem como noções e finalmente encontram realidade concreta quando se estabelecem como conceitos propriamente ditos; abordagem que “[...] introduz com sua perspectiva historicista sobre os sistemas conceituais todo um novo campo de atuação para os historiadores, que é o da ‘história dos

conceitos’. Com isso, a teoria torna-se objeto de uma pesquisa historiográfica.” (Barros, 2017, p. 63).

A mudança constante dos títulos dessa seção demonstra ainda que os envolvidos na redação participavam de um processo de construção de um imaginário coletivo. A respeito da proposta da escola adventista no Brasil, Ferreira e Souza (2019) marcam os anos entre 1916 e 1939, como período de estruturação do sistema pelo qual tal escola seria expandida em cenário nacional. Dante disso, a documentação indica que o que estava em jogo na mudança dos termos instrução e educação não era mero capricho dos editores, mas sim a influência que tais conceitos tiveram na constituição de tal proposta educacional. Dinâmica que ao gerar resultados práticos, faz com que a instituição adote o termo educação para indicar as atividades das escolas adventistas no Brasil. Desse modo, a utilização do termo “Educação Adventista” foi usado pela primeira vez em uma documentação oficial, apenas em 1929 na edição do mês de maio da revista do mesmo nome:

Todo o leitor da Revista Mensal devia ser assignante do ‘O Collegial’, o expoente dos interesses da *educação adventista* no Brasil. Basta mandar o nome e endereço com 2\$000 em sellos do correio, e receberá esta importante revistazinha durante doze mezes a contar da data em que é recebida aqui.<sup>20</sup>

Aqui nós usamos frequentemente o termo escola adventista, ao invés de educação adventista, já que na documentação analisada esse era o termo recorrente. É só a partir de 1928 que o termo Educação Adventista se populariza, tanto na revista como entre os adventistas no Brasil; a difusão de sua escola conferiu ao termo status de oficialidade, tornando-se a designação predominante que representara não apenas as atividades educacionais, mas também seus princípios institucionais. Mas, os conteúdos dos artigos, por outro lado, são diversificados, como por exemplo: orientações sobre a postura dos pais quanto a uma educação doméstica devidamente religiosa, o incentivo para os responsáveis colocarem seus filhos em escolas denominacionais, reflexões sobre a responsabilidade institucional bem como a individual sobre a extensa obra educacional, algumas notícias do seminário adventista que ficava no interior de São Paulo; mas sobretudo, artigos que traziam relatórios detalhados do funcionamento das escolas primárias espalhadas pelo Brasil, por conseguinte, são relatos que ajudam a traçar, mesmo que de maneira parcial, um visão das escolas adventistas durante o período. Essa concepção é apresentada a partir de algumas especificidades das escolas que estavam em funcionamento, haja vista os métodos de ensino trabalhados, os usos do tempo escolar, os espaços escolares, a formação docente e os saberes escolares.

---

<sup>20</sup> Revista Mensal, v. 24, n. 5, p. 8, maio, 1929, grifo nosso.

Nessas seções, pouco ou quase nada se fala sobre métodos de ensino; realidade que pode ser explicada por duas razões. Em primeiro lugar o ideário de utilizarem os métodos norte-americanos. Em 1908, em um artigo referente à conferência da sede da denominação na América do Sul, onde se tomaram algumas decisões visando o desenvolvimento da obra educacional, o estabelecimento de novas escolas foi um desses votos; escolas que funcionassem seguindo os métodos seguidos nas escolas adventistas da América do Norte (*Revista Mensal*, v. 4, n. 4, abr., 1908). Porém, não há mais nenhum indicativo sobre algum método usado nessa região que fosse aplicado nas escolas brasileiras, o que sugere que não foi possível a sua aplicação de modo efetivo e duradouro. A segunda razão é a apropriação de métodos nacionais. Em 1919, encontramos uma nova percepção sobre os métodos usados na década de 1920 no artigo *Nossos departamentos III*, onde se sugere que os métodos usados nas escolas públicas brasileiras poderiam ser utilizados pelas escolas adventistas, uma vez que:

As escolas publicas, nos ultimos annos, melhoraram grandemente os seus methodos de ensinar. Fazem uso de lições praticas, quadros e desenhos, afim de aciarar ás mentes juvenis as lições difficeis. Do mesmo modo pode-se simplificar e tornar interessante a verdade presente para as mentes activas de nossas crianças. Os methodos de ensino que têm sido adopta los com tanto exito nas escolas publicas, podiam ser empregados com o mesmo resultado. Tal procedimento produziria mais resultados do que uma excitação religiosa de character emotivo, que se desvanece tão rapidamente como appareceu.<sup>21</sup>

Nessa perspectiva, é provável que o método citado seja o intuitivo, método que dava grande atenção à observação dos objetos, da natureza e dos fenômenos, além da educação dos sentidos. Tal método propusera uma comunicação dos saberes escolares por meio de uma elaboração reflexiva dos conhecimentos; processo que envolvia a ação direta do professor que deveria criar as condições necessárias para que os alunos pudessem ver, sentir e observar os objetos, atividades que eram realizadas com o auxílio de objetos escolares, além da realização de visitas e excursões às imediações da escola. No Brasil, esse método permaneceu em atividade até 1930 (Faria Filho, 2007).

As escolas adventistas nesse período eram majoritariamente paroquiais. Menslin (2015) as conceitua como pequenas estruturas que eram mantidas pelas congregações locais, onde por iniciativa dos próprios membros se iniciavam as atividades escolares que objetivavam educar as crianças dos novos membros, o que gerava a imagem de pequenos espaços escolares, seja com respeito à arquitetura, seja segundo o número de alunos. Essas pequenas escolas também serviam aos objetivos missionários da igreja, já que portas também se abriam para

---

<sup>21</sup> *Revista Mensal*, v. 14, n. 4, p. 4, abr., 1919.

crianças que ainda não eram adventistas como formas de aproximá-los à denominação, sendo possível visualizá-las em fotografia publicada na revista em 1922 (Ver figura 4).

Pequenas escolas que podiam funcionar em dois ambientes, na residência de algum membro da determinada igreja local, como era mais comum e nas dependências da própria igreja. Mas nessa década em especial, os adventistas estavam por fazer planos não apenas para estabelecer mais dessas escolas, mas especialmente para estruturar as escolas já existentes, e um passo fundamental desse processo era o de construir prédios apropriados como encontramos no relato da escola primária de Palmares, localizada no estado de São Paulo:

Abriu se a escola no dia 28 de março do corrente anuo e desde então até á presente data tem ela estado a funcionar ininterruptamente. Como sala de aulas lhes serve uma grande sala da casa do irmão Joaquim Gnutzmann. Estão os irmãos fazendo planos para construir, antes que comece o segundo ano escolar, um edifício escolar e uma casa de moradia para o professor.<sup>22</sup>

Figura 5 – Escola primária de palmares<sup>23</sup>



Fonte: Revista Mensal, v. 17, n. 7, p. 9, jul., 1922.

Além do fato de serem estruturas improvisadas, eram impróprias para o ensino e ofereciam riscos à saúde das crianças, como se mostra na figura 04, imagem que nos ajuda a dimensionar as condições desses locais. Apesar da baixa resolução da fotografia, ainda nos diz muito sobre essas escolas. Em primeiro lugar a quantidade de alunos, apenas 17, sugere um local pequeno e apenas uma sala. A casa de madeira e visivelmente carente pode indicar condições de higiene comprometidas, o que dificultaria em muito o processo de aprendizagem.

<sup>22</sup> Revista Mensal, v. 17, n. 7, p. 9, jul., 1922.

<sup>23</sup> Ver no ANEXO C fotos de outras escolas primárias iniciadas na década de 1920 no Brasil.

Locais improvisados que comprometiam o tempo escolar, operacionalizavam em geral em dois turnos: o primeiro (no diurno) as aulas funcionavam desde as 10 horas da manhã até as 2:30 da tarde, com um intervalo ao meio-dia para o lanche; o turno noturno (o segundo), realizavam-se as aulas das 6:30 até as 10 horas da noite. Esse horário alternativo ajustado às várias realidades, se devia ao fato de que os locais tinham outros usos, seja doméstico ou denominacional. Outra importante consideração diz respeito às aulas noturnas; indícios parecem apontar para a organização de uma classe especial destinada para a educação de jovens e adultos, evidenciados pelo horário de encerramento das aulas, que ocorria às 10 horas da noite, horário este que seria inadequado para ministrar aulas a crianças pequenas. Essa indicação levanta questões importantes sobre a natureza e o propósito dessas aulas noturnas, bem como sobre a dinâmica e a estrutura educacional adotada pela instituição nesse contexto específico.

Pela condição de pioneira do projeto educacional das escolas adventistas no início dessa década, ainda não havia um currículo bem estabelecido ou uma dinâmica bem estruturada e uniforme. Os conteúdos escolares, bem como suas atividades, eram muito limitados e giravam em torno de atividades religiosas, além de disciplinas de cunho cívico, sendo

[...] a Bíblia o centro de toda a instrução. Tinha classes de Bíblia regularmente todos os anos. As aulas começavam cada manhã com oração e o cantar hymno evangélicos. [Era] ensinada a cortezia christã e as creanças [eram] constantemente apontadas a Jesus como seu Salvador e exemplo moral.<sup>24</sup>

Sem embargo, dentro do ambiente da escola adventista como uma figuração, encontramos dois grupos de sujeitos: os líderes denominacionais e os professores das escolas primárias; relação se estabelece de várias formas. Em primeiro lugar quanto à função de cada um deles. Os líderes da denominação tinham como projeto para essa década estabelecer muitas escolas primárias no Brasil; escolas que deveriam estar agregadas à estrutura das congregações locais que lhe dariam o suporte necessário para seu funcionamento. Já as pessoas que eram colocadas como professores deveriam estar a disposição não apenas para ministrar aulas, mas também para fundar estes espaços escolares onde não existiam; ou seja, cabia a esses professores a fundação, a gestão e a execução do projeto educacional.

Porém, tais planos colidiam com um grande obstáculo: a formação pedagógica. Desse modo, não havia professores para a sua efetivação e a maioria das pessoas que se dispunham a realizar esse trabalho, não tinham qualificação necessária nem experiência. Na edição de abril de 1922 da *Revista Mensal* (1908-1931), foi descrita a realização do primeiro curso normal, com a finalidade de preparar professores para essas novas escolas primárias que seriam

---

<sup>24</sup> Revista Mensal, v. 17, n. 10, p. 10, out., 1922.

estabelecidas ao redor do Brasil. Esse curso de duração de dez semanas, teve início no mês de março no seminário adventista e contou com a participação de cinco alunos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, que após finalizarem, foram enviados para suas respectivas regiões a fim de estabelecerem novas escolas primárias. A falta de docentes qualificados, ou mesmo a iniciativa da instituição em qualificar um número maior de professores é uma das grandes razões do fenômeno encontrado em muitos estados brasileiros, onde a escola adventista demorou em muito a se estabelecer, a exemplo do estado do Maranhão.

O foco desse breve curso normal, que deveria acontecer de dois em dois anos, é apresentado a partir das práticas pedagógicas e das práticas educativas que eram promovidas e que deveriam servir como base para o funcionamento das novas escolas primárias, concebidas como o resultado do envio desses alunos para lugares onde não havia tais estabelecimentos. De fato, esse era o objetivo do curso, instaurar novas escolas. A *Revista Mensal* (1908-1931) era usada não apenas para relatar as atividades, mas sobretudo, para atrair leitores que estivessem dispostos a fundarem ditas escolas. Em um texto de W. E. Murray em abril de 1922, é feito um vigoroso apelo nesse sentido, o que revela a expectativa dos próprios membros da denominação que enviavam correspondências à revista com pedidos para receberem tais professores, objetivando mais escolas paroquiais.

Em todas as partes os nossos irmãos pedem escolas; mas para garantir um trabalho permanente é preciso preparar os professores. Importa que o professor seja treinado para o seu trabalho. Queremos professores que dediquem toda a sua vida a este ramo da nossa obra. Doravante receberão credenciais, baseados nos seus conhecimentos. Não ha jovens que desejam começar a treinar-se para a importante missão de educar as crianças que serão os futuros membros da igreja? Se houver taes pessoas gostaria eu de saber algo a respeito deles.<sup>25</sup>

Aqui, encontramos claramente pressões que envolviam todas as ações e movia tais indivíduos. Se de um lado temos as instâncias administrativas da denominação no Brasil pressionando pela implantação de escolas primárias, plano esse que era imposto pela sede da organização localizada nos Estados Unidos; do outro, localizamos a reivindicação dos pais adventistas que desejavam que seus filhos tivessem acesso a uma educação religiosa que coadunasse com os princípios de sua fé. Pais que enviavam constantemente correspondências para a *Revista Mensal* (1908-1931) pedindo que tais escolas fossem abertas, pedidos de todas as partes do país e representavam um anseio generalizado. Essas tensões geravam engajamento e relação de interdependência entre os líderes denominacionais e os professores dessas escolas que deveriam se unir para a efetivação de tal planejamento.

---

<sup>25</sup> Revista Mensal, v. 17, n. 4, p. 8, abr., 1922.

Outra observação notável é em relação à quantidade de mulheres envolvidas nesse curso normal. Dos cinco primeiros alunos desse curso, três eram mulheres: “[...] são os seguintes os professores que assistiram a este curso: Do Rio Grande do Sul: Carolina Capteinat e Albertina Dassow, de Santa Catharina: Frederico Stuhlmann e São Paulo: Luiza Hoffmann e Silvestre Toddai.”<sup>26</sup> Isso também refletia uma realidade bem conhecida no Brasil, já que “[...] durante os últimos anos do século XIX, a presença de mulheres tornou-se maior nas escolas normais, passando também a exercer pela primeira vez a profissão de professoras.” (Nascimento, 2005, p. 184).

Todas as citadas, já eram professoras que estavam envolvidas nas atividades de alguma escola primária, seja na docência, mas, sobretudo na gestão, já que como não havia muitas pessoas disponíveis, em geral, o acúmulo de funções era inevitável; escolas gerenciadas por uma pessoa, também servia como professora auxiliada por pais de alunos e membros da igreja local de forma voluntária. A participação das mulheres como precursoras dessas escolas é uma marca da prática escola protestante no Brasil. Um exemplo disso eram as escolas presbiterianas que eram abertas e dirigidas majoritariamente por mulheres (Nascimento, 2005). Em outras palavras, a história da difusão do protestantismo e de suas especificidades se mistura com a própria história da imprensa e da mulher.

Os apelos feitos na revista geraram resultados práticos, um aumento significativo dos alunos. De cinco que foram matriculados da primeira turma em 1922, dezessete adentraram em 1924 para o curso de escola primária, dentre esses, treze já eram professores de escolas paroquiais que haviam sido abertas, e que agora seus professores, que em geral eram os responsáveis por fundar a escola, estavam sendo enviados para se qualificarem. Em 1926 já eram vinte e cinco, o que indica o crescimento considerável de novos professores, e ainda a possibilidade de muitas outras escolas paroquiais serem estabelecidas. O relato do curso de 1926 é o mais detalhado de todos, apresentando as atividades que eram desenvolvidas e os assuntos que os professores deveriam desenvolver nas escolas locais. Sem embargo, os detalhes encontrados na documentação nos permitem obter uma visão, embora fragmentada, de que essas escolas, apesar de um começo modesto e em condições distantes do ideal, receberam a aprovação dos pais. Tal consentimento se manifestou por meio de correspondências de diferentes partes enviadas à revista, solicitando o estabelecimento de escolas semelhantes em suas próprias localidades. Esses relatos servem como evidência de que o projeto educacional

---

<sup>26</sup> Revista Mensal, v. 17, n. 4, p. 8, abr., 1922.

estava pronto para ser difundido em todo o país, especialmente em estados onde a presença dos adventistas era mais recente, como é o caso do estado do Maranhão.

Esses tópicos foram apresentados sobre os vários aspectos do magistério, assuntos relativos à vida espiritual do professor, ao ensino das matérias dos primeiros anos, à disciplina escolar, à frequência e ausência dos alunos, à relação entre a igreja e a escola e, algumas orientações sobre como preencher os relatórios e formulários que deveriam ser enviados regularmente aos órgãos de supervisão, bem como às correspondências para a *Revista Mensal* (1908-1931) que deveriam enviar regularmente, com o intuito de incentivar jovens a entrar no curso normal, além de animar os professores que estavam espalhados pelo Brasil para continuarem se esforçando. As ações desses indivíduos estavam interligadas e funcionavam como instrumentos de cooperação para um objetivo comum. Nessa figuração, não havia entre os grupos de indivíduos combates entre si, mas interdependências em relação a suas necessidades, bem como à formação social.

A relevância de entendermos a forma como tal periódico apresenta as escolas adventistas é fundamental para a formação de uma imagética de como seriam implantadas no período nos estados brasileiros e conseqüentemente no Maranhão. Dessa forma, traçar um arquétipo educacional em função da proposta e estrutura, assim como dos saberes, práticas e representações que as identificam, como por exemplo, os requisitos que a própria instituição estabelecia para que tais escolas fossem estabelecidas em novos lugares, para além do espaço e mobília adequados, do devido financiamento e de professores disponíveis e diplomados, evidenciam que havia um padrão na revista, ainda que modesto, que deveria ser atendido, para que a autorização da instituição para abertura de ditas escolas se concretizasse, sublinhando o nível de organização existente tão necessário para a operacionalização de dito projeto. Tais diretrizes, embora tivessem sua existência ligada à busca de uma educação de qualidade, poderiam eventualmente esbarrar em circunstâncias onde as condições previstas não existiam; determinações estas que poderiam se tornar barreiras para a efetivação do projeto em alguns lugares.

A escola adventista, portanto, teve seu período de alavancamento e difusão de sua rede educacional no Brasil durante a década de 1920. No período, o país testemunhou o crescimento e efervescência de um movimento que buscava a renovação dos princípios e práticas pedagógicas. Tal movimento ficara conhecido por muitos nomes: Educação Nova, Escola Ativa; mas, sobretudo, por Escola Nova. Os educadores de todo o país ficaram entusiasmados com um modelo de escolarização, além dos professores, todas as instituições de ensino foram marcadas profundamente por tal debate.

Para uma avaliação mais completa da escola adventista, é necessário entender tais tendências do campo educacional, que permeavam o cenário brasileiro; panorama que envolve diversas especificidades e nuances que transcendem os assuntos da instrução. Nessa lógica, como entender tal movimento diante do cenário político em mudança no país? De que maneira tal ideal reformador contribuiu para a formação de uma nova concepção de sociedade brasileira? Em que aspectos tal modelo difere da escola tradicional? Quais elementos relacionados a saberes e práticas caracterizaram tal iniciativa? Qual a sua abrangência e influência sobre as diversas instituições educacionais como a escola adventista?

## **2.2 O movimento Escola Nova no Brasil (1920-1930): debates por renovação e modernização**

O espírito do período da primeira república, de transformações e construção, alcançou nos anos de 1920 a 1930, o ambiente educacional brasileiro. Para os envolvidos nesse trabalho, dos desafios que o país enfrentava, o mais urgente tinha que ver com os da educação. Para a reconstrução nacional, o aparelhamento das influências culturais seriam os fatores fundamentais da reforma tão esperada na sociedade brasileira. O ideário de modernização, urbanização, rigor científico e da formação de uma nova concepção de ser humano chega nos espaços onde a instrução brasileira era debatida e apresenta uma nova perspectiva como uma alternativa para a escolarização. Repensar o sistema escolar era prioridade para que a nação pudesse alcançar a tão sonhada modernidade.

O resultado dessa diligência foi a adoção de um conjunto de princípios que visavam uma renovação da educação brasileira, que já havia se mostrado relevante desde meados do século XIX até início do século XX em países da Europa e nos Estados Unidos a partir das ideias de intelectuais como Maria Montessori, Édouard Claparède, Alfred Binet, Ovide Decroly e John Dewey. Esse movimento haveria de ficar conhecido como *escola nova*, e propunha rever as formas tradicionais do ensino, expandir a compreensão das necessidades da infância, mas acima de tudo fazer com que a escola fosse capaz de acompanhar as mudanças da sociedade e prover soluções para demandas modernas.

O cerne de tal movimento reformador foi sua obstinada oposição à pedagogia e à escola tradicional, que segundo Monarcha (1990) foi declarada como insuficiente diante das exigências de uma nova sociedade que surge da modernidade capitalista. A maior contestação do movimento escola nova foi em relação ao modelo pedagógico que tinha por principal

defensor Johan Friedrich Herbart<sup>27</sup>. Este movimento propôs contrapor as principais ideias desse antigo sistema a fim de estabelecer princípios que se adequassem às necessidades reais das crianças diante dos novos desafios impostos pela nova configuração social que se apresentava com a mudança da sociedade brasileira.

Não é um de nossos objetivos fazer um tratado filosófico das ideias desses movimentos. Porém, para compreender as práticas do movimento escola nova em contrapartida à escola tradicional, é necessário a apresentação de tais conceitos que foram basilares para esse fenômeno reformador, além de demonstrar que esses ideais apresentam um quadro de representações em lutas (Chartier, 1991); quadro que pode nos ajudar a entender dita dinâmica. Monarcha (1990; 2009) faz um resumo das principais ideias da escola nova que entraram em rota de colisão com a escola tradicional, sendo importante notarmos que nem todas as ideias do antigo regime foram desconsideradas. Contudo, as concepções que são concebidas como basilares foram repensadas e reformuladas. Para facilitar a visualização e a identificação desses princípios, organizamos um quadro comparativo com os principais ideais da escola tradicional e da escola nova e como elas se relacionam.

Quadro 2 – Ideais da Escola Tradicional e Escola Nova em contraste

<b>ESCOLA TRADICIONAL</b>	<b>ESCOLA NOVA</b>
Instrução como objeto do padrão Cívico- - nacionalista	Instrução como meio de transformação social e moral
Formação universalista	Formação adaptada às realidades circundantes
Educação com bases filosófica	Educação com bases pragmáticas
Concepção mecânica da infância	Concepção autônoma da infância
Perfectibilidade humana (formação do homem ideal)	Adaptabilidade humana (formação do homem ideal)
Centralidade no professor	Centralidade no aluno
Transmissão e memorização	Aplicação dinâmica, prática e útil
Pedagogia mecânica e coercitiva	Pedagogia científica e técnica
Pedagogia como ciência estática	Pedagogia crítica e analítica
Práticas pedagógicas verbais e abstratas	Práticas pedagógicas experimentais
As crianças se adequando às práticas escolares	As práticas escolares se adequando às crianças
Educação oligárquica	Educação democrática

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Tais abordagens harmonizavam duas realidades que convergiam, as novas necessidades da sociedade em processo de modernização e as expectativas dos educadores por

<sup>27</sup> Johann Friedrich Herbart (1776-1841) foi um filósofo e educador alemão, conhecido como o pai da pedagogia tradicional, e é considerado um dos primeiros intelectuais tanto da psicologia quanto da ciência da educação moderna. No início do século XIX ao escrever suas principais obras, defende a ideia de instrução educativa; umas das suas grandes contribuições para os estudos pedagógicos, onde distingue educação da instrução (Freitas, 2013).

renovação da educação. Desse modo, solucionar a aproximação de tais paradigmas seria pelo estabelecimento de novos ideais que geraram novas práticas. A elucidação desses princípios pedagógicos é essencial para compreendermos como tal iniciativa se movimentou entre as instituições de ensino na época, como na própria escola adventista que teve seu apogeu no período; crescimento do número de escolas primárias, que foi de muitas formas influenciado por novos saberes e práticas.

A própria escola adventista nasceu a partir de uma insatisfação com o ensino tradicional; descontentamento que gerou nos Estados Unidos (onde oficialmente surgiu), a necessidade de oferecer um tipo diferente de instrução/educação. Tal disposição só foi possível devido à harmonização dos precursores de dita educação com ideais reformadores da época, especialmente os que propuseram uma educação nova. Knight (2010) afirma que é inadequado pensar que os adventistas estabeleceram novas bases para o pensamento educacional, ou que concorreram com as reformas da época; para o autor seria muito mais seguro pensar que tal instituição se valeu de princípios que estavam em ascensão, que propunham um novo modelo de escolarização em contraste com o modelo tradicional.

É nesta década que é fundada a Liga Internacional para a Educação Nova em 1921, onde um grupo de educadores preocupados em romper com o modelo tradicional de ensino escolar, se organizaram em busca da adesão de outros educadores ao redor do mundo. As atividades da organização se desenvolveram a partir dos eventos realizados, ao total sete grandes desses internacionais entre 1921 e 1936. (Monarcha, 2009; Lourenço Filho, 1978). No Brasil, assim como nos países citados, esse movimento foi liderado por educadores profissionais, entre eles: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Francisco Venâncio Filho, Manoel Bergstrom, Lourenço Filho, Jonathas Serrano e Edgar Roquette-Pinto. Trabalhos preponderantes para a difusão do debate em termos nacionais; contudo, os ideais da escola nova brasileira, se estabelecem na contramão do exposto, e podem ser resumidos nas palavras de Lourenço Filho em *Escola nova*, artigo publicado na *Revista Educação* (1930-1932) em 1930:

Para um Brasil novo, uma escola nova. Nova, antes de tudo, pela reforma de sua finalidade. A escola publica não pode continuar a ser um aparelho formal de alfabetização, ou simples machina que prepare alumnos para certificados de exames e de conclusão de curso, segundo programmas elaborados em abstracto, para uma criança. [...] Tem que ser um organismo vivo, capaz de reflectir o meio, nas suas qualidades, e de cooperar para a melhoria dos costumes. Tem que ser um órgão de adaptação e de coordenação. De adaptação, pelo interesse em affeição a intelligencia infantil aos problemas de seu ambiente proprio; o primeiro dever da escola, digna desse nome, é o de radicar o alumno ao seu pequeno torrão, seja a fazenda, bairro ou cidade, pelo apurado exame de seus problemas especificos, proposição de soluções que o habilitem a agir, nesse pequeno mundo, no sentido de melhorá-lo e engrandecelo. Desde as questões economicas, basicas na organização social de hoje, até as

preocupações moraes da localidade, de tudo a escola deve reflectir a vida que a criança vive lá fora, por tudo escola deve interessar-se, porque a escola nova deixa de ser a escola do mestre, do inspector ou do director geral, como até agora tem sido, para tornar-se a escola das crianças a que deve servir. Mas, além de adaptar, sem sujeitar, tem a escola de ser um órgão que coordene, no sentido de implantar os ideaes nacionaes de renovação. De um aparelho formal, rigido, separado da vida real, teremos, pois, que fazer um aparelho flexivel, animado por um espirito de finalidade social, sempre presente. A escola nova tem que ser uma escola com alma, a alma do Brasil novo.<sup>28</sup>

A citação em questão destaca o princípio fundamental do movimento Escola Nova, que centrava o processo educativo na criança, tanto em sua condição de aluno, como de cidadão. Por outro lado, as práticas pedagógicas deveriam ser construídas visando todas as particularidades e requerimentos individuais das crianças; especificidades que deveriam ser consideradas e integradas no processo educativo. Esse ideal tinha como propósito primordial transformar a educação em um instrumento de renovação social, reconhecendo a importância de uma educação personalizada e adaptada. Além disso, as propostas do movimento Escola Nova enfatizavam a colaboração e interação da escola pública com outras instituições educacionais como a própria escola adventista, a fim de assegurar a efetiva implementação de seus preceitos. Nesse sentido, o propósito era o de integrar indivíduos e instituições em um esforço conjunto para concretizar esse ideal educativo.

Por exemplo, quando se afirma que a escola “[...] tem que ser um organismo vivo, capaz de reflectir o meio, nas suas qualidades, e de cooperar para a melhoria dos costumes”<sup>29</sup>, parece indicar que as instituições de ensino deveriam reconhecer seu lugar como entidade dinâmica e ativa no meio da sociedade, não apenas como um instrumento de comunicar saberes, mas também de moldar práticas culturais. Se considerarmos que a escola nesse período era vista como instrumento de dominação das massas pelo projeto republicano, e que “[...] esse projeto intencionava homogeneizar costumes, hábitos e quereres, delineando um sistema de ensino dirigido e controlado, de forma a produzir a unificação da nação brasileira e produzir a equidade” (Rossi, 2017, p. 159), tal proposta da educação nova se baseia em dar autonomia à escola.

Já quando se faz referência que a escola tem que ser “[...] um órgão de adaptação e de coordenação. [...] pelo interesse em affeição a intelligencia infantil aos problemas de seu ambiente próprio.”<sup>30</sup>, aponta-se para a nova forma que a escola deveria adotar para comunicar

---

<sup>28</sup> Revista Educação, v. 1, n. 1, p. 3, out./dez., 1930.

<sup>29</sup> Revista Educação, v. 1, n. 1, p. 3, out./dez., 1930.

<sup>30</sup> Revista Educação, v. 1, n. 1, p. 3, out./dez., 1930.

seus saberes, na medida em que métodos de ensino arcaicos ainda eram usados, e nenhum resultado se via. Porém, a escola nova propusera que o método intuitivo fosse adotado, no qual “[...] o ato emancipador da criança só se tornaria real na medida em que toda ação fosse praticada pelas mãos dos interessados [...] método denominado de intuitivo [que] pode ser resumido por meio das seguintes palavras: experiências dos sentidos.” (Oliveira; Mesquita; Nascimento, 2015, p. 216).

Para os defensores da educação nova, “[...] a escola dev[ia] reflectir a vida que a criança vive lá fora [...], porque [ela] deixa[va] de ser [...] do mestre, do inspector ou do director geral, como até agora tem sido, para tornar-se [...] das crianças a que deve servir.”<sup>31</sup>; sinais referentes ao grande impacto que tal ideário renovador teve no processo de ensino e aprendizagem, visto que anteriormente tal demanda estava centralizada nos adultos, na figura dos mestres e gestores. Com base nas novas concepções da infância, o foco de tal processo deveria ser direcionado para as crianças. E é a partir dessa nova abordagem, que no período da Primeira República, observa-se um fenômeno em que o ensino primário assume um papel de destaque como possivelmente a instituição mais influente na sociedade brasileira. Dessa forma o ensino primário se converte em uma prioridade para os responsáveis pela instrução pública, tanto educadores quanto líderes públicos. Ademais, a instrução primária recebeu notória atenção devido à sua natureza democrática, uma vez que era por meio dela que toda população se transformaria em um povo, como os ideais liberais deste período propuseram (Nagle, 2009). Ou seja, fora justamente por causa dessa mudança de paradigma que a escola primária encontrou a devida notoriedade.

Naturalmente, esses discursos que configuram o compromisso e aspirações coletivas estão repletos de representações que buscaram moldar as práticas escolares no novo modelo de escolarização proposto. Uma das razões mais marcantes do alcance dos ideais do movimento foi a diversidade de novas abordagens, o que naturalmente foi o resultado dos diferentes sujeitos liderando as questões que foram levantadas. No Brasil, dos vinte e seis indivíduos que assinaram o *Manifesto da Educação Nova* publicado em 1932, os mais influentes, segundo alguns estudos<sup>32</sup>, foram Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Francisco Venâncio Filho, Manoel Bergstrom Lourenço Filho, Jonathas Serrano e Edgar Roquette- Pinto.

---

<sup>31</sup> Revista Educação, v. 1, n. 1, p. 3, out./dez., 1930.

<sup>32</sup> Para uma análise mais aprofundada dos precursores da escola nova no Brasil ver Monarcha (1990) n’A *reinvenção da cidade e da multidão. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova* e Vidal (2013) em *80 anos do manifesto dos pioneiros da educação nova: questões para debate*.

Embora todos esses indivíduos compartilhassem a profissão de docentes, é importante ressaltar que suas contribuições transcenderam os limites da sala de aula. Além do compromisso com a instrução, eram intelectuais ativos que se destacavam em outros ramos. Suas realizações e importância no cenário nacional contribuíram intensamente na formação do arcabouço teórico ao movimento, além da confluência de suas experiências e habilidades múltiplas que favoreceram o projeto. Portanto, a notoriedade alcançada por esses intelectuais em nível nacional conferiu ao movimento uma credibilidade substancial, que por sua vez atraiu a atenção tanto do público em geral quanto das autoridades. Além disso, serviu como fonte de inspiração para outros educadores no país se engajarem na mesma causa, uma vez que “[...] as representações do mundo social assim construídas, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” (Chartier, 2002, p. 17).

Fernando de Azevedo também era sociólogo, Anísio Teixeira era jurista, Cecília Meireles era jornalista, Francisco Venâncio Filho era engenheiro, Manoel Bergstrom Lourenço Filho lidava diretamente com assuntos relacionados com a Psicologia, Jonathas Serrano era historiador e Edgar Roquette-Pinto era médico. Entretanto, de todas as áreas do conhecimento, Lourenço Filho (1978) assevera que duas se sobressaíram e se tornaram as bases técnicas para a elaboração e a promoção desses ideais no Brasil: a biologia, a medicina e a psicologia, três disciplinas que se tornaram basilares para a formação da centralidade da infância no processo educativo.

Dentro da figuração da escola nova nos deparamos com pelo menos dois grupos de sujeitos que se relacionam, os proponentes do Movimento Escola Nova e os políticos republicanos. O que estava em jogo era a contestação de antigos modelos políticos, culturais, científicos e educacionais e a busca por novos paradigmas que fossem capazes de responder às necessidades de uma nova sociedade. Estes grupos se relacionavam de modo antagônico nessa rede de interdependência mútua, já que o sucesso de suas ações dependia de um tipo específico de equilíbrio dessas tensões, onde o grupo político que estava na administração pública gerenciava a instrução de modo a beneficiar a oligarquia como parte do seu projeto de poder; já os envolvidos com o movimento escola nova, propuseram um modelo de escolarização que fosse inclusiva, que alcançasse as classes sociais menos privilegiadas, claramente essas e outras discordâncias estabeleciam uma relação conflituosa.

É nessa emergência que surge o movimento escola nova como projeto de dupla pretensão de cunho político e pedagógico que aspirava a reconstrução nacional pela reconstrução educacional. O elemento agregador e mediador entre as propostas políticas e

educacionais era o liberalismo; movimento em defesa do indivíduo, da ampla liberdade de iniciativa, da igualdade, da solidariedade e da representatividade consciente de participação de toda a população nos processos sociais.

Para Monarcha (1990, p. 17):

[...] a Escola Nova, [...] aos poucos se revela[va] como a emergência de uma nova pedagogia social, uma teoria de amplo alcance programático cujo objetivo era a construção do Homem Novo e da Boa Sociedade, articulando educação e democracia como estratégia de moralização das 'classes perigosas'.

É importante lembrarmos que os ideais políticos da escola nova não eram apresentados de modo implícito; pelo contrário, eram explícitos e estavam claro em suas propostas nos textos escritos por seus defensores, por exemplo, as cinco funções que a escola ativa desenvolveria frente as necessidades da sociedade, segundo Teixeira, em *Revista de Educação* (1930-1932):

1) A escola deve preparar o indivíduo para participar no governo do Estado e da União, com eficiência e independência; 2) A escola deve preparar o indivíduo para exercer o self-government de sua vila ou cidade e município; 3) A escola deve habilitar o indivíduo a cuidar de sua saúde e a melhorá-la; 4) A escola deve habilitar o indivíduo a progredir na eficiência e rendimento do seu trabalho ordinário; 5) A escola deve cooperar para o melhoramento geral das condições de vida da população.<sup>33</sup>

Dessas cinco proposições, pelo menos três delas tem viés político (1, 2 e 5), as quais estavam intimamente ligadas às duas premissas políticas do movimento: ao liberalismo e à democracia. Porém as propostas políticas dos indivíduos que pensavam a escola nova no Brasil esbarraram no projeto político já implantado de caráter oligárquico. O governo dominante que se revelou como um tipo estranho de liberalismo oligárquico, mesmo que pareça ambígua e contraditória essa expressão, traz propostas liberais em sua constituição, cujas premissas foram construídas para um governo que cuidasse o interesse coletivo e público, mas que na prática foi centralizando o poder numa minoria e, conseqüentemente, excluindo a participação política da população comum (Resende, 2008).

É nesse ponto que é possível notar uma clara rede de tensões e de pressões envolvendo os dois grupos de sujeitos. Primeiro, os peticionantes da renovação educacional brasileira, que pretendiam mais do que indicar mudanças na prática e nos saberes escolares, instaurar um modelo de escolarização que envolvesse todo um conjunto de especificidades da sociedade; novo modelo político que deveria reformar não apenas a educação, mas outras áreas. Depois, os indivíduos que se estabeleceram no governo republicano, que apesar de um cenário propício à renovação da educação, pouco fizeram para o estabelecimento de tal ideário; governo que fora instaurado com intenções de ser liberal e popular, especialmente quanto à educação, mas

---

<sup>33</sup> Revista de Educação, ano 2, n. 3, p. 32, nov., 1930.

que se demonstrou elitista e oligárquico, como o governo anterior. Luta de representações, que segundo Chartier (1991, p. 186) tem como “[...] problemática central [...] o ordenamento, logo a hierarquização da própria estrutura social”.

Devido à oposição para implementar-se um novo ideário político, o movimento se ocupou estritamente em desenvolver suas bases teóricas para fundamentar todo o processo de renovação esperado, envolvendo-se aqui dois grupos de indivíduos que compunham esta figuração: os educadores por formação e os intelectuais de várias áreas do conhecimento, ambos formando um corpo teórico que fosse suficientemente adequado frente aos inúmeros desafios. Nessa figuração, os professores por formação e prática, estavam responsáveis pelas questões técnicas, a revisão e adaptação dos programas curriculares, a uniformização dos testes e a classificação dos alunos no espaço escolar, como também da distribuição por graus e matérias, do estreitamento da relação entre as práticas escolares e educativas (proposta de escola que aproximou a escola da vida cotidiana — lar, igreja, etc.) e da qualificação dos professores quanto à inspeção dos alunos e a frequência escolar, para além da incorporação de um método de ensino ativo. Já os intelectuais tinham funções e ações diferentes que complementavam o projeto proposto a partir de outras perspectivas. Um dos fundamentos do movimento era oferecer às crianças condições favoráveis para que o processo de instrução ocorresse de maneira adequada e efetiva; mudanças necessárias não apenas nas práticas pedagógicas, mas nos aspectos físicos que envolviam a prática escolar. Por isso, intelectuais de outras áreas do conhecimento foram extremamente importantes nesse processo oferecendo à escola uma maneira diferente de ver outros aspectos, talvez difíceis de serem notados apenas por professores.

Essa corrente pedagógica foi desenvolvida a tal ponto de se tornar um novo modelo de escolarização apropriado por diversas instituições escolares, inclusive, pela escola adventista, por exemplo, através do recente deslocamento do centro do processo educativo, o qual passou a ser centrado na criança, juntamente com a amplificação das preocupações relativas ao desenvolvimento físico aliado à preocupação com a higiene no ambiente escolar e com a promoção de novas abordagens dinâmicas e utilitárias na condução das aulas. “Cambiamos então os processos de ensino, [...] na pedagogia experimental, em que são atendidas as condições individuais, as de ambiente, de causa e efeito, de momento, de evolução, enfim comparadora, referentes ao educando e aos métodos e processos do ensino.”<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Educação, v. 1, n. XI, p. 62, abr. 1930.

Tais propostas pedagógicas construídas sobre noções basilares estiveram sustentadas em diversos campos do conhecimento. A primeira noção, referente ao campo da biologia, estava voltada para a clarificação das condições do desenvolvimento do ser humano, que foi preconizado através do processo de formação biológica da criança que se dividia em crescimento, maturação, adaptação e condicionamento. Tal conhecimento serviria como fundamento técnico para a atividade de educar. Além disso, os estudos biológicos apresentaram a noção da influência e interação entre o organismo e o ambiente, gerando conceitos sobre adaptação que seriam fundantes para a ação educativa proposta (Lourenço Filho, 1978). Já as bases ligadas aos estudos e aplicações da psicologia, eram resultado das conclusões dos teóricos da biologia e da medicina, já que o desenvolvimento da criança não é resultado apenas de aspectos fisiológicos, mas de uma sucessão de estímulos físicos mentais relacionados entre si, como momentos sucessivos de um único processo. Os principais itens do debate foram as variações psicológicas através da idade, a caracterização objetiva das semelhanças coletivas e as diferenças individuais, além de prover um modelo explicativo do comportamento humano (Lourenço Filho, 1978); noções que serviam de base para a organização escolar, uma vez que se faz necessário que

[...] nesta these, não percamos nunca de vista o objectivo principal dessa psychologia que é conhecer pela exteriorização de estados e movimentos psycho-physicos, o homem, o ser mais sujeito a reacções intrinsecas e extrinsecas, em seu abstracto e em suas tendencias, como elemento variavel de progresso e aperfeiçoamento.<sup>35</sup>

Essas bases teóricas, portanto, podem ser identificadas como representações que moldaram a práticas relacionadas ao Movimento Escola Nova. De fato, toda a realidade das ações pode ser avaliada sob o filtro dessas representações, pois são “[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos [que] dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.”. (Pesavento, 2003, p. 39). Nesse contexto, tais representações geraram três tipos de práticas sociais singulares: práticas escolares, práticas educativas e práticas pedagógicas. Práticas que podem parecer, inicialmente, sinónimas, mas não são. Se as “[...] práticas educativas são aquelas que ocorrem para a concretização de processos educacionais; as [...] pedagógicas, são as práticas sociais exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos.”. (Franco, 2012, p. 152), definindo-se na efetivação das condições que garantem a realização do trabalho docente, as quais estão relacionadas ao modo

---

<sup>35</sup> Educação, v. 1, n. XI, p. 61, abr. 1930.

como os professores realizam seu trabalho, escolhem e aparelham o conteúdo das disciplinas ou escolhem métodos de ensino e de avaliação (Libâneo, 1992).

Já as práticas escolares são aquelas que tratam “da constituição do tempo escolar, do espaço das práticas, dos suportes materiais e dos métodos adotados” (Hebrad, 2009, p, 11). Diferente das práticas pedagógicas que estão relacionadas diretamente ao processo de ensino e aprendizagem, as práticas escolares se referem à estrutura que está por detrás desse processo, como a gestão escolar, o espaço escolar, a cultura material escolar, as políticas educacionais e a formação docente. Cada uma dessas práticas tem seu papel determinado na vida da escola e, apesar de serem distintas, se desenvolvem em conjunto e são indivisíveis, já que o fenômeno educativo só se estabelece em sua completude quando é composto da união dos elementos chaves, tais como: os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares (Faria Filho, 2007).

As primeiras noções trazidas ao debate foram as ligadas à medicina infantil que geraram diversos estudos no final do século XIX sobre a necessidade de intensificar os cuidados com a higiene para a prevenção e tratamento de muitas enfermidades; noção que alcança os ambientes escolares. O movimento escola nova se manifesta fortemente em favor da preservação da saúde na escola e pela escola; logo, a ação da escola é proposital para construir espaços que fossem adequados, tendo em conta a adaptação do mobiliário usado pelas crianças como carteiras próprias para o uso infantil, a ação do médico na escola de forma permanente à flexibilização do tempo escolar para se evitar o cansaço das crianças, e dessa forma estabelecer-se uma nova dinâmica de organização de horários, de tempos das aulas e recreio, como também a organização dos programas de ensino (Faria Filho, 2000).

Outra dessas práticas escolares instituídas foi estabelecida pela nova concepção de infância, haja vista que se considerou a criança como um ser ativo, cheio de potencialidades e de capacidade autônoma para aprender e se desenvolver com os estímulos e ambiente corretos; processo educativo que se efetivaria tomando a criança como protagonista (Montessori, 1989). A partir dessa noção, “[...] passou-se a dar, por exemplo, grande atenção ao desenvolvimento de instituições de educação pré-escolar, creches, escolas maternais e jardins de infância.”. (Lourenço Filho, 1978). Tais noções exerceram significativa influência sobre várias instituições de ensino, em particular, observou-se a priorização do ensino primário como o elemento central e fundamental do esforço educativo. Tal ênfase refletiu a influência dessas ideias nas políticas educacionais e práticas pedagógicas, ressaltando a importância atribuída à educação básica como um alicerce sólido para o desenvolvimento educacional. Essa orientação pedagógica

moldou a abordagem educativa adotada inclusive pela escola adventista no período, contribuindo para seu estabelecimento no cenário nacional.

As noções de cuidado pelo corpo também geraram práticas pedagógicas específicas, especialmente à noção de cultura física, uma disciplina escolar singular que deveria ser estabelecida, substituindo-se a ginástica pelo de educação física, pois do ponto de vista da pedagogia contemporânea, não bastava a realização de movimentos ginásticos que aperfeiçoassem certos órgãos. Para que se cumprisse a função educativa, ditos exercícios combinados deveriam estar ligados à atividade mental da criança, à atividade física. Essa disciplina específica se ocupava não apenas em colocar as crianças para fazerem exercícios sem objetivo, o planejamento intencional de certos *jogos de educação física* se fez necessário, para combinar atividades físicas com aplicações de ordem moral (Backheuser, 1958). Tal abordagem despontava como uma notável ênfase para o desenvolvimento integral, visando não apenas o treino da mente, mas de outras faculdades da criança. Nesse ponto, a escola deveria ser parte integrante na vida, aliada a outras instituições como o lar, no qual, os pais deveriam ser agentes dessa educação que buscava a integralidade dos elementos que formavam a criança.

Nessa perspectiva, para os idealistas da escola nova era

[...] preciso, portanto, actualmente, que cada escola faça, cada dia, a toda hora, também as vezes de pae, de mãe, crie um ambiente social-familiar para as suas crianças e lhes preste a maior atenção sob os classicos tres pontos de vista do moral, do intellectual e do physico. Doutro lado que procure, interessando os paes pela escola, fazê-los com que deem mais atenção aos seus filhos.<sup>36</sup>

A ênfase nos três eixos de uma educação integral: moral, intelectual e física, era inclusive um dos lemas da escola adventista, como se evidencia na seção Educação Cristã da *Revista Mensal* (1908-1931)<sup>37</sup>. A educação nova propusera integrar diversos espaços sociais com suas respectivas especificidades como a escola, a igreja e o lar, aliando práticas pedagógicas e educativas dentro do processo de ensino e aprendizagem, a fim de se estabelecer uma abordagem educacional mais abrangente possível. Naturalmente, para que tal processo fosse efetivado seria necessário a colaboração ativa dos indivíduos associados com esses espaços como pais e professores, conceito compartilhado pela educação adventista em sua filosofia educacional.

A relação ensino e aprendizagem foi uma das questões mais indagadas quanto às práticas do antigo sistema. Em um artigo publicado na *Revista de Educação*, publicada a partir

---

<sup>36</sup> Educação, v. 1, n. XI, p. 63, abr. 1930.

<sup>37</sup> Ver figura 2.

de 1930, com algumas edições especiais, no subtítulo *Escola Nova*, Anísio Teixeira critica ferrenhamente os fundamentos da escola tradicional:

Estudo é o modo de aprender uma lição. Aprender, significa aceitar e fixar na memória ou no habito um facto ou uma habilidade. Ensinar, simplesmente uma doutrinação daquelles factos ou conceitos. O cyclo era simples: profesor preleccionava, marcava a seguir a lição e tomara-a no dia seguinte. Os livros eram feitos adrede, em lições. Os programmas determinavam o periodo para se vencerem taes e taen lições. Exames, que verificavam si os livros ficaram apprendidos, condicionavam as promoções. O alumno bom era o mais docil a essa disciplina, aquelle que melhor se adaptava a esse processo livresco de se preparar para o futuro.<sup>38</sup>

O ensino e o aprendizados haviam se tornado um processo mecânico, sem, contudo, incentivar a capacidade e as potencialidades das crianças; portanto, para a escola nova a noção de aprender apontava para um modo de agir, agregar uma determinada habilidade. Esse processo se efetivava através de estímulos que geravam uma forma especial de reação por parte das crianças que deveriam ser encaradas a partir de suas potencialidades, por isso a relação entre ensino e aprendizagem deveriam estar focadas mais em aspectos científicos e técnicos que pudessem ser aplicados através da experiência. Talvez a grande ideia da escola tradicional que foi mais objetada foi a concepção formativa do ser humano. A antiga escola visava formar um homem ideal, muito distante da realidade circundante, na contramão da pedagogia contemporânea que objetivava um modelo de ações que buscava formar um homem real que se adaptasse aos desafios da vida moderna e industrializada. Diante disso, surge a ideia de uma formação integral, que buscasse unir as especificidades da instrução e da educação. A primeira, como instrumento que comunica ao homem saberes e conhecimento; já a segunda, formar no homem um aperfeiçoamento combinado de faculdades e praticidade. Diante disso, foi proposto a formulação de um currículo que acompanhasse as necessidades da vida do homem subordinadas e equilibradas a três áreas específicas: à biologia, que agregava a educação física; à psicologia que compreendia a educação científica, artística, econômica, social e política, moral e religiosa; e à sociologia que associava a educação cívica, doméstica e manual (Backheuser, 1958).

Os discursos que caracterizaram esse projeto reformador se materializaram de diversos modos, especialmente na forma de textos que foram propagados na nação a fim de difundir esse ideário singular. Em primeiro lugar, a *Revista de Educação* publicada pelos professores da antiga Escola Normal de Piracicaba entre 1921 e 1923, instituição onde Lourenço Filho lecionava, foi intencionalmente produzida e divulgada em um momento de transição de ideias educacionais; a escola velha e a escola nova combinavam-se e se objetavam ao mesmo tempo.

---

<sup>38</sup> Revista de Educação, ano 2, n. 3, p. 19, nov., 1930.

As publicações estavam preocupadas em apresentar recomendações aos alunos da escola normal sobre metodologias e programas de ensino, sobre práticas pedagógicas e o desenvolvimento infantil, objetivando-se formar professores para atuarem sob as novas medidas pensadas a partir do projeto de renovação educacional grandemente difundido na década (Inoue, 2010). Nestas publicações é possível encontrar um novo modelo de escolarização que fora apropriado por diversas instituições de ensino e que pode ser encontrada nas publicações dessas próprias instituições, como é o caso da escola adventista e da *Revista Mensal* (1909-1931).

Um acontecimento crucial para a disseminação das ideias foi a nomeação de Lourenço Filho no ano de 1930 como Diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Em decorrência disso, a *Revista Educação* (1930-1932)<sup>39</sup> que estava sob a tutela da Diretoria Geral da Instrução Pública/Sociedade de Educação de São Paulo, teve seu título mudado para *Escola Nova* em 1930 sob sua grande influência (Reis, 2017). Nesse ano, importantes artigos foram publicados sobre os princípios e práticas que regiam tal projeto, e a ampla circulação do periódico, especialmente entre educadores profissionais, serviu de semente para que o movimento chegasse ao seu auge em 1932.

Finalmente, um grupo de educadores profissionais de todo o Brasil assinara *O Manifesto da Educação Nova*, que fora publicado simultaneamente em vários órgãos da grande imprensa brasileira no dia 19 de março de 1932. Ao respeito, Vidal (2013) expõe ao menos três propósitos dessa iniciativa conjunta. Primeiro, buscava defender a proposta de educação nova em detrimento à antiga escola, defesa que foi feita a partir da apresentação dos princípios gerais sob a qual fora construída, que recomendava a formação de uma escola pública, única, laica, gratuita, obrigatória e coeducativa. Segundo o documento, criava um personagem coletivo conhecido como os pioneiros da educação nova, alcunha extremamente importante para a análise do desenvolvimento do movimento. Por último, esse texto se produzia como marco fundador no debate educativo brasileiro, como signo principal do movimento. Ideário que naturalmente alcançou os estados brasileiros, inclusive o Maranhão, com propostas de reformar uma educação que há anos estava estagnada, característica geral entre os estados do novo modelo de governo; atraso institucional pela falta de recursos, pela falta gestão e planejamentos inadequados.

A influência do ideário e das práticas da Escola Nova se disseminou amplamente pelo cenário educacional brasileiro a partir da década de 1920, alcançando tal grau de penetração

---

<sup>39</sup> Para uma apresentação sistemática da historicidade da *Revista Educação* (1930-1932) ver Monarcha (2004).

que se tornou uma força determinante em muitas instituições educacionais. Esse impacto profundo pode ser observado claramente no desenvolvimento da escola adventista durante o período. Nesse sentido, houve algum tipo de conexão entre essas concepções educacionais? Caso tal vínculo tenha de fato existido, qual foi a direção e a natureza dessa relação? Como essas interações moldaram e influenciaram os saberes e práticas pedagógicas? E como tal modelo de escolarização pode ter contribuído na expansão das escolas adventistas nos estados brasileiros? No próximo tópico, exploraremos pontos de contato entre a Escola Nova e a abordagem educacional adotada pela escola adventista, examinando afinidades sob diversas perspectivas e dimensões.

### **2.3 A Escola Nova e a Escola Adventista: confluências de saberes e práticas**

A década de 1920 foi de importância crucial tanto para o movimento da Escola Nova quanto para a expansão da educação adventista no Brasil. Durante o período, ambas perspectivas educacionais buscaram ampliar significativamente a disseminação de seus respectivos projetos em território nacional. Nesse contexto, apesar de terem evoluído quase que simultaneamente, esses movimentos não demonstraram antagonismos no que se refere aos aspectos metodológicos de ensino.

A grande contribuição dos ideais da escola adventista está relacionada com o aspecto religioso, onde vê a educação como uma forma de restaurar no homem à imagem de Deus, além da perspectiva de propor um modelo de educação cristã integral que objetivasse desenvolver nos alunos capacidades físicas/mentais/espirituais. Embora dita escola se apresente com um ideal reformador de uma educação peculiar, não trouxe à tona um novo modelo de escolarização; pelo contrário, há fortes indícios de que a Escola Nova exerceu uma influência notável, especialmente no que diz respeito à formulação desse novo modelo adotado em parte pela escola adventista.

Os princípios levantados pela escola nova eram particularmente atraentes em um momento em que a sociedade brasileira estava passando por transformações e buscava se modernizar. A escola adventista, por sua vez, que estava expandindo-se em diferentes regiões do país, necessitava se apropriar e incorporar tais elementos a fim de que fosse possível atender as necessidades educacionais emergentes de uma nova sociedade brasileira. Pressupomos ainda, que essa influência não se deu de maneira passiva, mas sim como resultado de uma adequação consciente por parte da escola adventista.

Uma das características do modelo de escolarização proposto pelo movimento escola nova era o de uma escola única, para os *Pioneiros da Educação Nova*,

Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, ‘escola comum ou única’, que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais. Em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, **as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilegio exclusivamente econômico.** Afastada a idéia do monopólio da educação pelo Estado num país, em que o Estado, pela sua situação financeira não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, **se torna necessário estimular, sob sua vigilância as instituições privadas idôneas, a ‘escola única’ se entenderá, entre nós, não como ‘uma conscrição precoce’, arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros,** e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, **mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos.** (Azevedo, 1932, p. 6, grifo nosso).

No centro do projeto da escola nova está o conceito de uma escola única. Para os pensadores deste movimento tal tipo de escola não excluía as instituições de ensino de iniciativa privada, já que ainda não havia uma estrutura nacional capaz de agregar todas as responsabilidades da educação à atividade estatal. As escolas particulares poderiam coexistir com as escolas públicas conquanto fossem incentivadas a oferecerem uma forma de instrução que se aproximasse ao máximo dos ideais da pedagogia contemporânea. Nesse caso, a escola adventista, durante o período de desenvolvimento de sua organização e difusão de escolas primárias no Brasil (de 1920 a 1930), justamente durante a deflagração desses debates de renovação educacional, esteve não apenas acompanhando de longe tal discussão, mas sobretudo assimilando saberes e práticas, como é possível visualizarmos na documentação do período.

Por exemplo, quando se afirma que “[...] em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada, [...] por um privilegio exclusivamente econômico.” (Azevedo, 1932, p. 6), parece indicar que o intento do projeto de uma escola única, apesar de claramente priorizar a escola pública como principal instrumento de difundir a educação nova, ainda assim tal desígnio não excluía a importância e a coparticipação de outros projetos educacionais como instituições religiosas. A grande questão tinha que ver com o modo como tais escolas tratariam as classes menos abastadas da sociedade, levando em conta que tal período foi marcado pela ascensão de classes sociais antes esquecidas, visto que “[...] o advento da República foi tomado como correlato da

revolução, jogando na cena política multidões até então à margem da vida política: negros, mulatos, escroques, operários, lavradores etc.”. (Monarcha, 1990, p. 63).

Para que os alvos sugeridos fossem alcançados, seria “[...] necessário estimular, sob [...] vigilância as instituições privadas idôneas, [por tanto] a ‘escola única’ se entender[ia], entre nós, não como ‘uma conscrição precoce’, arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros.”. (Azevedo, 1932, p. 6); mas tal fomento apontara para a necessidade de uma unidade colaborativa, onde as escolas públicas estariam aliadas às instituições privadas. Escolas particulares consideradas como “idôneas” provavelmente eram as que estivessem dispostas a se alinharem com o projeto e os princípios da escola nova em sua prática escolar. Tal parceria, no entanto, não existiria sem uma devida inspeção do estado quanto à qualidade e ao cumprimento dos objetivos propostos, na medida em que o regime de coparticipação desenvolvido sob vigilância era implementado. Ou seja, o caminho para o êxito da escola nova se tornava mais desobstruído e possível. No cerne dessas reformas previa-se uma “[...] escola oficial, única, em que todas as crianças, de sete a quinze, todas ao menos que, nessa idade, [fossem] confiadas pelos pais à escola pública, [tivessem] uma educação comum, igual para todos.”. (Azevedo, 1932, p. 6); sinais estes que parecem referir-se aos três pontos centrais do plano da escola nova: a expansão do acesso à escola primária para toda a sociedade, a promoção da educação popular e a busca pela equidade na instrução, ou seja, a democratização do ensino. Para Martins (2009, p. 36) no período da primeira república “[...] a educação era vista como instrumento de reconstrução social e estabilidade política, havia a crença de que por meio da massificação da escola primária o País enfim alcançaria o sonhado progresso [...] neste contexto, a Escola Nova proporcionava embasamentos científicos” para a concretização de tal ideário.

Dessa forma, o projeto educacional dos adventistas no Brasil buscava se adequar a essas novas concepções educativas. Embora tenham mantido uma instituição de ensino superior, a ênfase estava claramente na expansão das escolas primárias, indicando assim como a escola nova, a criança no centro do processo educativo, nela “[...] o pequenino João, de sete anos de idade, que tem dificuldade em articular os sons e formar palavras, pouco a pouco, graças ao esforço e paciência do mestre, Joãozinho começa a articular palavras e ler sentenças.”.<sup>40</sup> Quando se enfatizam os assuntos relacionados com a higiene escolar, não só nos alunos, como também nos próprios professores que eram instruídos no curso normal, os adventistas estavam se esforçando por disseminar a educação e ajudar a todos. “Seus collegios

---

<sup>40</sup> Revista Mensal, v. 23, n. 5, p. 13-14, maio, 1928.

[estavam] preparando professores que ir[iam] para o interior afim de estabelecer novas escolas, educando o povo o[ou] ensinando-lhes princípios de hygiene, tornando-os, emfim, cidadãos melhores e mais dedicados christãos.”.<sup>41</sup> Se percebe também esta influência quando a prática dessas escolas é concebida para além de uma educação formal, entendida mais como instrumento de transformação social através de uma educação que elevasse princípios morais, do que simplesmente um processo de aprendizagem distante e essencialmente desvinculado de outros espaços sociais como o lar e a igreja. Nesse sentido, ambas percepções viam a educação como parte integrante da vida, não apenas como preparação para ela, haja vista que os jovens deviam frequentar o colégio “[...] afim de melhor se prepararem para os deveres e responsabilidades da vida. O collegio prepara[ria] os directores do futuro, [...] pela educação moral que offerece o collegio christão [para] prover directores christãos, bem como mestres profissionaes e comerciantes.”.<sup>42</sup> Assim, o ambiente da escola deveria ser escolhido a fim de desenvolver-se uma educação experimental, onde práticas educativas pudessem ser realizadas fora do ambiente da sala de aula; “[...] a escola deveria estar localizada em tal lugar, que fosse facilmente alcançada pelas crianças. Deve[ria] ter amplo terreno para brinquedos. O edificio deveria estar em conformidade, quanto [à] luz, tamanho, posição etc., com os princípios determinados.”.<sup>43</sup>

Neste momento, é fundamental destacar como a escola adventista buscava obter reconhecimento nacional, algo inerente ao seu projeto educacional, através de suas práticas educativas. No entanto, é importante compreender que tais práticas educativas no ambiente escolar só podem ser concretizadas via práticas pedagógicas. Na escola adventista, essas práticas pedagógicas eram fundamentadas em princípios específicos, que iam desde a valorização dos ensinamentos religiosos até a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Assim, para a educação adventista alcançar o objetivo proposto, era necessário que suas práticas educativas estivessem aliadas às práticas pedagógicas, já que no espaço escolar estas são as práticas que gerenciam a principal função da escola, o processo ensino e aprendizagem. Tal processo aconteceria por meio da implementação de métodos de ensino inovadores, a utilização de recursos didáticos adequados e a formação contínua dos professores, garantindo assim uma educação de excelência que pudesse se destacar em âmbito nacional.

---

<sup>41</sup> Revista Mensal, v. 6, n. 21, p. 11, jun., 1926

<sup>42</sup> Revista Mensal, n. 18, v. 8, p. 15, ago., 1923.

<sup>43</sup> Revista Mensal, n. 25, p. 12, p. 14, dez., 1930.

Outro ponto de convergência é o papel da escola na vida como unidade integral. Para Dewey (1909), um dos principais teóricos do movimento, a escola não deveria ser uma instituição isolada da vida social; os deveres, hábitos, práticas e saberes deveriam ser integralizados e alcançar a vida prática, quebrando-se os padrões antigos de dualidade entre três realidades: entre teoria e prática, indivíduo e sociedade, intelectual e manual. Tal princípio eleva a escola como instituição preocupada com o bem-estar da comunidade; interesse tanto intelectual quanto prático, que contribui para a ordem e o progresso social, sendo o hábito moral, ao qual, todos os hábitos (práticas) escolares devem ser relacionados com as realidades da vida cotidiana (Dewey, 1909). Em outras palavras, as práticas pedagógicas não deveriam ser isoladas de outras práticas como as culturais, mas deveriam ser desenvolvidas de maneira integral.

Se para os proponentes da escola adventista tais dualidades também não deveriam existir; para White (1897), teórica da escola adventista, a escola é a arena perfeita onde as relações recíprocas entre teoria e prática devem ser alcançadas através da aplicação e do pensamento crítico, dessa forma elas deveriam tratar de questões práticas e não apenas uma recitação de teoria. Portanto, tanto para White (1897) quanto para Dewey (1909), era de suma importância alcançar reciprocidade entre a investigação abstrata e a prática subsequente ou concomitante. Sem essa reciprocidade, a teoria perderia a sua validade. Suas críticas foram apontadas para as realidades dualísticas paralelas, onde a importância do saber não se traduziria naturalmente em fazer (Vine, 2020). Nesses novos paradigmas, tanto a escola nova quanto a escola adventista se fundamentaram a fim de oferecer uma educação ligada às práticas sociais. Não obstante, para os pesquisadores em geral, e da história da educação de forma específica, é sempre um desafio estabelecer mediações a partir de representações culturais; portanto, em nossa operação historiográfica e interpretação dos fatos procuramos pontos de contato entre a escola nova e a escola adventista em função da aparente proximidade instaurada entre formas de propagação, meios de divulgação e finalidades educativas, embora com fundamentos e princípios ao parecer interpostos. Esta pesquisa indica, apoiada na interpretação dos indícios contidos nas fontes avaliadas, que as escolas adventistas foram profundamente influenciadas por um movimento cultural e historicamente mais amplo, como o movimento e apogeu da escola nova no Brasil (1920-1930); projetos políticos e/ou pedagógicos de ambos, que serão discutidos e postos em confronto. Tal experiência, só prova que nenhum objeto, indivíduo ou instituição se estabeleceu ou se desenvolveu em um vácuo histórico nem tampouco cultural; a construção da “[...] história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido.” (Chartier, 2002, p. 27).

As escolas adventistas tinham seu projeto pedagógico sustentado primordialmente no propósito de estabelecer escolas primárias em todo o território brasileiro, como escreve Joggesen, secretário do departamento de educação para os adventistas no Brasil em 1935: “[...] ao avançarmos, estabelecendo escolas parochiaes, acharemos uma obra a ser feita pelos pequenos em logares dos quaes se pensou não poder ser alli mantida uma escola. Tanto quanto possível, todos os nossos pequenos deveriam ter o privilégio de uma educação christã.”<sup>44</sup> No entanto, não é encontrado na documentação algo que indique a busca por estabelecer-se um modelo de escolarização nessa década, já que os esforços tinham como finalidade, estruturar tal educação no país; escola adventista que se inicia nos Estados Unidos em meados do século XIX e se difunde mais tarde em outros países, expandindo-se não de maneira espontânea. Seus pioneiros intencionavam importar todas as especificidades desse modelo de escolarização tendo em vista saberes e práticas específicas que em outros países encontraram novos correspondentes culturais que moldaram essas novas escolas.

No quadro três, contrastamos os ideais da Escola Nova com aqueles defendidos pela Escola Tradicional. Agora, ampliamos esse quadro para analisar como a própria escola adventista se desenvolveu simultaneamente à Escola Nova, uma vez que ambos os movimentos emergiram em contextos culturais e sociais semelhantes. Ao expandir o quadro para incluir a escola adventista, podemos discernir que seus ideais demonstram uma afinidade com os defendidos pela Escola Nova; no entanto, é categórico reconhecer que a escola adventista manteve a busca por uma originalidade distinta, fundamentada em sua proposta de uma educação religiosa.

Quadro 3 – Ideais da Escola Tradicional, Escola Nova e Escola Adventista em contraste

<b>ESCOLA TRADICIONAL</b>	<b>ESCOLA NOVA</b>	<b>ESCOLA ADVENTISTA</b>
Instrução como objeto do padrão cívico - nacionalista	Instrução como meio de transformação social e moral	Instrução como instrumento de transformação do caráter
Formação universalista	Formação adaptada às realidades	Formação adaptada às realidades
Educação com bases filosófica	Educação com bases pragmáticas	Educação com bases religiosas
Concepção mecânica da infância	Concepção autônoma da infância	Concepção criativa da infância
Perfectibilidade humana (formação do homem ideal)	Adaptabilidade humana (formação do homem ideal)	Integralidade humana (formação do homem integral)
Centralidade no professor	Centralidade no aluno	Centralidade no aluno
Transmissão e memorização	Aplicação dinâmica, prática	Aplicação pragmática
Pedagogia mecânica e coercitiva	Pedagogia científica e técnica	Pedagogia cooperativa
Pedagogia como ciência estática	Pedagogia crítica e analítica	Pedagogia crítica e reflexiva
Práticas pedagógicas verbais	Práticas pedagógicas experimentais	Práticas pedagógicas relacionais

<sup>44</sup> Revista Mensal, v. 20, n. 6, p. 10, jun., 1925.

As crianças se adequando às práticas escolares	As práticas escolares se adequando às crianças	As práticas educativas via práticas pedagógicas
Educação oligárquica	Educação democrática	Educação cristã

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Como citado, a escola adventista não intentava estabelecer um novo modelo de escolarização; entretanto, devido a sua natureza confessional e às diretrizes cristãs que a orientavam, essa instituição acabou incorporando alguns elementos do movimento da Escola Nova que lhe era concomitante, adaptando suas próprias características, princípios e objetivos particulares que eram a base de suas práticas pedagógicas, como é possível visualizarmos no quadro acima.

Já o Movimento Escola Nova, esse sim chega ao Brasil como um projeto político/pedagógico. Suas aspirações políticas tinham que ver com a necessidade de uma ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, para que os educadores pudessem ter a direção e administração da função educacional e que pudessem ser assegurados os meios materiais para que pudesse realizá-la. Já o projeto pedagógico defendia um modelo de escolarização, baseado em “[...] um novo ideal de educação, consolidando as concepções de programa, organização e procedimentos didáticos que se modificam e o trabalho escolar que passaram a ter outros objetivos.” (Monarcha, 1990, p. 13).

Pela influência dos vultos que o defenderam, logo se propagou e obteve um caráter nacional, intento que se torna preponderante diante dos demais projetos pedagógicos no país em termos de valores, objetivos, diretrizes, saberes e práticas que seriam desenvolvidos em qualquer instituição de ensino do período. Dessa forma, esta análise propõe uma lista de saberes e práticas que foram fatores preponderantes e que influenciaram o funcionamento das primeiras escolas adventistas a nível primário espalhadas no Brasil nesse período de desenvolvimento e consolidação. É importante ressaltar que apesar de que esses saberes e práticas sejam apresentados na dinâmica de confluências, eles foram construídos historicamente em seus determinados movimentos de maneira diferentes. Diante disso, a uniformidade está descartada; mas, contudo, há uma perspectiva de adaptabilidade das escolas adventistas em função dos ideais reformadores da educação nova, mesmo que não esteja explicitamente posta, já que diferentes sujeitos estabelecem diferentes práticas mesmo se tratando de objetos semelhantes.

Quanto aos saberes e práticas que o movimento escola nova tenha influenciado nas escolas adventistas durante a década de 1920, citamos aqui algumas delas: 1) aquelas que envolvem as normas higienistas instituídas no ambiente escolar; 2) a educação servindo como instrumento de reconstrução social e moral; 3) o foco do ensino no aluno e na relação

pedagógica que visa a aprendizagem; 4) a formação educativa dentro de uma perspectiva integral, mesmo que tenham diferentes contornos para a escola nova/escola adventista; 5) a centralidade da criança em todo o processo educativo em função de sua maturidade cognitiva; 6) a nova relação ensino e aprendizagem, e 7) o relacionamento da família com a escola como instituições parceiras na educação. Tais saberes que se traduziram em práticas representavam a combinação de princípios e estratégias na adaptação das características culturais que formataram tais abordagens nas escolas adventistas.

A primeira dessas ênfases que encontramos certa confluência, é o foco em normas higienistas. As escolas do antigo sistema eram em geral organizadas em locais improvisados, especialmente pela compreensão periférica que se tinha da educação de crianças; locais, que além de serem grandes inimigos dos processos educativos, também eram transmissores de doenças. Na contramão, a escola nova deveria ser instrumento ativo de preservação da saúde tanto em seu ambiente quanto por sua influência. Nessa perspectiva, as escolas adventistas compartilhavam dessa preocupação, e a partir de 1922 estabeleceu um curso normal, onde estavam preparando “[...] professores que iriam para o interior a fim de estabelecer novas escolas, com claros objetivos de educar o povo e de ensinar os princípios de higiene, tornando-os, enfim, cidadãos melhores e mais dedicados cristãos.”<sup>45</sup> Em 1923, uma das seções que apareceu na *Revista Mensal* (1908-1931) foi: *Conselhos higienicos*, apresentando essa ênfase como um elemento fundamental e relevante tanto na vida religiosa, nas práticas médicas, quanto também nas práticas escolares.

Outra marca da educação nova é a ênfase do processo educativo na criança. A escola tradicional centralizava tal demanda nos métodos, nos objetivos, nas concepções filosóficas e na criança; no entanto, permanecia na periferia, tratada apenas como um objeto da instrução. A escola nova se apoia numa nova compreensão psicológica da infância, como um período repleto de possibilidades e de potencialidades. Para os que pensavam as práticas da escola adventista no período, a criança passa a ter a primazia do processo e a escola deveria girar em torno dela e de suas necessidades, já que “A escola é o viveiro da criança. A escola é a forma em que se vasa o homem do futuro. Para desenvolver o homem, devem se proporcionar ao caráter da criança os elementos, que a farão um homem resistente.”<sup>46</sup> Para ambos os modelos de escolarização, era fundamental a noção que cada criança é única, com características,

---

<sup>45</sup> Revista Mensal, v. 6, n. 24, p. 11, jun., 1926.

<sup>46</sup> Revista Mensal, v. 19, n. 1, p. 15, jan., 1924.

necessidades e interesses individuais, e que o ensino e a aprendizagem devem ser adaptados para atender a essas especificidades.

Nesse ponto, porém, é possível notarmos certa diferença, especialmente a nível de motivação para tal centralidade do processo educativo estar na criança, uma vez que para a escola nova se estabelecia uma nova concepção de infância. Até então, as crianças eram tratadas por motivos de interesse prático relacionado geralmente ao trabalho e não nas concepções do desenvolvimento e de suas potencialidades. Com a mudança de ótica, a escola passa a conceber a educação das crianças de outra forma, e seria necessário mudar basicamente todo o instrumento educativo. Já para a escola adventista, a criança sempre esteve no foco da instrução, mas esse foco era motivado por razões religiosas. Tais escolas eram estabelecidas com o objetivo de oferecer aos filhos dos membros da denominação uma educação de acordo com seus valores, crenças e doutrinas peculiares.

O foco que tanto a escola nova, quanto a escola adventista tinham na criança como principal no processo educacional formou a ênfase do esforço da época; a difusão da escola primária como direito básico, necessário e estendido a todas as classes sociais: “[...] o reconhecimento do papel da escola primária na formação do caráter, no desenvolvimento de virtudes morais e sentimentos patrióticos fomentou e justificou as expectativas em relação à institucionalização da escola primária no período republicano.” (Souza; Faria Filho, 2006, p. 37). Esse aspecto também estava no centro das ações da escola adventista durante a década, o estabelecimento de escolas paroquiais de nível primário. Apesar de que já se mantivesse na época um internato e uma instituição de ensino superior, as escolas primárias eram o carro chefe de todo o projeto educacional. Por exemplo, no estado do Maranhão, a edição de 13 de julho de 1927 do jornal *O Imparcial* (1926-1946) apresentara um relato do pastor John Brown, delegado da igreja adventista da sede mundial em Washington, que havia chegado de Belém do Pará em São Luís com o plano de passar três anos em terras maranhenses para “[...] estabelecer escolas primárias no interior do estado.”<sup>47</sup>

Tanto para os adventistas como para os proponentes da escola nova, a educação não era apenas uma forma de comunicar conhecimento para as crianças, ou desenvolver nelas capacidades com as especificidades da vida. Além dessa concepção, ambos os movimentos entendiam a função educativa como instrumento de um projeto de transformação moral da sociedade; porém, essas perspectivas se operacionalizavam de forma diferentes. Para a escola adventista, tal transformação se dava de uma forma direta, pela ênfase nas disciplinas religiosas,

---

<sup>47</sup> *O Imparcial*, ano 2, n. 402, p. 3, 1927.

especialmente pelo estudo da bíblia com os alunos, exercendo-se um poder transformador nas crianças que se tornariam adultos comprometidos com os valores propostos e assim, ajudariam na mudança do meio. Para os teóricos da escola nova, no entanto, o processo de transformação moral deveria estar no amago das práticas escolares, mas se dava de forma indireta. Segundo Dewey (1909), o ensino da moral seria muito mais eficiente quando a própria escola expressasse isso de forma espontânea, por meio do seu caráter, sua atmosfera, seus ideais, seus métodos de ensino, de modo que todos esses fatores se tornassem forças de trabalho no comportamento dos alunos. Dessa forma a ênfase é dada mais sobre a construção de um caráter moral do que sobre a absorção e o mero aprendizado de princípios morais.

No que diz respeito à formação educativa, ambos propunham um tipo de educação integral que abrangesse as principais faculdades do ser humano. Para a escola nova, essa integralidade girava em torno de três áreas centrais, nas quais as necessidades do ser humano eram sumarizadas; áreas em que se subdividiam a ênfase das práticas pedagógicas e educativas: a biologia, a psicologia e a sociologia. Já para a escola adventista, ainda que compartilhem de forma semelhante a noção de caráter integral da educação, os elementos integradores eram apresentados como o manual, o moral e o mental, elementos esses que apareceram na forma em que a seção “educação cristã” foi apresentada no seu primeiro ano de lançamento conforme a figura 2.

Outra contribuição do Movimento Escola Nova apropriado pela escola adventista foi a distinção entre instrução e educação como diretrizes para as práticas escolares. A escola tradicional era predominantemente instrutiva, a função educativa era confiada ao lar, fazendo com que essas duas instituições sociais, a escola e o lar, estivessem essencialmente distantes. A escola nova, no entanto, se preocupou em formar um modelo de escolarização que pudesse aliar as duas funções: a instrutiva e a educativa, pela compreensão de que não se poderia haver antagonismo entre elas. Nesse modelo, a escola seria concomitantemente instrutiva quanto educativa, havia entre seus defensores a noção de dois tipos de educadores que deveriam trabalhar numa frente unida, os educadores profissionais, que eram os mestres da escola, e os educadores não profissionais, se referindo aos pais e tutores do lar. Um dos caminhos para que esse ideal fosse efetivado seria o de alargar o âmbito educacional da escola para mais próximo do lar, sem que perdesse seu dever principal de instruir (Backheuser, 1958).

As práticas escolares das escolas adventistas giravam em torno desse ideal educador, como demonstrado no primeiro subitem desta seção. Os editores da revista intercambiavam os termos educação e instrução cristã, quando abordavam o assunto. Isso sugere duas reflexões: a primeira, que ainda estavam em busca da formação de sua identidade pedagógica; a segunda,

que tais escolas deveriam estar empenhadas igualmente nesses dois exercícios. A documentação da época demonstra que havia uma grande expectativa da ação ativa dos pais para que o projeto das escolas primárias avançasse, já que eram eles quem deveriam buscar meios para que tais escolas fossem estabelecidas, providenciar o salário do professor, além acompanhar as atividades que eram realizadas, já que “[...] os pais deveriam dar a seus filhos todas as vantagens oportunidades possíveis para obterem uma educação cristã.”<sup>48</sup>

É possível notarmos uma grande ênfase nas questões relacionadas aos novos métodos propostos pela escola nova que deveriam ser utilizados em sala de aula. Contrastando com o modelo da escola tradicional, onde a forma de comunicar o conteúdo era mecânica, repetitiva e incentivava a memorização; no modelo da escola nova as disciplinas escolares deveriam ser repassadas de maneira dinâmica, prática e útil<sup>49</sup>. Os professores da escola adventista se apropriaram dessa nova perspectiva de ensino e empenharam-se em criar estratégias que pudessem introduzir efetivamente os alunos nessa nova abordagem educacional. Um exemplo concreto dessa iniciativa é evidenciado em uma notícia, em que se relata que alguns estudantes foram encarregados de elaborar e publicar um pequeno jornal escolar como parte de suas atividades: “Apesar de se acharem sobrecarregados com muitos afazeres, os alumnos estão levando para a frente o jornalzinho do grêmio collegial. Estará nas mãos dos seus numerosos leitores antes de serem publicadas estas linhas, o segundo numero deste anno.”<sup>50</sup>

Como resultado da anuência desses saberes e práticas do movimento escola nova, a difusão das escolas adventistas nos estados brasileiros foi um processo consideravelmente bem-sucedido, já na época muitas escolas paroquiais foram fundadas, muitos professores foram capacitados e muitas congregações locais em todo o território brasileiro estavam ansiosas para receber uma escola dessa natureza em sua comunidade, usando-se como lema da denominação: “[...] onde se chega a mensagem adventista logo surgem escolas e colégios.” (Borges, 2000, p. 187).

Ao que tudo indica, todo o cenário estava montado para que as escolas adventistas pudessem crescer vertiginosamente em todo território brasileiro. Para Murray (1921), a denominação se empenhava ativamente para que se pudesse estabelecer um sistema escolar denominacional a fim de dar aos filhos dos adventistas uma boa educação cristã. Porém quando avaliamos casos específicos de alguns estados, encontramos uma outra realidade. Situações de

---

<sup>48</sup> Revista Mensal, v. 20, n. 6, p. 6, jun., 1925.

<sup>49</sup> Ver no quadro 3 algumas especificidades da escola tradicional e da escola nova.

<sup>50</sup> Revista Mensal, v. 24, n. 5, p. 8, maio, 1929, grifo nosso.

atraso, de descaso e de indiferença, assim como de barreiras, de estratégias de imposição e mesmo de silenciamento do esforço de tal instituição de ensino. Uma das realidades é a referente aos esforços de estabelecer a escola adventista no estado do Maranhão entre 1920 e 1930, quando os primeiros adventistas chegaram no território maranhense.

A partir daqui, é possível presumirmos que a escola adventista e a escola nova se relacionam ao nível de algumas ideias, pontos de contatos referentes à criança como foco do processo educativo, baseando as práticas pedagógicas no desenvolvimento integral, as preocupações com a higiene e a reorganização do espaço escolar, como também o uso de métodos de ensino mais dinâmicos, etc. Essa articulação se dá justamente em termos de influência unilateral, já que muitos dos princípios da escola nova regeram a criação e a difusão da escola adventista no Brasil; ou seja, embora tenham operado indistintamente, estiveram aparentemente interconectados pelas semelhanças de práticas e saberes. Assumir essa confluência, especialmente por parte da escola adventista, é olhar para o horizonte dos eventos históricos com uma nova perspectiva.

Nessa linha de raciocínio, esta pesquisa se dirige ao contexto maranhense no mesmo período a fim de questionar o início da escola adventista no estado juntamente com a trajetória da escola nova. Novas especificidades estão envolvidas no ambiente social, político, econômico e educacional, mesmo assim, tanto o ideário da escola nova quanto o projeto institucional da escola adventista chegaram ao estado com pretensões distintas, finalidades que por diversos motivos uma delas não encontrou a resposta esperada.

O ideal educacional da escola nova havia empolgado educadores em todos os estados, gerando um clima de entusiasmo e otimismo pedagógico, especialmente quanto à extensão do ensino primário. De igual modo, os educadores maranhenses acompanharam e receberam com a mesma avidez tal esforço de reformas (Rodrigues, 1993). Nesse sentido, como esses princípios foram acolhidos e posteriormente desenvolvidos no estado? De que forma tiveram ressonância ou não no surgimento da escola adventista na região, que também tinha como foco a difusão do ensino primário? Nessa linha, nos debruçamos sobre os relatos históricos que narram a chegada do adventismo no estado, buscando desvendar possíveis razões que levaram ao atraso no estabelecimento das escolas adventistas na região, no intuito de lançarmos luz sobre as circunstâncias que contribuíram para esse cenário. Foi essencial considerar o contexto social, político e religioso do Maranhão na época, bem como as particularidades da penetração do adventismo, a fim de compreender os fatores associados às particularidades da própria instituição de ensino, sejam com respeito aos procedimentos relacionados com a abertura de novas escolas primárias, seja aqueles externos ao estado e de carácter nacional. Assim, nossos

esforços se concentraram na reconstrução do cenário histórico, investigando os registros disponíveis e identificando os eventos-chave que moldaram tal trajetória.

### **3 A EDUCAÇÃO ADVENTISTA E A ESCOLA NOVA NO MARANHÃO: bases e influências (1920-1930)**

Tanto a Escola Adventista quanto a Escola Nova experimentaram períodos de grande entusiasmo logo que se estabeleceram no Brasil, especialmente nas regiões sul e sudeste do país, onde as primeiras instituições adventistas foram fundadas e os primeiros movimentos de renovação educacional emergiram. Todavia, seria uma concepção ingênua e simplista supor que esse processo se desdobraria de maneira uniforme em todos os estados brasileiros. Cada estado e região do país demonstrou uma resposta particular a esses movimentos, influenciada por suas especificidades culturais, sociais e econômicas.

Apesar da escola adventista, no Maranhão, ter sua primeira instituição em funcionamento em 1943, é na década de 1920 que seu projeto educacional chega ao estado, por isso nosso interesse, a partir das maneiras de pensar a educação adventista no estado por meio do trajeto direcionado por aqueles que aqui chegaram para estabelecê-la, juntamente com as forças que a influenciaram. Essas maneiras de pensar são resultados da interseção de suportes linguísticos, conceituais e afetivos encontrados precisamente nos documentos que analisamos, os quais influenciaram a formação das estruturas intelectuais de dita educação. Nesse sentido, nosso intuito é resgatar essas representações em suas singularidades, evitando a todo custo enquadrá-las em categorias anacrônicas (Chartier, 2002).

Tais maneiras de pensar a Escola Adventista constituem a forma pela qual seus primeiros líderes no estado interagiam com dita iniciativa educacional e como a implementaram na região, além de percebê-la na maneira como tais indivíduos se comportaram diante dos diversos obstáculos que enfrentaram. De tal modo, é imperativo correlacionar as concepções relativas à Escola Adventista na região com as abordagens em pauta referentes à instrução, particularmente no meio do movimento de renovação escolar proposto pela Escola Nova, que segundo a imprensa local, guiava as maneiras de se conceber a instrução pública no estado.

Assim como a última década da primeira república se revelou um período desafiador e repleto de incertezas para a nação, o estado do Maranhão não ficou imune a essa realidade. Durante esses anos, a sociedade maranhense testemunhou um cenário marcado tanto pela instabilidade quanto por uma intensa busca por transformações, renovações e modernização dos instrumentos, métodos e abordagens educacionais. Os desafios dos maranhenses estavam relacionados ao ambiente político, social e econômico, o que conseqüentemente refletia na atmosfera educacional, e tal processo demandava uma resposta coletiva. Para a mentalidade dos

maranhenses, a instrução se tornaria um meio fundamental para o desenvolvimento e o alcance do famigerado progresso social.

Os intelectuais e as instituições educacionais do estado refletiam diante da necessidade de adaptar-se às mudanças sociais e políticas vigentes, adotando assim uma postura dinâmica e colaborativa diante de tal cenário. A busca por uma pedagogia moderna refletia um anseio pelo progresso e desenvolvimento<sup>51</sup>, já que os esforços concentrados nessa busca indicam uma determinação notável dos envolvidos no processo, na esperança de um horizonte mais promissor para a população.

A partir de um panorama mais amplo já circunscrito no item anterior, ao avaliarmos o movimento da Escola Nova em contraste com a Escola Adventista, é possível identificarmos que tal instituição de ensino quase sempre se destacou em um ambiente educacional caracterizado por um fervor renovador, já que sua própria proposta estava intimamente relacionada com uma visão escolar em prol de um ideário vanguardista. Em função disso, seria simples e prático supor que se o cenário educacional maranhense da década de 1920 a 1930 foi marcado pelo anseio por modernização, a escola adventista teria se valido desse contexto para implantar com força seu sistema educacional no estado do Maranhão.

Contudo, no âmbito da pesquisa acadêmica, pressuposições genéricas e inicialmente simplórias podem conduzir a conclusões equivocadas ou favorecer uma abordagem positivista. Nesse sentido, seria necessário segundo Certeau (1982, p. 31) “[...] sublinhar a singularidade de cada análise [para] questionar[-se] a possibilidade de uma sistematização totalizante, e considerar como essencial ao problema, a necessidade de uma discussão proporcionada a uma pluralidade de procedimentos científicos e de funções sociais”. Embora, quase sempre seja tentador para qualquer pesquisador inferir ou concluir, optou-se por trilhar direção distinta, questionar as fontes e empreender uma abordagem mais problematizadora.

A fim de inquirir tal relação, fizemos uso de categorias que apontam para fatores conectados com a subjetividade histórica, especialmente o lugar, as práticas e as interações dos sujeitos envolvidos nestes processos. É preciso levar em conta que a trajetória histórica de todos os movimentos é carregada de tensões e impregnado de inumeráveis rivalidades, os sujeitos historicamente estão sempre buscando proteger suas posições, demarcar níveis e competir por status e prestígio. Diante disso categorias da história cultural foram mobilizadas, já que tanto a trajetória da educação adventista quanto da escola nova no Maranhão foi escrita através das vivências de determinados sujeitos que refletiram práticas que foram moldadas por uma série

---

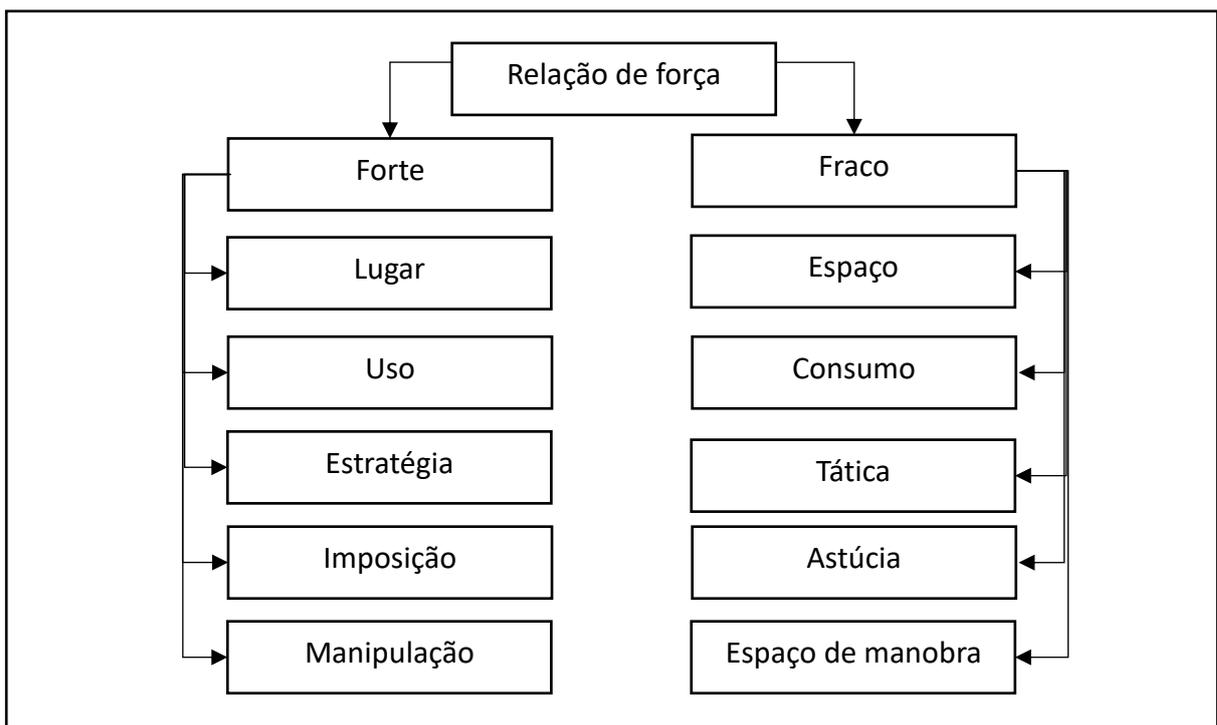
<sup>51</sup> Termo constantemente encontrado nos jornais maranhenses durante a referida década na busca por uma educação progressista.

de tensões, relações de forças e lutas de representações (Elias, 2001; Chartier, 1999; Certeau, 1998).

Por ser de caráter documental, apresentamos diversos dados extraídos das fontes; porém, não pensados de maneira sequencial ou mesmo em uma abordagem cronológica, já que não nos propomos a fazer história do ponto de vista estrito da palavra, mas recorreremos a categorias que nos ajudem a interpretar os dados garimpados por meio de outra lógica, e assim produzir sentido. Para a construção e análise do próximo item, utilizaremos o modelo polemológico de Certeau (1998, p. 97), no qual,

É necessário ainda precisar a natureza dessas operações por outro prisma, não mais a título da relação que mantêm com um sistema ou uma ordem, mas enquanto há relações de forças definindo as redes onde se inscrevem e delimitam as circunstâncias de que podem aproveitar-se. Sendo assim, de uma referência lingüística é preciso passar a uma referência polemológica. Trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ‘ações’ que o fraco pode empreender.

Figura 6 – Modelo polemológico (Certeau, 1998)



Fonte: Figura elaborada pelo autor.

Para Certeau (1998), esse modelo está ancorado em elementos chaves para a produção da pesquisa histórica; categorias teóricas que foram empregadas para analisar, interpretar e compreender os dados em função da relação de força entre um fraco e um forte que estão circunscritos a um lugar; ou seja, uma ordem estabelecida, na qual a associação de tais sujeitos

é medida por suas ações de uso e consumo, de estratégias e táticas, de imposições e astúcias, assim como da manipulação e do espaço de manobra. Para a facilitar a compreensão, formulamos a figura 06, onde tais categorias estão organizadas de modo que facilite a experiência da leitura e o modo como tratamos os dados.

### 3.1 Educação Adventista no Maranhão: indícios do seu surgimento

Em qualquer pesquisa histórica o empreendimento de buscar indícios às vezes pode ser confundida com uma busca por confirmação de hipóteses preconcebidas. Diante disso, concordamos com Chartier (2002, p, 87-88, grifo nosso) quando afirma que

[...] pensar o trabalho histórico como um trabalho sobre a relação entre representações e prática— - alargando o referido questionário aos tipos de representações manipuláveis pelo historiador- significa considerar, em princípio, que entre umas e outras só existem relações conjecturais. Querer opor as certezas da ciência filológica, que reconstitui o verdadeiro ou o real a partir de uma crítica documental correta, às incertezas das reconstruções hipotéticas ou arbitrárias do trabalho sobre indícios é perfeitamente ilusório. **A questão pertinente, com efeito, é a dos critérios que permitem considerar possível a relação instituída pela escrita histórica entre o vestígio representante e a prática representada.** Essa relação pode ser considerada aceitável, se for plausível, coerente e explicativa.

Em função disso buscamos apoiar nossa investigação em critérios que possam validá-la, relacionados com o uso da documentação e sua interpretação. É possível enumerar pelo menos três deles que podem servir como controles metodológicos: 1) o cruzamento de dados de diversas documentações; 2) a recorrência de indicativos e 3) a consistência interna das fontes, ou o que podemos chamar de argumento interno, a interpretação e argumentação que são sugeridas de forma mais direta pela própria fonte.

Por isso, a fim de contextualizar a trajetória da escola adventista no Maranhão, se faz imprescindível garimpar os eventos que indicam o momento da chegada dos adventistas ao estado, embora tenhamos consciência que as projeções ao respeito sejam inconclusivas. Pelo geral, as pesquisas que fazem referência fixam a data de 1922, ano defendido inicialmente por Saraiva (2000)<sup>52</sup>, adotado pelos autores Plenc e Sena (2021) que contribuem com a *Encyclopedia of Seventh-day Adventist* em artigo que incursiona pela temática e pelas sedes administrativas da denominação no estado; embora fique oficializada sobretudo pela escolha

---

<sup>52</sup> Saraiva é o escritor da primeira e única obra publicada até o momento sobre as origens do adventismo no Maranhão, para mais detalhes ver página 27.

de 2022 para as comemorações dos 100 anos da Igreja Adventista do Sétimo Dia em terras maranhenses.<sup>53</sup>

A posição de Saraiva (2000) é defendida a partir da chegada de um indivíduo chamado Firmo Marinho a São Luís (capital do estado) em 1922, que havia sido evangelizado na mensagem adventista por um missionário alemão na cidade de Recife que o treinou para também ser missionário. Para Saraiva (2000, p. 69) este sujeito foi “[...] o primeiro adventista que chegou ao Maranhão”, e todo o seu material se desenvolve a partir de entrevistas feitas pelo próprio autor desse momento. Porém, é possível identificar inúmeras lacunas históricas, precisamente pelo uso de fontes em detrimento de fatos que são anteriores e que só podem ser encontrados via documentação.<sup>54</sup> Eu particularmente conheci o autor e em uma conversa informal e amistosa lhe apresentei novos elementos que nos propúnhamos aprofundar em uma outra perspectiva e, por conseguinte, levando-se em consideração outra data para a chegada do adventismo no Maranhão, período no qual se sustenta nossa pesquisa.

Sem embargo, Saraiva realizou um ótimo trabalho com as fontes que ele tinha à sua disposição; mas com a disponibilidade de novos dados, diversos detalhes que estiveram obscuros ou simplesmente não existiam, foram esclarecidos ou trazidos à tona. Tais apontamentos são baseados no cruzamento de dados encontrados em três documentos oficiais: na *Revista Mensal* (1909-1931), no *Annual Statistics report of Seventh-day Adventist Conferences, Missions, and Institutions* (1920), relatório que a associação geral dos Adventistas publicava anualmente e na *The Advent Review and Sabbath Herald* (1850-1975), principal revista dos adventistas nos Estados Unidos na época.

O primeiro desses apontamentos nos alerta que, embora a chegada de Firmo Marinho tenha desempenhado um papel fundamental na consolidação do adventismo no Maranhão, ele não tenha sido o primeiro adepto adventista a se instalar no estado, já que a documentação apresenta diversos relatos de pelo menos quatro outros indivíduos que haviam chegado aqui dois anos antes. Toda a argumentação de Saraiva parte da chegada de Firmo Marinho no estado;

---

<sup>53</sup> A celebração desse marco histórico foi promovida pela igreja adventista via eventos, como também por iniciativas públicas; seção organizada pela câmara legislativa de São Luís. Destaca-se, ainda, a participação notável do governo estadual nesses eventos comemorativos e a presença e participação ativa do governo do estado e da câmara legislativa que demonstram o reconhecimento oficial e a valorização da contribuição histórica e social do adventismo para a região.

<sup>54</sup> Os documentos que analisamos foram disponibilizados de forma digital após a publicação da primeira edição do material de Saraiva (2000). No site *Adventist Archives*, garimpamos dados do *Annual Statistics report of Seventh-day Adventist Conferences, Missions, and Institutions* (1920) e *The Advent Review and Sabbath Herald* (1850-1975) que ficou online em 2001, um ano após a publicação do seu livro. Já no *Acervo RA*, encontramos a *Revista Mensal* (1909-1931) apenas em 2020, sendo bem provável que todo acesso a esse material tenha sido difícil até para os próprios pastores, incluindo-se este autor, o que possibilita entender a escolha da entrevista de coleta de dados.

porém, outras fontes apresentam a chegada e o estabelecimento de outros adventistas anteriores a Firmo Marinho, e que inclusive já pensavam a Escola Adventista no escopo de suas atuações.

Na edição de 12 de agosto de 1920 da *The Advent Review and Sabbath Herald* (1850-1975) foi publicado em forma de relatório uma descrição das atividades realizadas na região norte do Brasil<sup>55</sup>:

Recentemente fomos feitos felizes por poder enviar um secretário missionário de campo com quatro experientes colportores para a Missão Bahia, que para nossos colportores é quase toda um território virgem. **E além destes também enviou mais dois de nossos melhores colportores mais ao norte, até São Luís do Maranhão, um lugar onde nenhum de nossos trabalhadores já esteve antes.** Este passo realmente significa o início de uma nova missão, porque temos certeza de que apenas um curto daqui a algum tempo esses colportores reportarão muitos interessados, e isso torna necessário enviar um ministro para aquela parte do campo para desenvolver o trabalho.<sup>56 57</sup>

Aqui se apresentam dois sujeitos, identificados como colportores<sup>58</sup>, reconhecidos como dois dos melhores que foram indicados para a Missão Bahia; entretanto sem a menção dos nomes de tais indivíduos. Porém nesse mesmo ano, na edição de dezembro, a *Revista Mensal* (1909-1931) publicara também um relato ao respeito de dois colportores que foram trabalhar em terras maranhenses: “De todas as perdas que a Missão Pernambucana soffreu convém destacar a do nosso irmão Juvenal Olympio de Farias e de sua digna esposa, que foram enviados para o Estado do Maranhão afim de ali encetar a colportagem”.<sup>59</sup>; informe que fora confirmado pela edição do mês seguinte na mesma revista, quando registra que tal casal havia ido realmente para São Luís, o que sugere ser esse casal, a dupla de colportores citados pela fonte anterior.

Além do casal mencionado, registra-se a presença de outros dois colportores atuando no estado no mesmo período. Essa importante informação é corroborada por um relatório de atividades da colportagem, encontrado na edição de setembro do mesmo ano na *Revista Mensal* (1909-1931). O referido relatório fornece um resumo sucinto das atividades empreendidas por esses indivíduos, oferecendo detalhes como dias e horas dedicadas ao trabalho. De acordo com

---

<sup>55</sup> Embora geograficamente o estado do Maranhão esteja situado na região nordeste, em termos organizacionais para a Igreja Adventista do Sétimo dia, é categorizado como parte da região norte.

<sup>56</sup> The Advent Review And Sabbath Herald, v. 97, n. 33, ago. 1920, p. 29, grifo nosso, tradução nossa.

<sup>57</sup> Recently we were made glad by being able to send a field missionary secretary with four experienced colporteurs to the Bahai Mission, which to our colporteurs is nearly all virgin territory. And besides these we also sent two more of our best colporteurs farther north to Sao Luiz do Maranhao, a place where none of our workers have ever been before. This step really means the starting of a new mission, because we are sure that only a short time from now these colporteurs will report many interested ones, and this will make it necessary to send a minister to that part of the field to develop the work.

<sup>58</sup> Para uma explicação de quem são os colportores ver nota de rodapé 4.

<sup>59</sup> Revista Mensal, v. 15, n. 8, p. 13, ago. 1920.

tais registros apresentados na seguinte figura, a contar pelas horas trabalhadas, esses dois colportores aparentemente iniciaram suas atividades no final do ano de 1920, pois como podemos ver poucas horas foram registradas.

Figura 7 – Relatórios da colportagem do Maranhão em 1920

<b>Relatorios de colportagem</b>				
Nomes	Campos	Dias	Horas	Vendas
<b>Maranhão — Junho e Julho de 1920.</b>				
H. J. Correa	S. L. Maranh.	49	290	741 600
J. O. Farias	"	52	260	696 400
Ign. Carvalho	"	20	56	196 200
		121	606	1:634 200
<b>W. A. Ernenputsch.</b>				

Fonte: Revista Mensal, v. 15, n. 9, p. 13, set. 1920.

De maneira mais explícita, tal revista na edição de dezembro apresenta um artigo intitulado *São Luiz, Maranhão*, no qual Henrique José Corrêa, um dos colportores citados, apresenta um informe de sua experiencia trabalhando no estado durante o ano corrente:

[...] foi-me designado como campo de trabalho o Estado do Maranhão. Sendo uma das circumscrições da Republica que ainda não havia sido trabalhada por obreiros adventistas, julguei deparar com muitas dificuldades; recebi como collega um irmão bastante animado. Enfrentada a tarefa podemos agora dizer que fomos muito abençoados por Deus, registrando sempre regular successo na venda de literatura; não tardou também que encontrássemos pessoas interessadas pela verdade e com estas trabalhamos com zelo dando-lhes estudos biblicos. É-nos prazer poder anunciar que já ha aqui dezoito almas bem animadas na verdade, si bem que apenas haja duas observando o Sabbado: é nossa esperança, porém, que em breve estarão todas obedecendo á lei de Deus na sua integra.<sup>60</sup>

Destarte, mesmo que tenhamos mostrado aqui via documentação a presença de 5 colportores em São Luís do Maranhão em 1920, não se sabe quais desses indivíduos chegou primeiro, haja vista que os documentos analisados não são claros sobre esse assunto, mesmo que em pelo menos duas das citações indiquem que os sujeitos referidos fossem os primeiros ao chegar no Estado. Mas, os vestígios da trajetória da ordem no Maranhão via documentação apontam, é que estes são os eventos que marcaram a chegada do adventismo na região e que Juvenal Olympio de Farias e sua esposa, assim como H. J Correa, J. O. Farias e Ign. Carvalhos

<sup>60</sup> Revista Mensal, v. 15, n. 12, p. 12, dez. 1920.

foram os colportores que desempenharam um papel decisivo nessa fase inicial, contribuindo de maneira significativa para o estabelecimento e propagação dessa nova doutrina religiosa desde 1920, na contramão de considerar-se Firmo Marinho como precursor dos adventistas no estado em 1922, segundo Saraiva (2000). Em outras palavras, dados novos que tragam a tona novas considerações e perspectivas de análise na cronologia dos eventos, por exemplo, ressaltam a complexidade do processo histórico e a necessidade de garimpar-se novas informações que auxiliem no cruzamento e na interpretação dos registros disponíveis.

Talvez o dado mais significativo de todos os que foram apresentados, está circunscrito é relatório encontrado em um documento intitulado *Annual Statistics report of Seventh-day Adventist Conferences, Missions, and Institutions* (1920); documento que foi publicado anualmente desde 1867 pela administração da Igreja Adventista do Sétimo Dia com sede nos Estados Unidos, no qual se apresenta um diagnóstico das atividades denominacionais em todos os países onde a igreja estive presente, detalhando-se a partir dos diversos ramos de trabalho: as igrejas, as escolas, os hospitais, as casas publicadoras e os referentes sujeitos que estão devidamente envolvidos em tais funções.

Figura 8 – Dados da presença adventista no Maranhão em 1920

**8** **Statistical Report for 1920**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
NAME OF CONFERENCE OR MISSION	Number of Churches	Membership	Baptized During Year	Ordained Ministers	Licensed Ministers	Licensed Missionaries	Book and Periodical Carriers	Total Laborers	Total Tithe Receipts	Tithe Per Capita	Total Offerings to Foreign Missions (except as noted under 17 and 25)	Total Contributions for Home Mission Work	Total Contributions for Local Church Work	Number of Sabbath Schools	Memberships
East Brazil Union Mission				1		1		3			19.14				
1 Bahia Mission	1	98	6	1	1	1	7	19	968.44	9.68	267.81		6.23	6	187
2 East Minas Mission	5	243	57	1	1	3	8	13	2,182.83	8.76	687.07		70.98	13	244
2 Espírito Santo Mission	7	364	81	1	1			4	4,215.80	11.91	2,237.09	164.68	15.80	13	446
4 Maranhão Mission	1	3						3	36.90	12.00	10.00			1	3
5 Pernambuco Mission	4	252	74		1	3	6	10	2,995.95	11.44	723.10	45.83	209.05	15	293
6 Rio de Janeiro Mission	5	266	41	1	2	3	14	20	5,012.74	13.84	1,828.70	647.49	006.11	12	334
Totals	23	1,226	208	5	6	11	36	63	15,362.76	12.53	5,712.41	847.40	967.29	59	1,477

Fonte: General Conference Of Seventh-Day Adventists, 1920, p. 8.

No relatório de 1920 é encontrada uma referência a uma missão no Maranhão, contendo oficialmente três membros batizados, que são identificados como colportores, possivelmente eram os indivíduos citados nos outros documentos, além de divulgar-se a presença de uma igreja e de uma escola sabatina organizada. Destarte, é possível concluirmos que o adventismo chegou ao Maranhão da mesma forma e pelos mesmos instrumentos que chegaram ao Brasil e na maioria dos países no final do século XIX e início do século XX, por meio da imprensa e do trabalho profícuo dos colportores, que não apenas trouxeram suas

publicações; ; mas plantaram no Maranhão a semente do trabalho dos adventistas que nos anos seguintes seria germinaria e se desenvolveria a partir de outros ramos do trabalho conforme o projeto institucional apresentado no item 1.

A partir da chegada dos colportores adventistas ao Maranhão na década de 1920, emergem os primeiros indivíduos engajados na concepção e implementação da Escola Adventista no estado. De fato, há uma correlação intrínseca entre essas duas práticas do adventismo: a atividade de colportagem e a iniciativa educacional. Nos primórdios da história da Escola Adventista nos Estados Unidos, sua concepção foi delineada com múltiplos propósitos, destacando-se a intenção de estabelecer instituições de ensino secundário com o intuito de formar líderes capazes de conduzir as diversas áreas de atuação da denominação, incluindo a colportagem evangelística. Para White (2007, p. 203) “[...] deve[ria] ser feito nessas escolas trabalho completo; pois muitos estudantes delas sair[iam] diretamente para o grande campo da seara. Sairão para fazer uso daquilo que aprenderam, como colportores e como auxiliares nos vários ramos do trabalho evangelístico”.

Outro aspecto a ter-se em conta é a colportagem: além de ser um meio de difusão das fronteiras denominacionais; também servia como forma de custeio das despesas escolares dos alunos do ensino secundário e superior. Um artigo publicado na edição de dezembro de 1926 na *Revista Mensal* (1909-1931), registrou como funcionava essa dinâmica; alunos que participavam das atividades da colportagem recebiam descontos nas mensalidades como forma de incentivo.

Cada trimestre alguns alumnos se prevalecem do ensejo de entrar na Colportagem, ganhando assim não somente uma boa experiência, mas também o necessário para suas despesas no Collegio, fazendo além disso um bom trabalho missionário. Taes alumnos recebem além da comissão regular de 50% das suas vendas, mais um abatimento de 15% nas despesas escolares. Em 1924 as vendas de livros por alumnos alcançou o total de mais de 200:000\$000. Duas vezes por anno o Collegio proporciona Cursos de Colportagem aos alumnos.<sup>61</sup>

Durante os períodos de férias, os alunos eram designados para diversas localidades com o objetivo de vender livros, revistas e outros materiais, a fim de garantir um subsídio para as despesas escolares. Esta atividade não apenas proporcionava recursos financeiros para os estudantes, mas também oferecia uma oportunidade para adquirirem experiência prática no campo missionário, preparando-os para futuras missões para as quais estavam sendo treinados.

Isso nos conduz à compreensão de que uma parcela substancial dos pastores e outros membros associados às iniciativas institucionais já haviam participado da atividade de

---

<sup>61</sup> Revista Mensal, v. 21, n. 12, p. 3, dez., 1926.

colportagem, incluindo os próprios professores que foram designados para estabelecer escolas primárias no país durante a década de 1920. Em suma, todos os colportores demonstravam um comprometimento significativo com a disseminação da Escola Adventista, seja através de sua própria experiência direta, seja pela perspectiva missionária vigorosa. A própria documentação da época evidencia tal ligação.

Fizemos um levantamento de algumas escolas primárias que são apresentadas na Revista Mensal (1909-1931) durante o período, com a indicação dos professores que foram responsáveis pelas suas respectivas aberturas, e todos eles são citados em anos anteriores trabalhando ativamente nas atividades da colportagem. Citamos como exemplo algumas escolas<sup>62</sup>, entre elas: 1) a de Palmares em São Paulo, estabelecida por Silvestre em 1922, indivíduo que é citado na edição de março de 1920 como um colportor no estado da Bahia; 2) a escola de Alexandra no Paraná, organizada pelo professor João Gnutzmannem em 1924, mas que na edição de abril de 1921 é listado como colportor trabalhando em São Paulo; este último substituído na escola de Alexandra pelo professor João Moreira Junior que na edição de março de 1922 também é registrado trabalhando como colportor.

Para mais, há registros de colportores trabalhando em conjunto com educadores para a abertura destas escolas, como o exemplo da escola primária de Cerrito, no município de Pelotas no Rio Grande do Sul em 1925:

Desde dezembro de 1925 estamos aqui em Cerrito, municipio de Pelotas, Rio Grande do Sul. Logo ao chegarmos recomeçámos a escola sabbatina, com as poucas famílias daqui. **Iniciámos também a escola primaria.** E Deus nos tem dado sucesso, embora tivéssemos de lutar com varias dificuldades. No dia 22 de dezembro de 1927 o irmão F. R. Kuempel aqui pôde baptizar quinze pessoas, e este já é um bom motivo para louvar a nosso bom Mestre. Destas quinze pessoas, dez abraçaram a verdade presente pelas conferencias realizadas em Pelotas pelos irmãos F. R. Kuempel e Domingos Peixoto, e cinco resolveram seguir a Christo por nossos esforços aqui em Cerrito, **em companhia, do irmão colportor Longino Niz.**<sup>63</sup>

No exemplo citado acima é possível notar que havia uma rede de cooperação criando um esforço coletivo de todos os colaboradores de diferentes áreas com o propósito de, entre outras coisas, estabelecer escolas primárias, os colportores estavam intimamente ligados a essa diligência. Todos esses exemplos só reforçam a noção de que os primeiros colportores a chegar no Maranhão foram os primeiros a pensar a Educação Adventista no estado como forma de aumentar o alcance denominacional e institucional dos adventistas, sua atuação não pode estar desassociada como agentes da iniciativa educacional de dita igreja.

---

<sup>62</sup> Fotografias dessas escolas primárias foram organizadas no ANEXO C.

<sup>63</sup> Revista Mensal, v. 23, n. 4, p. 12, 1925, grifo nosso.

Por outro lado, é evidente em 1920, a desfasagem em número e ações dos adventistas colportores no Maranhão com respeito à trajetória de outros estados do Brasil, como por exemplos os estados citados no relatório apresentado no quadro 4. O primeiro dos fatores que influenciaram tal conjuntura é de caráter econômico. Na edição do mês de julho de 1881 da *Advent Review and Sabbath Herald (1850-1975)*, fora publicado um artigo intitulado *Ship Labor In England*. Nesse editorial é apresentado um relato do envio de sessenta e três pacotes que continham literatura adventista, enviados da Inglaterra para oitenta e oito portos de catorze países, dentre esses, o Brasil recebeu essas publicações em três portos estratégicos: na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Estes portos foram escolhidos precisamente por razões econômicas. Dourado (2019) afirma que os portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco respectivamente eram os três maiores portos de exportação do comércio exterior brasileiro no século XIX, além do Rio de Janeiro ser a capital do país, recebendo naturalmente uma atenção maior das atividades missionárias dos adventistas.

A estado do Maranhão recebeu a visita do primeiro pastor adventista em 1922. Clarence Emerson Rentfro, veio a São Luís para visitar os colportores que ali estavam e para realizar o primeiro batismo adventista no estado, passando poucos dias ele e seus associados na capital. Sem embargo, a apesar da rápida visita, escreve artigo para a *Revista Mensal (1908-1931)*, no qual descreve a cidade em termos relacionados à situação precária da região.

São Luiz é uma cidade construída dum estilo muito português: casas baixas e ruas estreitas. Há também muitas casinhas de ‘taipa’ ou ‘pau a pique’, como se lhes chama em outros lugares, e cobertas de palha do Coco de Babaçu. A malária (febre tremedeira) e peste bubônica contribuem para que se equilibrem os nascimentos e as mortes. O povo tem muito medo da peste, se bem que a Prefeitura e a Higiene façam todo o possível para desinfetar tudo. Quando chegar o dia para se enviar um troço de obreiros a esse lugar, convém que vão munidos de um mosquiteiro e que haja fundos avultados para se construírem residências que dêem proteção contra essas temíveis enfermidades.<sup>64</sup>

Além de abordar os desafios econômicos característicos da região, particularmente destacando a prevalência de doenças tropicais, o pastor Rentfro sugeriu que ainda não era oportuno o envio de missionários patrocinados pela denominação para São Luís. Essa fala reflete a consideração da denominação em enviar pastores e missionários para regiões que tivessem melhores condições de receber tais indivíduos com suas famílias, precisamente por esse motivo, que em muitos locais no estado demorou-se ainda mais a chegada da presença adventista; embora os colportores que já atuavam na região eram missionários por conta própria, independentes e responsáveis pelo próprio sustento.

---

<sup>64</sup> Revista Mensal, v. 17, n. 11, p. 11, nov. 1922.

No que se refere a fatores sociais e culturais, é evidente que houve uma consolidação mais pronunciada nas regiões sul e sudeste do país. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que essas áreas estavam na vanguarda do progresso econômico e social na época. Estas regiões em particular experimentaram um rápido desenvolvimento industrial e urbano, demandando um avanço nos serviços de instrução, dessa forma oferecem um ambiente propício para o estabelecimento e expansão das instituições adventistas de ensino. Para Greenleaf (2011, p. 62) “Os primórdios da educação geraram resultados divergentes. Os sucessos mais notáveis ocorreram nas regiões em que o nível de alfabetização já era relativamente bom. Em contrapartida, entre grupos pouco alfabetizados, conquistou muito pouco a princípio.”.

O Maranhão ainda não usufruía dos mesmos privilégios dessas regiões, pois ainda sofria com diversas crises que afetavam diretamente a educação no estado, na forma de obstáculos significativos em termos de acesso à educação, a carência de infraestrutura adequada nas escolas, a falta de recursos financeiros para investimentos educacionais e a escassez de profissionais qualificados, gerada pela desigualdade socioeconômica e a exclusão social comum, para além das condições climáticas e as grandes distâncias entre a ilha e o continente. Seguindo a lógica de Greenleaf (2011), é possível que a educação adventista tenha identificado tal cenário como um considerável obstáculo à realização de seu projeto educacional, e é possível presumir seja um dos motivos pelos quais houve uma estratégica contenção na abertura de escolas adventistas no estado durante dita década.

Sem embargo, não seria inesperado sugerir que a base do trabalho tivesse suas raízes na atuação desses colportores, considerados como agentes culturais pela análise de Nascimento e Nascimento (2021). A história do protestantismo e do adventismo no Brasil frequentemente está entrelaçada com a influência e o papel fundamental desempenhado por esses indivíduos. A própria compreensão da disseminação e consolidação desses movimentos religiosos no país muitas vezes remete aos esforços e à atuação desses sujeitos como difusores das crenças e valores característicos de suas denominações religiosas, por intermédio da venda de suas literaturas.

Há pelos menos duas razões que caracterizavam a atuação deles como indispensáveis nesse contexto de difusão. A primeira delas tem que ver com a manutenção desses trabalhadores. Na documentação adventista, tais indivíduos são geralmente denominados como “[...] missionários de sustento próprio.”. (Carnasalle, 2015, p. 10), o que significa que tal instituição não assumia o encargo financeiro para manter essas pessoas envolvidas na linha de frente do trabalho. Isso se dava pelo fato de que o sustento desses agentes era proveniente da

venda das literaturas religiosas; portanto essa autonomia possibilitava que os colportores se mantivessem ativos, sem dependerem diretamente das instituições para o seu aporte financeiro.

A segunda questão está relacionada com a chegada destes sujeitos bem antes dos demais ramos de trabalho destas instituições, já que “[...] a liberdade para vender e distribuir bíblias por parte de agentes das sociedades bíblicas estrangeiras, bem antes da chegada e estabelecimento das missões protestantes, constituiu-se num fator ponderável da estratégia protestante de penetração.” (Mendonça, 1984, p. 22). A função deles consistia em disseminar essas publicações como sementes, com o propósito de preparar o terreno para a posterior chegada de outros indivíduos que adotariam uma abordagem mais abrangente e ampla na consolidação de determinada denominação.

Através da imprensa eles plantavam ideias e princípios que serviriam como alicerce para a expansão da ordem. Em outras palavras, pavimentavam o caminho, preparando mentalidades e despertando interesse; abordagem inicial, embora discreta, mas fundamental para estabelecer uma base sólida e receptiva para as atividades missionárias subsequentes. Tal abordagem estava relacionada com o modo como os protestantes usaram de maneira astuta a imprensa para a ampliação de suas ideias, crenças, hábitos e comportamentos.

Nesse sentido, a imprensa adventista estava ligada diretamente tanto à obra missionária quanto à promoção das demais especificidades do seu projeto institucional; ou seja, a palavra impressa foi uma das estratégias utilizadas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia “[...] para fazer circular no país saberes; além de promover a normatização de práticas religiosas [...] promovia a divulgação de seus ideais e a consolidação do trabalho de evangelização e **educação**.” (Carvalho, 2023, p. 210, grifo nosso). Os assuntos relacionados com a educação e instrução cristãs estavam entre os temas mais frequentes na literatura que os colportores distribuía como livros, revistas e folhetos, que tais sujeitos estavam intimamente relacionados com a difusão da escola adventista por onde quer que realizassem seus trabalhos.

Além das conclusões de natureza histórica, é viável ressaltar aspectos metodológicos relevantes. Inicialmente, é importante frisar que lacunas e imprecisões são frequentes quando a pesquisa histórica é monopolizada ou quando outras visões não são incentivadas. É essencial reconhecer que a história, para ser mais completa e precisa, necessita ser investigada e interpretada por meio de diferentes perspectivas e abordagens. Quando a pesquisa histórica é restrita a uma única visão ou a um grupo específico de pesquisadores, é mais provável que certos detalhes, narrativas ou eventos sejam negligenciados ou interpretados de maneira parcial. A diversidade de pontos de vista e abordagens metodológicas enriquece o campo da história,

permitindo a identificação e compreensão de nuances, bem como trazer à tona novos eventos, fatos, ditos e feitos que permitem outras interpretações dos registros históricos já abordados.

Tal postura além de enriquecer o conhecimento histórico, contribui para uma representação mais fiel e inclusiva da complexidade do passado. Para Certeau (1982) o historiador pensa a partir da realidade dos documentos, para então definir modelos, hipóteses metodológicas de trabalho, assim como a análise por meio de trocas entre diferentes áreas do conhecimento, conceitos que sejam compreensíveis a fim de estabelecer relevâncias e gerar resultados tangíveis; e, por último, nos permita reconsiderar o conhecimento que se tenha do objeto em questão na sociedade em que se está inserido.

Além do mais, destaca-se a importância de salientar que os apontamentos em questão não têm a intenção de estabelecer qualquer forma de competição ou antagonismo entre as diferentes perspectivas da origem de dita instituição. Ao contrário, pretende-se complementar visões com dados históricos fundamentados em documentação recentemente acessível, buscando enriquecer o entendimento por meio de um novo cruzamento e tratamento de dados que se tinha acesso e de novos dados disponibilizados, ambos respaldado pela história cultural como outro suporte teórico-metodológico, já que “[...] toda reflexão metodológica enraíza-se, com efeito, numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico.” (Chartier, 1999, p. 17).

Aliado ao trabalho da imprensa realizado pelos colportores adventistas, várias outras atividades empreendidas pela denominação chegaram ao estado, como era previsível: a assistência médica e a educacional. Os adeptos do adventismo, em um movimento de estabelecimento e consolidação, buscaram firmar presença duradoura nas terras do Maranhão, almejando deixar uma marca religiosa bem como institucional. Dessa forma, durante a mesma década, e em um intervalo relativamente curto, é factível, por meio da análise comparativa de diversas fontes, identificar os primeiros indícios que sugerem iniciativas voltadas para a educação adventista no referido estado; vestígios que indicam a existência de projetos e intenções que prenunciam a eventual implementação de dita escola associados ao progresso da denominação na região.

Apesar de oficialmente ter sido estabelecida em 1943, a primeira escola adventista no Maranhão, procuramos vestígios da sua existência, já que na investigação da história, as evidências estão sempre ligadas à relação estreita entre a escrita histórica e o correto exercício da crítica documental ou o devido manejo das técnicas de análise dos materiais históricos. Tal dinâmica deve ser submetida a um controle metodológico, onde as proposições históricas são desconsideradas e examinadas criticamente utilizando critérios objetivos e análises rigorosas

para verificar sua precisão e validade. Assim, apoiada deste modo em processos mais objetivos, a história pode ser validada como reconstituição objetiva do passado conhecido através de indícios; isto é, da realidade reconhecida a partir dos seus vestígios. (Chartier, 2002).

Tais indícios são encontrados via documentação associados a um indivíduo, cuja identidade esteve, inicialmente, envolta em certo mistério durante o desenvolvimento da pesquisa, precisamente em decorrência de um equívoco editorial não intencional encontrado na imprensa local. A confusão que foi gerada por essa falha na divulgação de informações, provocou um breve enigma em torno de sua real identidade, que posteriormente se revelou em um protagonista da história, acrescentando-se um elemento de curiosidade e ambiguidade à narrativa; porém o cruzamento de informações de outras fontes novamente nos ajudou na elucidação do caso.

*O Imparcial* na edição de 13 de julho de 1927<sup>65</sup>, apresentou um relato de certo sujeito chamado John Brovon, então delegado da Igreja Adventista na sede mundial localizada em Washington DC nos Estados Unidos, que havia chegado em Belém do Pará com o projeto de passar três anos na região, a fim de estabelecer escolas primárias no interior do estado. Este recorte de jornal foi avaliado como um recurso importante, já que a região do Pará e do Maranhão compartilharam semelhanças, recursos e obreiros que trabalharam nos dois estados de maneira concomitantes durante o período.

O problema para nós não estava inicialmente na identificação de tal indivíduo, mas no fato de que os documentos denominacionais nacionais e internacionais não mencionavam nenhuma vez alguém com esse nome. A chegada de tal sujeito que ocupava cargo tão relevante na denominação, deveria ter sido registrada, cabendo-nos a nós procurarmos onde estaria a possível razão de tal imbróglio. Para tanto, fizemos um levantamento na imprensa adventista dos sujeitos envolvidos com a difusão do projeto institucional tanto no Maranhão quanto no Pará. Dessa maneira encontramos a figura de um pastor americano de nome John Brown que correspondia com as características registradas na imprensa e com a período em pauta.

A *Revista Mensal* (1909-1931) na edição de agosto de 1927 relatara a chegada de John Brown e de sua comitiva em Belém onde “[...] a nova Missão do Baixo Amazonas já exist[ia] realmente, e o pastor J. L. Brown, escrevendo de Belém, inform[ara] que todos chegaram bem e já está[vam] trabalhando.”<sup>66</sup> Como o nome era pouco comum na língua portuguesa da época, era natural que os editores estivessem sujeitos a pequenos equívocos. Encontramos até

---

<sup>65</sup> *O Imparcial*. São Luís, ed. 13 jul. 1927.

<sup>66</sup> *Revista Mensal*, v. 22, n. 8, p. 10, ago. 1927.

mesmo o nome de John Brown sendo referido pelos editores da *Revista Mensal* (1909-1931) como João Brown, o que evidencia que esse engano não estava limitado apenas à imprensa local.

Em 1927 este indivíduo chega em Belém do Pará para estabelecer uma sede administrativa para a região norte do Brasil que seu alcance ia até o estado do Maranhão. Tal esforço era necessário para alavancar o trabalho dos colportores que já estavam presentes na região, além de expandir o alcance da denominação através de outras especificidades do projeto em questão, como o estabelecimento de escolas primárias, como foi citado n' *O Imparcial* (1926-1946). Sua própria trajetória anterior evidenciava que seus esforços seriam canalizados para o estabelecimento de escolas adventistas na região.

Antes de chegar no Brasil, ele e Esther Brown (sua esposa, que era enfermeira) haviam sido missionários em El Salvador, na América Central, a partir de 1916, onde não havia a presença de adventistas. O trabalho ali realizado foi marcado pela distribuição de literatura da ordem, pela organização das primeiras igrejas do país, e pela abertura de uma escola paroquial. (The Advent Review And Sabbath Herald, v. 95, n. 20, maio 1918). Isso sugere que o trabalho de John Brown estava anteriormente relacionado com a educação adventista.

Aqui está outro indivíduo que pensava a Escola Adventista como prioridade ou como parte integrante das atividades denominacionais. Suas experiências anteriores na América Central centralizado em plantar igrejas e escolas primárias nos ajuda a entender que estava comprometidos com tal propósito. A compreensão de ditas concepções e ações, nos indica que as origens da Escola Adventista no Maranhão devem ser avaliadas a partir da ótica proposta, em função dos modos de pensá-la, haja vista os modos de projetar, instituir e difundir dita educação. Portanto, entendemos de que a educação adventista no Maranhão não se reduz ao estabelecimento da Escola Adventista em 1943; ano de início das atividades da primeira instituição escolar adventista na região. Pelo contrário, defendemos que sua origem se remonta a 1920, ano em que os primeiros agentes que chegaram ao estado envolvidos em desbravar caminhos, atrair fiéis e planejar espaços de reunião pretenderam ações para sua instituição; colportores que com suas ações podem ter contribuído para sua institucionalização mesmo que tardia na região. Os indivíduos citados, que podem ser compreendidos como pioneiros da iniciativa adventista na região, incluindo pastores e colportores que chegaram durante esta década específica, demonstraram um vínculo significativo e um comprometimento substancial com a Escola Adventista, como evidenciado por suas experiências anteriores e posteriores.

No ano seguinte após ter chegado a Belém para estabelecer a Missão Baixo Amazonas, John Brown e sua equipe empreenderam uma viagem a São Luís com o intuito de dar

continuidade aos trabalhos já iniciados pelos colportores locais<sup>67</sup>. Durante essa visita, fora organizada o que viria a ser reconhecida como a primeira congregação da Igreja Adventista do Sétimo Dia na região norte do Brasil, conforme é descrito no relato a seguir: “O irmão Brown visitou aquele lugar e dirigiu uma pequena série de conferências, baptizando quinze novos membros, e organizou uma nova igreja. Esta é a única igreja adventista que temos em toda a Missão Baixo Amazonas.”<sup>68</sup>

A análise minuciosa da documentação disponível sugere que tanto os colportores que chegaram ao estado do Maranhão em 1920, como Firmo Marinho em 1922 (Saraiva, 2000), quanto a equipe liderada por John Brown em 1928, tinham objetivos relacionados com a escola adventista de promover e estabelecer, respectivamente, o trabalho de dita educação na região. Os registros documentais revelam pistas que indicam essa intenção; dados que foram devidamente organizados, com o propósito de criar um sentido histórico intencional conforme descrito por Certeau (1982, p. 51):

Os fatos de que fala a história funcionam como indícios. Através das relações estabelecidas entre fatos, ou da elevação de alguns dentre eles ao valor de sintomas para uma época inteira, [...] que se organiza[m] o discurso inteiro, [já que] o historiador é aquele que reúne menos os fatos do que os significantes. Ele parece contar os fatos, enquanto efetivamente, enuncia sentidos que, aliás, remetem o notado (aquele que é retido como pertinente pelo historiador) a uma concepção do notável.

Pensava-se a educação adventista a partir de três grandes paradigmas. O primeiro, que a Escola Adventista era parte indissociável do projeto denominacional, uma vez que: “[...] onde se chega a mensagem adventista logo surgem escolas e colégios” (Borges, 2000, p. 187); lema que guiava as atividades denominacionais. Essa premissa refletia a convicção de que a educação era uma ferramenta fundamental para a disseminação dos valores, princípios e práticas dos adventistas, servindo a um propósito interno e externo: meio de instruir as crianças da denominação; mas fortalecer e expandir a influência da denominação em novas comunidades e regiões.

O segundo, em função da expansão institucional. Para os adventistas, a missão funcionava como um conjunto de iniciativas que estavam organizadas a partir de suas instituições, visto que “[...] durante o século 20, os adventistas do sétimo dia tornaram-se

---

<sup>67</sup>Como ainda não havia pastores adventistas que atuavam constantemente no território maranhense, os colportores representavam a denominação e gerenciavam as respectivas atividades no estado, eventualmente recebiam pastores que vinham de outros estados para a realização de batismos, a organização de igrejas e outras atividades que eles não estavam autorizados a realizar. Em 1922 veio o pastor Clarence Emerson Rentfro (Revista Mensal, v. 17, n. 11, nov. 1922), e em 1928 o pastor John Brown (Revista Mensal, v. 23, n. 8, p. 6, ago. 1928).

<sup>68</sup> Revista Mensal, v. 23, n. 8, p. 6, ago. 1928.

vastamente conhecidos por suas diversas e excelentes instituições: casas publicadoras, hospitais e escolas” (Schwarz; Greenleaf, 2009, p. 239). A terceira, numa abordagem evangelística, que favorecia a compreensão que tinham de uma missão integral. Na imprensa institucional, de maneira recorrente se utilizava um texto do evangelho de Mateus 4:23: “Percorria Jesus toda a Galileia, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo” (Bíblia, 1993). Este texto do Novo Testamento é encontrado de maneira periódica na documentação da época, tanto nas revistas norte-americanas como na Revista Mensal (1909-1931), seu uso servia como base epistemológica para as atividades das instituições da igreja: as editoras, as escolas e os centros de saúde. Portanto, os indivíduos envolvidos nas ações denominacionais que chegaram ao Maranhão no período pensavam a Escola Adventista dessa forma, o que naturalmente moveria seus esforços para a implementação dessa visão.

Assim, observamos fortes indícios respaldados por dados históricos que sugerem que, durante o período, os indivíduos envolvidos na chegada do adventismo no Maranhão estavam comprometidos com o projeto educacional e que os planos para uma escola adventista na região era sim uma expectativa. Contudo, esse plano não se materializou. Considerando o exposto, quais foram as razões preponderantes que inviabilizaram o início do empreendimento educacional dos adventistas? Como os adeptos dessa fé reagiram diante desses contratemplos? Seria plausível conjecturar que o projeto institucional no estado não atingira maturidade suficiente para a efetivação desejada? Estas são questões que tentaremos responder no próximo item.

### **3.2 Educação Adventista no Maranhão: razões do tardio estabelecimento**

Neste estudo não temos a intenção de estabelecer conclusões definitivas em forma de certezas históricas. Estamos diante de numerosas lacunas que não podem ser totalmente preenchidas, mas sim observadas e submetidas a inquéritos. Isto posto, avaliar a história da escola adventista no Maranhão apenas a partir de 1943, quando a primeira escola foi estabelecida, seria ingênuo da nossa parte, já que há inúmeros indícios sobre a presença de um projeto na década de 1920 que procurava condições para a sua efetivação. Por isso, nos concentramos em levantar aqui questionamentos e explorar percalços na demora de sua concretização.

A análise dessa fase preliminar nos permite traçar conexões mais amplas e compreender as complexidades envolvidas na implementação da escola adventista no contexto maranhense, uma vez que, mesmo que seja possível visualizarmos muitos sinais da sua instauração, também há diversos indícios na documentação do porquê esta escola não se estabeleceu na década da chegada do adventismo ao estado. Falar de sinais, é tratar do que em termos históricos podem ser avaliados como o não-dito, já que os próprios fatos históricos estão sujeitos a serem moldados pela introdução de um sentido subjetivo na forma como são interpretados e mesmo narrados. Além disso é importante notar que a leitura desses fatos é também sempre influenciada por perspectivas individuais e escolhas teóricas e metodológicas feitas pelos historiadores, já que não existe leitura neutra da história (Certeau, 1982).

A primeira das razões que listamos é de natureza religiosa. Na primeira parte desta seção, fornecemos um breve relato sobre a chegada do adventismo ao estado. Apesar desse movimento ter sido resultado de um processo que, em parte, se deu de forma espontânea, não ocorreu sem ser confrontado por algumas tensões iniciais. Os fatos encontrados na imprensa local, que aqui são apresentados, não apenas descrevem a chegada da fé adventista; mas também evidenciam as dinâmicas sociais e culturais que moldaram o processo, marcado por desafios e resistências como parte intrínseca à introdução de uma nova fé em um contexto social e religioso preexistente.

Na década de 1920, a sociedade maranhense permanecia profundamente influenciada pela igreja católica, apesar do término do padroado com a Proclamação da República em 1889, quando oficialmente se rompeu com a participação da igreja romana nos assuntos públicos. Apesar disso, as forças católicas mantinham uma presença robusta no estado, e, paralelamente, grupos protestantes também haviam chegado e se estabelecido na região com significativa influência. Em termos da iniciativa educacional, a igreja católica se via desafiada em vários locais do país pela ascensão das escolas protestantes, que se desenvolviam com maior liberdade, apresentando uma concorrência considerável às instituições de ensino católicas (Vylhena, 1988).

Antes dos adventistas chegarem no Maranhão, outros grupos haviam se estabelecido e naturalmente tiveram uma recepção também marcada por rivalidades. Exemplo disso é a forma como vários artigos de jornais locais, tratam tanto a doutrina protestante como os adeptos de tais denominações. Na edição do *Impacial* (1926-1946) de 27 de agosto de 1926, foi publicado um artigo intitulado *De lomge*, no qual era avaliada a vida de alguém que deixava a igreja católica e se tornara protestante. As descrições usadas eram por vezes rudes como: “[...] não são os virtuosos e iluminados que abandonam a Igreja; são os Judas amantes do dinheiro,

Luthero mulherengos e orgulhosos, os reprobos e muita vez os tolos e ignorantes; não são os homens carnaes que deixam á margem a arvore da sombra.”<sup>69</sup>

Muitos outros artigos dessa natureza são encontrados, menosprezando e rejeitando os protestantes. Na edição de 28 de abril de 1927 d’*O Imparcial* (1926-1946), na seção intitulada Religião e Catholicismo, subintitulada *O elogio da igreja catholica feito pelo sábio protestante H. Hansenius, uma palavra aos mal assombrados do centro*, o texto em questão não deixa claro quem seriam “os mal assombrados [...]”; entretanto o assunto do artigo está relacionado com uma visão defendida pelos editores do jornal a respeito dos protestantes, quando caracterizam como demônio a Martinho Lutero, um dos precursores da reforma protestante na Europa; quando assinalam que a reforma estaria fundada sobre a incredulidade, o individualismo e o subjetivismo; e quando afirmam que esta era a miséria do protestantismo, sugerindo o teor áspero, que *os mal assombrados do centro* fosse alguma denominação protestante que havia se instalado no centro da capital maranhense.

O catolicismo como religião oficial do império havia deixado marcas profundas no seu estabelecimento no estado. Isto é, o Maranhão tinha um lugar, que para Certeau (1998, p. 201) “[...] é a ordem [...], segundo o qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições [que] Implica uma indicação de estabilidade.”. Por essas amostras é possível visualizarmos um tipo de estratégia usada pelos católicos a fim de manter um lugar de poder, [considerando-se a] estratégia como capacidade de “produzir, mapear e impor.”. (Certeau, 1998, p. 92). Cabia então aos protestantes buscarem seu espaço por meio de manobras que fossem capazes de contornar essas configurações sociais a fim de projetar a relevância da ordem na vida dos maranhenses.

Assim como os protestantes de maneira geral, eram retratados de forma negativa pela imprensa local, de maneira particular os adventistas também sofreram tal tratamento. Um exemplo ao respeito é encontrado na edição de 24 de abril de 1922 n’*O Diário de São Luiz* (1920-1949), na seção *As igrejas evangélicas*, que se destinara a fazer um raio x de algumas denominações protestantes recém-chegadas. o primeiro parágrafo desse artigo foi escrito: “Sabbatismo ou Adventismo do Sétimo Dia, é um acervo de heresias”<sup>70</sup> ; logo apresenta um pequeno resumo bem parcial das origens da instituição nos Estados Unidos sempre em tom dissimulado, objetivando ridicularizar tal denominação, quando caracteriza a Ellen White (uma

---

<sup>69</sup> O Imparcial, ano I, n. 100, 26 ago. 1926.

<sup>70</sup> O Diário de São Luiz, ano III, n. 45, 24 abr. 1922.

das pioneiras de tal ordenação) como “senhora hysterica e plagiadora” e a seus seguidores como “exploradores da causa evangélica”.

Os autores responsáveis pela publicação desses artigos em tons inflamados demonstraram claramente a intenção de manipular o equilíbrio de tensões instaurado entre um fraco e um forte em função das relações de poder instauradas por meio de estratégias de imposição; *formas de fazer* que não são mais que a

[...] manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. [...] postula[ndo-se] um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de [...] ameaças. (Certeau, 1998, p. 99).

Tais estratégias são percebidas nas práticas discursivas usadas. Ao adotarem uma linguagem carregada e provocativa, buscando não apenas influenciar as percepções do público, mas também descaracterizar a validade das crenças protestantes e adventistas, tentam de maneira prévia, moldar as opiniões a fim de favorecer agendas ou visões de mundo particulares. Essa abordagem, claramente deliberada e tendenciosa revela uma série de estratégias que de modo consciente visava direcionar as emoções e crenças das pessoas, explorando as práticas discursivas específicas para alcançar objetivos particulares, muitas vezes a custas da objetividade e imparcialidade no debate dos assuntos em questão. Tais contextos exigem dos pesquisadores um esforço para entender tais particularidades, o que Elias (2001, p. 77) chama de “[...] um ato de reflexão sociológica a fim de tornar visível novamente o pano de fundo das tensões e coerções sociais por trás ‘as’ ‘ninha’ias ‘e ‘formalid’des’, e das lutas que muitas vezes se desenrolam em torno delas”.

Além de encontrarem forte oposição dos católicos, os adventistas também enfrentaram tensões com outras denominações protestantes, devido a pontos e posicionamentos de natureza divergente de sua doutrina que se distanciava do discurso protestante, especialmente, quanto à guarda do sábado. Em 1927, *O Imparcial* (1926-1946) documentara um acirrado embate doutrinário que aconteceu na capital, envolvendo a Bezzera Lima (pastor presbiteriano) e o líder da igreja adventista, Firmo Marinho, considerado como precursor da ordem no estado em 1922, segundo Saraiva (2000); embora já tenhamos demonstrado subsídios deste equívoco histórico, seja com respeito aos primeiros colportores que chegaram ao Maranhão<sup>71</sup>, seja em função dos primeiros vestígios da presença dos adventistas em solo maranhense em 1920. Este debate teve como palco uma congregação adventista e centrou-se na observância do sábado em

---

<sup>71</sup> Juvenal Olympio de Farias e sua esposa, colportores circunscritos nos registros de *The Advent Review And Sabath Herald*, v. 97, n. 33, p. 29, ago., 1920, assim como, H. J Correa, J. O. Farias e Ign. Carvalhos, colportores indicados pela *Revista Mensal*, v. 15, n. 9, p. 13, set. 1920.

detrimento do domingo. Tal confronto, além de despertar a atenção dos fiéis, também gerou repercussões mais amplas na comunidade ludovicense demonstrada pela publicação dessa ocorrência neste jornal.

No domingo 20 do corrente, o exmo. srs. Bezerra Lima, ministro Presbyteriano, compareceu a igreja dos Adventistas, afim de com argumentos extrahidos da Bibiia, provar a santificação do Domingo, regeitada por aquella denominação. Argumentando uma hora, apezar da eloquencia que tem, comtudo não satisfez o numeroso auditorio, pois os seus argumentos e refutações não foram baseados na Biblia e os capitulos que apontou, nada explícam sobre a santificação do Domingo.<sup>72</sup>

Essas tensões podem ser avaliadas por duas vertentes. A primeira, pelo costume que existia na época entre os protestantes de organizar debates públicos a fim de se provar pontos doutrinários. Desde os primórdios da reforma protestante, a mesma foi construída por meio da contestação de ideias controversas; fenômeno que foi revisto em função de vários debates travados através da história, tanto públicos quanto por meio da imprensa (Walker, 2006). Tal costume era frequente também na prática dos primeiros adventistas nos Estados Unidos que estavam sempre preparados para defender seus pontos doutrinários (Schwarz; Greenleaf, 2009).

A segunda, tem que ver com a forma como os adventistas, diante dessas tensões estavam se movimentando no lugar via manobras. Tais manobras podem ser entendidas como arte de consumo, que para Certeau (1998, p. 94) “[...] tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, [...] seu murmúrio incansável [...], uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios; mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos”. Os adventistas aproveitaram a situação imposta, que gerou considerável repercussão, como uma oportunidade única para empregar a imprensa local na disseminação de sua doutrina, conforme se registra no último parágrafo desse artigo: “A Igreja Adventista roga aos leitores interessados que munidos de suas Biblias, analysem de onde vem ou está a verdade<sup>73</sup>”; alcance que dificilmente teriam conseguido em circunstâncias habituais.

Essa circunstância excepcional lhes concedeu um espaço de visibilidade e influência que possibilitou ampliar o alcance de suas crenças e práticas religiosas, permitindo-lhes abordar um público mais amplo e diversificado. Tais manobras podem ser entendidas como táticas de apropriação, a “[...] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] Não tem lugar, senão o do outro. E por isso, deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o

---

<sup>72</sup> O Imparcial, ano II, n. 286, 22 mar. 1927.

<sup>73</sup> O Imparcial, ano II, n. 286, 22 mar. 1927

organiza a lei de uma força estranha. [...] É movimento no campo do inimigo e no espaço por ele controlado.”. (Certeau, 1998, p. 100).

Dentre esses grupos estavam certas igrejas protestantes, que já estavam anteriormente instaladas na capital maranhense, que se opunham fortemente ao avanço do trabalho dos adventistas. Essas tensões são registradas tanto pela documentação local, quanto pela denominacional. Dois anos mais tarde, na *Revista Mensal* (1908-1931), na edição de agosto de 1929 foi relatado mais detalhes dessa relação conflituosa que, neste caso se referia possivelmente, a outras denominações religiosas, ou a um grupo maior delas, que por motivos não relatados, não foi registrado quais denominações seriam em questão:

O irmão Marinho tem trabalhado contra grande oposição. Outras denominações teem-no atacado, publicando na imprensa artigos contra elle e a obra dos adventistas. O irmão Marinho respondeu publicando nos mesmos jornaes artigos em que expunha, de modo claro, as verdades, sustentando-as pela Palavra de Deus, e formulando uma lista de perguntas que pedia a seus opponentes respondessem.<sup>74</sup>

Neste último registro encontramos as palavras oposição e ataque, indicando que essa relação não se estabeleceu de maneira amigável. Em outras palavras, estamos diante de uma relação de tensões e conflitos, em que a dinâmica das interações entre indivíduos é baseada na assimetria de poder, onde a parte mais forte geralmente tem uma vantagem significativa sobre a parte mais fraca e pode impor sua vontade, influenciar decisões ou obter benefícios em detrimento do outro. Dessa forma, outras denominações por terem se estabelecido antes dos adventistas no Maranhão em 1920, tiveram maior influência nos maranhenses e se configuraram como barreira interposta para a concretização do projeto denominacional e pedagógico dos adventistas no estado.

Também é possível interpretarmos tais indícios a partir de razões legais. Os dispositivos legais são importantes fontes que auxiliam o pesquisador da história da educação a criar roteiros a fim de delimitar os caminhos que serão percorridos na pesquisa (Castro, 2023). Esta investigação foi auxiliada *Decretos da Instrução do Maranhão República (1890–1935*, de Castro (2023)<sup>75</sup>, que tem servido de subsídios para diversos outros pesquisadores que em outras circunstâncias teriam diversas dificuldades para terem contato com essas fontes.

Um importante decreto referente às escolas particulares é o número 21 de 15 de abril de 1890 que tinha como objetivo a reorganização do ensino público do Estado. Tal decreto previa no artigo 34 que “O Estado poder[ia] subvencionar escolas particulares, que adota[ssem]

<sup>74</sup> Revista Mensal v. 24, n. 5, p. 10, ago. 1929.

<sup>75</sup> Obra organizada e disponibilizada em formato de *e-book* pelo professor doutor Cesar Castro, membro do Núcleo de Estudo e Documentação e Práticas Leitoras - NEDHEL da Universidade Federal do Maranhão.

métodos aperfeiçoados do ensino”. Essa iniciativa tinha como intuito promover uma maior uniformidade e consistência na abordagem pedagógica e nos métodos de ensino adotados, buscando estabelecer-se padrões mais alinhados entre as escolas públicas e privadas, além de criar-se uma base comum que pudesse beneficiar os alunos, proporcionando-lhes uma experiência educacional mais coesa e equiparada.

Esta subvenção era cedida mediante alguns critérios, um deles é encontrado no artigo 4, do decreto 369 de 13 de novembro de 1920, que previa que “[...] o estado reservar-se-[ia] o direito de fiscalizar o ensino nos estabelecimentos subvencionados e de exigir outras condições à concessão da próxima reforma do ensino”. Registros datados entre as décadas de 1920 e 1930 evidenciam que várias escolas privadas foram beneficiadas por esse financiamento, indicando claramente que a referida proposta legal ainda permanecia em vigor, como será exposto em um exemplo de escola de iniciativa privada que recebeu tal recurso para o desenvolvimento de suas atividades: “Ficam concedidas ao Colégio Osorio, com sede na cidade de Guimarães, e à Escola Primária da Sagrada Família, mantida pela Sociedade Educadora Ítalo Brasiliense, com sede na cidade de Imperatriz, respectivamente, as subvenções anuais de dois contos e quatrocentos mil réis.”. (Decreto n. 1.130 – de 12 de fevereiro de 1927). Neste exemplo, podemos observar na segunda escola, cujo nome indica ser possivelmente uma instituição de ensino mantida por uma entidade religiosa, que era beneficiada por tal subvenção, possivelmente, devido às circunstâncias que envolviam uma escola que já havia sido estabelecida anteriormente por iniciativas particulares. Esses esforços foram reconhecidos e apoiados por meio dessa assistência financeira, permitindo a continuidade do projeto educacional. Isto sugere fortemente que outras instituições com características semelhantes, como era o caso da escola adventista, poderiam igualmente ser contempladas com a referida subvenção.

Diante dessas ocorrências, surge a indagação sobre os supostos motivos pelos quais os precursores da escola adventista no Maranhão, mesmo tendo a possibilidade de solicitar a alocação desses recursos, aparentemente optaram por não os solicitar. Conforme sugerem as evidências, essas escolas eram beneficiadas apenas com auxílios para a manutenção de suas atividades, sem a concessão de subvenções destinadas à instalação de novas instituições educacionais. Dessa forma, presume-se que a escola adventista tenha se absterido dessa oportunidade devido ao fato de ainda não ter iniciado suas operações no período. A avaliação de tais aspectos só pode ser consagrada a partir de uma perspectiva institucional, só assim será possível desvendar nuances importantes que contribuíram para a escolha da escola adventista de não buscar subvenções naquele momento específico, enriquecendo assim a análise do panorama geral.

Por fim, a última razão para o atraso no estabelecimento da educação adventista no Maranhão está relacionada aos contornos administrativos da denominação em detrimento da realidade maranhense. Uma vez que os adventistas tinham o objetivo de disseminar suas escolas primárias em todo o território brasileiro, era natural esperar alguma forma de regulamentação institucional para garantir a fundação dessas escolas de acordo com as diretrizes propostas. Este processo envolvia aspectos como o planejamento do espaço escolar, a formação adequada dos professores, os materiais pedagógicos, bem como uma ação direta da liderança local, tudo isso a fim de garantir de que a estruturação de tais escolas estivesse alinhada com os padrões esperados.

A edição de dezembro da *Revista Mensal* (1909-1931), que havia sido publicada como uma edição especial, dedicada para abordar-se apenas temáticas sobre a instrução e a educação cristã, com foco nas escolas paroquiais de nível primário que estavam sendo estabelecidas em todo o território nacional, em artigo intitulado *Como organizar uma escola parochial*<sup>76</sup>, Alfredo W. Peterson, então secretário do Departamento de Educação da Divisão Sul-Americana (órgão máximo que coordena a administração de dita denominação para os países da América do Sul), listou 6 requisitos que deveriam ser seguidos à risca para que se pudesse então fundar uma escola adventista.

O primeiro desses aspectos exigia um levantamento de todas as crianças e jovens adventistas da região; dados que deveriam ser organizados em uma planilha disponibilizada pelo departamento de educação. Por outro lado, as famílias que fossem registradas, deveriam ser visitadas para que colocassem seus filhos na escola que seria fundada. Tal ação obedecia ao princípio da fundação de tais escolas, já que inicialmente estes espaços escolares foram estabelecidos com o objetivo inicial de prover aos filhos dos membros da denominação uma educação religiosa que coadunasse com os princípios da fé adventista (Olsen, 1926), conseqüentemente, constantes esforços e apelos eram direcionados para que essas crianças fossem matriculadas, visando formar um núcleo inicial de alunos, atingindo o número mínimo necessário para abrir o espaço escolar e, conseqüentemente, alcançar outras crianças da comunidade.

A própria *Revista Mensal* (1909-1931) foi um grande instrumento de conscientização dos membros sobre a difusão de tais escolas, que dependeria e muito, da ação direta deles em colocar seus filhos em tais espaços escolares priorizando-se tal ensino e financiando-se o estabelecimento. Vários artigos foram publicados com a finalidade de chamar a atenção das

---

<sup>76</sup> O artigo completo está no ANEXO A.

famílias adventistas para o fato de que tais escolas só poderiam existir com a colaboração de todos. Um exemplo disso, é um artigo publicado na edição de outubro de 1921 intitulado *Dez razões porque a mocidade dos Adventistas do Sétimo Dia devia freqüentar as nossas próprias escolas*. Estes motivos são:

- 1) Porque a educação cristã é a única verdadeira [...];
- 2) Porque a mente humana move-se gradualmente das coisas com que continuamente se preocupa [...];
- 3) Por causa do perigo da doutrina da evolução e da falsa filosofia [...];
- 4) A escola cristã conduz o estudante à fonte de toda a sabedoria — o Autor da verdade [...];
- 5) Porque nossos ideais fazem de nós o que somos [...];
- 6) Porque a maior influência durante o tempo em que a mocidade freqüenta a escola é a do professor [...];
- 7) Porque a escolha da sua carreira depende da concepção do estudante da importância relativa das diferentes carreiras da vida humana [...];
- 8) Porque as nossas escolas preparam definitivamente os estudantes para a obra do Senhor [...];
- 9) Porque as amizades travadas na escola importam muito, tanto na escola como na vida posterior [...];
- 10) Porque o Senhor nos tem dado a mensagem que «â todos os jovens deviam conceder-se a bênção e o privilégio de obter uma educação em nossas escolas, para que sejam inspirados a tornar-se obreiros junto com Deus.<sup>77</sup>

Todas essas razões estão relacionadas ao impacto que a escola exerce no desenvolvimento futuro das crianças. Por isso, a ação de levantar a quantidade de crianças em idade escolar, está atrelada ao fato de a escola adventista ser concebida para atender os filhos dos membros da igreja, dessa forma era crucial que a comunidade onde seria estabelecida, contasse com um número substancial de famílias e, por conseguinte, de crianças aptas a frequentá-la. Se tornaria inviável do ponto de vista da sustentabilidade dessas escolas, se o número dessas crianças fosse pequeno, já que formariam o primeiro núcleo de alunos que naturalmente chamaria a atenção a longo prazo das demais famílias da comunidade.

É possível que esse seja um ponto crucial na nossa análise, já que o número dos adventistas nessa década é essencialmente pequeno, como é possível visualizarmos na seguinte tabela.

Quadro 4 - Adventistas no Maranhão (1920-1930)

Ano	Número de membros
1920	3
1921	3
1922	6
1923	6
1924	Sem dados
1925	Sem dados

<sup>77</sup> Revista Mensal, v. 16, n. 10, out. 1921.

1926	Sem dados
1927	5
1928	18
1929	36
1930	36

Fonte: Annual Statistics report of Seventh-day Adventist Conferences, Missions, and Institutions (1920-1930).

A quantidade dos membros da denominação no estado durante essa década é realmente pequena, dados que podem ser cruzados com a quarta diretriz do artigo *Como iniciar uma escola paroquial*, que tem a ver com o planejamento financeiro da escola, a qual deveria ser “[...] orçamentada juntamente com as demais despesas da igreja e cada membro da igreja deve[ria] ajudar a enfrentar a despesa. Promessas dos membros, pagas através do anno, além das mensalidades, have[riam] de assegurar a estabilidade financeira.”<sup>78</sup> Portanto, a manutenção financeira das escolas ficaria no encargo dos membros das igrejas locais, e quanto menor fosse o número desses membros menor seria a possibilidade da abertura de uma escola paroquial, realidade apresentada no sexto critério, que especifica que “[...] a comissão da igreja, que é também a comissão da escola, sob a direção do pastor ou ancião da igreja, deve planejar cuidadosamente a abertura da escola e suas finanças, e deve estar em constante contacto com o Departamento de Educação Christã.”<sup>79</sup>

Em outras palavras, o esforço para a abertura da escola era dos membros locais, se não houvesse um contingente suficiente de membros para tal iniciativa, tal plano não seria aprovado pelo departamento de educação, órgão responsável para autorizar a abertura de tais espaços. Outrossim, a segunda diretriz apresentava o procedimento em que o responsável pelo projeto da escola deveria “[...] escrever ao superintendente educacional da conferencia ou missão, cujo nome aparece na pagina oito sob ‘Directório Educacional’, e contar-lhe do desejo de organizar uma escola parochial, pedindo-lhe que planeje[ass]e junto.”<sup>80</sup>; solicitação que protocolava oficialmente o pedido.

Entretanto, as indicações mais importantes e que deveriam ser avaliadas com mais prudência eram as que tinham que ver com o espaço escolar e com o corpo docente. A terceira recomendação enunciava que a escola deveria “[...] estar localizada em tal lugar, que [fosse] facilmente alcançada pelas crianças. Deve[ndo] ter amplo terreno para brinquedo, num

<sup>78</sup> Revista Mensal, v. 25, n. 12, p. 14. 1930.

<sup>79</sup> Revista Mensal, v. 25, n. 12, p. 14. 1930.

<sup>80</sup> Revista Mensal, v. 25, n. 12, p. 14. 1930.

ambiente onde se possa conservar o espírito da educação cristã. O edifício dever[ia] estar em conformidade, quanto a luz, tamanho, posição, etc.”.<sup>81</sup> No início do século XX no Brasil circulava o debate sobre a importância de espaços próprios para a escola, proporcionando-lhe as condições para a realização das suas funções sociais propostas (Faria Filho, 2007).

É provável que tal resolução referida ao espaço escolar tenha se tornado um grande desafio aos adventistas do Maranhão, já que tiveram grandes dificuldades no início quanto a um local específico para se congregarem. Segundo Saraiva (2023) Até a década de 1940, os adeptos da denominação na capital do estado, onde a primeira igreja havia sido organizada, era composto de pessoas de pouca condição financeira. Quase todos tinham subempregos, eram pescadores, barbeiros, pescadores, verdureiros, sapateiros, alfaiates etc. Por essa razão, não foi possível que construíssem um templo para suas reuniões regulares, nem tampouco alugar algum local que fosse propício para tal atividade, pelo contrário o grupo perambulou por 30 anos de casa em casa dos próprios membros. Devido a essa condição específica, é provável que tenha ficado inviável para eles organizarem um espaço adequado durante aqueles anos para o estabelecimento de uma escola paroquial.

Por fim, a recomendação de número cinco estava relacionada com a figura de um professor, após todas as exigências terem sido devidamente alcançadas, sendo solicitado “[...] ao superintendente do campo a recomendação de um professor devidamente diplomado. Um graduado do curso normal do Collegio Adventista, pode[ria] ser solicitado.”.<sup>82</sup> Diante desta última questão, nos deparamos com um questionamento: seria isso realmente um empecilho para o estabelecimento da escola? Dificilmente entre os poucos adventistas no Maranhão havia alguma pessoa formada no curso normal; mas o documento dispõe da possibilidade de receberem um egresso do curso normal do Colégio Adventista, curso esse que havia iniciado em 1922.

Em outras palavras, é possível considerar que este requisito específico não se configurou como um impedimento substancial. Talvez seja mais sensato inferir que as demais condições necessárias para concretizar esse propósito não estivessem devidamente alinhadas ou estruturadas. Assim, a solicitação para o início de uma escola adventista no Maranhão, durante o período, permaneceu apenas como um plano em estágio inicial. Em outras palavras, os primeiros esforços e passos rumo a essa meta foram iniciados, mas o panorama ainda não estava suficientemente preparado.

---

<sup>81</sup> Revista Mensal, v. 25, n. 12, p. 14. 1930.

<sup>82</sup> Revista Mensal, v. 25, n. 12, p. 14. 1930.

Diante do exposto, apesar dos esforços para encontrarmos razões da possível demora, deparamo-nos com a emergência de mais questionamentos. É provável que, mesmo com a evidente intenção dos primeiros adventistas do Maranhão em estabelecer uma escola denominacional na região, o suporte necessário para se iniciar tal diligência não estivesse adequadamente preparado, dentre os aspectos avaliados, destaca-se o fato da denominação no estado não ter uma expressiva quantidade de membros que fornecessem o núcleo da escola. Por outro lado, mesmo considerando a proximidade temporal entre os primórdios da igreja e escola adventista nos Estados Unidos e no Brasil, as trajetórias históricas não podem ser padronizadas, uma vez que inúmeros fatores latentes e concretos geraram variações ao longo do desenvolvimento dessas instituições. No Maranhão, por exemplo, a realidade econômica dos próprios membros estava muito aquém da realidade dos outros estados, a iniciativa de iniciar tais escolas estava relacionada com uma ação colaborativa entre a instituição e os membros locais, as próprias diretrizes da Educação Adventista no país regulamentava que houvesse essa contrapartida. Conforme já destacado, as instituições denominacionais operavam em estreita sinergia e dependência mútua. Isso implica que a instauração da Escola Adventista exigia uma estrutura denominacional previamente consolidada, o que, no período em análise, ainda se encontrava em estágio incipiente.

Entretanto, julgamos que deveríamos procurar mais caminhos e elementos implícitos na análise das interações que os ideais propostos pela Escola Nova tiveram no cenário maranhense. Nessa lógica, nos questionamos de como tal ideal renovador poderia ter auxiliado na formação de um cenário propício para um possível estabelecimento da Educação Adventista no Estado? Como tais ideais foram introduzidos no estado? E como se instauraram novas relações entre as instituições escolares e a população maranhense? Estas questões pertinentes tentaremos responder no item a continuação

### **3.3 Ressonância do movimento Escola Nova na Educação Adventista no Maranhão**

Como já foi apresentado, o movimento Escola Nova e a Escola Adventista no Brasil se desenvolveram de maneira concomitantes, compartilhando saberes e práticas comuns, pois ambos se estabeleceram como movimentos de reformas educacionais. No estado do Maranhão tais movimentos se estabeleceram, mas não sem lutas e tensões. Na década em pauta, a escola adventista encontrou diversas barreiras e não conseguiu estabelecer seu projeto em questão, motivos pelo qual via documentos, procuraremos indagar em que circunstâncias o projeto da educação nova chegou ao estado e como se desenvolveu.

O quadro educacional é em geral apenas um reflexo do panorama social. Isto posto, para compreendermos o processo da instrução no Maranhão na década de 1920-1930, é imprescindível nos aprofundarmos nos meandros da sociedade maranhense. O panorama era no mínimo desanimador, “[...] ao ser proclamada a República, o Maranhão não sofreu descontinuidade em seu modo de articular e implementar suas práticas sociais. As instituições continuaram, portanto, a ser regulamentadas em conformidade com os modelos culturais burgueses” (Rodrigues, 1993, p. 59). Em outras palavras, as estruturas de poder, os direitos de cidadania, os serviços públicos e as iniciativas do governo que deveriam ser oferecidos e beneficiar igualmente a toda a população, continuavam ao dispor de uma elite privilegiada. Os ideais republicanos de estabelecer um modelo de governo popular havia falhado, já que a população majoritariamente vivia a par do tão sonhado progresso social, realidade que obscurecia o cenário e as possibilidades de renovação.

Isso resultou em uma considerável crise multifacetada, sendo a crise econômica a mais evidente. A monarquia deixou o Maranhão em estado fragilizado, carregando um fardo de dívidas significativas. Além disso, a política desigual entre as regiões Sudeste e Nordeste contribuiu para tal desequilíbrio. Um fenômeno notável decorrente dessa situação foi o êxodo significativo de parte da população maranhense em direção aos estados da região Norte, como o Pará e o Amazonas, impulsionado pela busca de novas oportunidades financeiras, dado o cenário desfavorável do nosso estado. Em suma, o quadro do estado era desolador, o que gerou incertezas nos setores de saúde, segurança, emprego, habitação, cultura e, sobretudo, da educação. (Rodrigues, 1993).

É precisamente diante das transformações nos mais variados setores sociais, especialmente econômico, político, social e cultural que se deve interpretar os dados históricos referentes à escolarização, este quadro mais amplo da sociedade serve como indicadores que auxiliaram a análise à medida que indagações foram surgindo (Nagle, 2009). Em termos educacionais, a medida mais significativa e notável, tomada pelo regime republicano, foi a de manter a descentralização da educação, criada pelo Ato Adicional de 1834, na qual a incumbência pela estruturação da instrução pública primária e secundária era exclusiva dos estados; decisão tomada que agora estende esse alcance a todos os níveis educacionais. Tais medidas tinham como prioridade a reorganização desses sistemas, com especial atenção para as especificidades regionais.

Quanto à decisão de manter a descentralização da instrução pública há pelo menos duas visões que podem ser contrapostas. A primeira, defendida por Rodrigues (1993) como mecanismo de poder e dominação a disposição das elites locais, que impediria o

desenvolvimento da instrução frustrando assim o projeto republicano de ser um instrumento para o benefício da população; a segunda, em função da autonomia das províncias e da independência que possibilitou a criação de políticas específicas visando particularidades regionais para atender as necessidades educacionais de cada região (Castellanos, 2012). Tal autonomia, no entanto, pode por diversos motivos ter sido desigual, pela situação econômica, social e política de cada região, e isso pode sim ter afetado as formas que os indivíduos responsáveis pela instrução lidaram com ela; mas essa diversidade e forma desigual como se desenvolveu o processo de escolarização primária “[...] não devem nos levar a acreditar que a descentralização político-administrativa pelo Ato Adicional de 1834 acabou por impedir o desenvolvimento da instrução primária no Brasil imperial.” (Faria Filho, 2007, p. 138).

Seja como for, o cenário da educação maranhense envolvia grandes dificuldades marcado sobretudo pela necessidade de urgentes reformas, para que mudanças sociais via escolas se concretizassem, como expressou o governador do estado Herculano Parga (1916-1919): para ele “[...] não hav[ia] problema nacional mais importante que o educacional, não se podendo pretender o crescimento moral e material de um povo de analfabetos, sem cuidar seriamente da instrução e, com urgência, da escola primária.” (Maranhão, 1919).

Todas essas particularidades conduziram a educação brasileira a uma busca por mudanças e reformas nas últimas duas décadas da primeira república de modo geral, e na última de maneira particular, surge no Brasil o debate sobre certo tipo de entusiasmo pela educação<sup>83</sup> e um otimismo pedagógico<sup>84</sup>, “[...] que distingue a última década da Primeira República das que a antecederam, [...] justamente [pela] preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis”.. (Nagle, 2009, 116).

Assim, intelectuais do Maranhão, inseridos no campo da educação, acompanhavam de perto o crescente movimento que estava movendo diversas reformas em vários outros estados, todos eles apreensivos e ansiosos pela busca de um novo ideal educacional, movimento que ficara conhecido como Escola Nova ou Educação Nova. Antes mesmo da década de fervor pedagógico, 1920, algumas ideias já circulavam no estado. Um exemplo disso é um artigo encontrado n’*O Pacotilha* (1910-1938), intitulado *A educação nova*, onde foi feita uma

---

<sup>83</sup> O termo entusiasmo pela educação foi introduzido ao debate por Nagle (2009) e se refere a uma proposta quantitativa relacionada à difusão do processo educacional, onde o livre acesso das escolas primárias para a população em geral estava no centro de tal projeto.

<sup>84</sup> Já o termo otimismo pedagógico, também cunhado por Nagle (2009) está mais relacionado com as reflexões pedagógicas que sustentam a Escola Nova, novos métodos, valores, princípios, novo significado das disciplinas, que configuram a emergência de um novo modelo de escolarização.

exposição dos princípios fundamentais que movia os precursores do movimento especialmente na Europa.

A educação nova é a educação ao ar livre, após a aula, em que o aluno está metido entre 4 paredes, a vida escolar no campo, o lar da família substituído a caserna, com os sports e os trabalhos campestres, que fortificam o corpo, com ocupações manuais que tornam os músculos flexíveis. O ensino intelectual não é desprezado, mas transformado por processos que o tornam mais interessante, cativando a atenção do aluno, despertando as idéas e a razão. Nela representam um grande papel as *lições de coisas* e as *vizitas às fabricas*.<sup>85</sup>

Aqui são ressaltadas determinadas práticas pedagógicas que conferiam ao movimento uma qualidade inovadora e revitalizadora, precisamente quando é mencionada a expressão *lições das coisas*, em referência ao método intuitivo, já que era dessa forma que foi popularmente conhecido. A introdução desse assunto na imprensa maranhense da época indica um crescente interesse pela renovação no estado, prenunciando-se um período de maior destaque e divulgação de tais ideias que viriam a ganhar ainda mais relevância na década seguinte.

Durante os anos que abrangem a última década da Primeira República, é possível observar uma profusão de artigos nos jornais locais que abordam vigorosamente esses novos paradigmas educacionais. Um ponto de destaque reside no fato de que grande parte desses debates se concentra predominantemente na comparação entre os novos métodos de ensino adotados pela escola nova e os métodos mais tradicionais utilizados pela escola convencional. Esses artigos, frequentemente apresentados, refletem a efervescência e o interesse crescente em discutir-se as transformações educacionais em curso. Eles proporcionaram um espaço para examinar-se e analisar-se criticamente os métodos pedagógicos emergentes, destacando-se suas diferenças em relação aos modelos educacionais mais convencionais; textos que podem ser categorizados quanto à forma em duas modalidades: os debates e as notícias.

Os debates, presentes de maneira bem acentuada, ilustram não apenas a polarização entre os métodos de ensino, mas também indicam que havia algum tipo de tensão entre grupos que defendiam as ideias tradicionais em detrimento dos que adotaram métodos mais progressistas. Tais asseverações sobre o uso dos métodos escolares também levavam o assunto a demonstrar um confronto envolvendo saberes e práticas entre a *escola moderna e a escola clássica*. Dessa forma, é possível visualizarmos uma luta não de indivíduos apenas, mas sobretudo de representações, que para Chartier (1999, p. 183) é “[...] a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações

---

<sup>85</sup> Pacotilha, ano XXXIII, n. 139, 14 jun. 1913, grifo nosso.

impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência.”.

Os jornais da época serviram como instrumento profícuo da divulgação desses novos ideais pedagógicos no Maranhão. O debate em torno dessas novas perspectivas educacionais era frequentemente articulado nos textos por meio da explanação de termos-chave, expressões como *pedagogia moderna*, *escola moderna* e *novos métodos de ensino* eram recorrentemente apresentados, constituindo-se pontos nodais que delineavam a transformação em curso no cenário educacional da região. Tais marcadores linguísticos encapsulavam ideias e abordagens educacionais inovadoras que ganham destaque nos demais estados e chegara a Maranhão com força por meio da divulgação regular desses debates pela imprensa local, a sociedade maranhense era continuamente atualizada e incentivada a ponderar sobre as transformações em curso no campo da instrução.

Para Nagle (2009) a última década da Primeira República pode ser considerada a segunda fase histórica da Escola Nova. Se a primeira se estabelece desde a Proclamação da República em 1889 até 1920, etapa de preparação do terreno em relação às estruturas sociais, políticas e culturais; a segunda se estabelece como período de difusão e de realizações. Neste momento se encontra a difusão sistemática dos ideais da Escola Nova, assuntos relacionados com a *nova pedagogia* ou *pedagogia moderna* se multiplicavam atraindo a atenção da sociedade brasileira, o que resulta no processo de reestruturação das instituições escolares. Dessa forma, no Maranhão os jornais locais como os principais veículos de comunicação de época desempenharam um papel ativo na formação da opinião pública e na promoção do diálogo em torno das transformações educacionais que estavam moldando o panorama pedagógico no estado.

Nas diversas referências aos ideais escolanovistas identificadas nesses artefatos culturais, é possível identificar um determinado padrão que estabeleceu uma representação clara do que constituiria uma educação alinhada com esses princípios. Esse padrão se revelava por meio de frases introdutórias que antecederiam os discursos, servindo como espécie de preâmbulo elucidativo ou mesmo como portal para os discursos subsequentes. Nesse sentido, citamos algumas dessas frases que serviram para esse propósito: “[...] de pleno acordo com a pedagogia moderna”<sup>86</sup>; “[...] requisitos da pedagogia moderna”.<sup>87</sup>; “[...] ensino obedece a todas as regras

---

<sup>86</sup> Pacotilha, Ano XL, n. 18, 22 jan. 1920.

<sup>87</sup> Pacotilha, ano XLI, n. 54, 7 mar. 1921.

da pedagogia moderna”.<sup>88</sup>; “[...] prescrições aconselhadas pela pedagogia moderna”.<sup>89</sup>; “[...] dentro dos preceitos da pedagogia moderna.”<sup>90</sup>; “[...] nortear a educação por novos moldes.”<sup>91</sup>; “[...] nos moldes da pedagogia moderna.”<sup>92</sup>; “[...] novos métodos da pedagogia moderna.”<sup>93</sup>; sentenças que permearam a imprensa local referente aos assuntos educacionais no período.

Estes princípios, requisitos, preceitos, prescrições, regras e moldes representam os ideais da escola nova que estava sendo disseminado no Brasil durante a época, apresentados com mais detalhes no item 1, essa ênfase sugere que no Maranhão tais elementos encontraram ambiente propício para sua difusão. O uso dessas expressões é apresentado de modo intencional para afirmar certa ideia, já que “[...] a linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. [...] produz[indo] credibilidade.”. (Certeau, 1982, p. 100).

Nesses termos, podemos afirmar que uma das diretrizes da educação nova que circulavam no Maranhão via imprensa durante esta década, era o de aplicar de forma dinâmica e prática o conteúdo, utilizando-se objetos escolares para a efetivação das práticas pedagógicas. Na edição de 4 de agosto de 1927, *O Imparcial* (1926-1946), apresentara relato sobre a formação do Instituto Curupuruense, fundado por Achiles Lisboa, que segundo o artigo, seria “o primeiro estabelecimento de educação do Brasil que iria ser norteados pelos métodos activos”, no qual eram empregados diversos materiais escolares como recursos para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Conforme ilustrado na seguinte imagem, nota-se a utilização de representações gráficas do corpo humano e, possivelmente, de animais, evidenciando-se a diversidade de ferramentas educativas adotadas. Além do uso destes artefatos, outro aspecto notado é a ênfase em uma pedagogia mais voltada a uma cientificidade do que uma abordagem mecânica da escola tradicional, dessa forma buscava-se fomentar uma nova cultura e novas práticas pedagógicas.

---

<sup>88</sup> Pacotilha, ano XLI, n. 87, 16, abr. 1921.

<sup>89</sup> Pacotilha, ano XLL, n. 9, 11, jan. 1923.

<sup>90</sup> O Imparcial, ano I, n. 124, 24, set. 1926.

<sup>91</sup> O Imparcial, ano II, n. 224, 4, ago. 1927.

<sup>92</sup> O Imparcial, ano III, n. 782, 22, jun. 1928.

<sup>93</sup> O Combate, ano IX, n. 1072, 29, set. 1928.

Figura 9 – Uso de objetos escolares



Fonte: *O Imparcial*, ano II, n. 224, 4 ago. 1927.

Outro aspecto em destaque foi a incorporação de excursões escolares como parte integrante da aplicação do método intuitivo. Em um exemplar de dezembro de 1921 no *Pacotilha* (1910-1928) fora publicado um artigo apresentando a inexistência dessa prática no fazer pedagógico maranhense, quando o autor indaga que:

Aqui [no Maranhão], qual é o professor que sai uma tarde com os seus alunos pelo campo ou pelo mar, para lhes dar uma lição no laboratório amplíssimo, incomparável, insubstituível, sadio da Natureza, onde se colhem tão luminosos ensinamentos de primeira mão, tão diferentes da sebenta sabedoria dos compêndios? Uma iniciativa em favor das excursões escolares é de urgente necessidade entre nós. Atiremos pela janela um pouco do lastro dos compêndios e ponhamos a criança em contacto imediato com a Natureza, ensinando a perscruti-la no seu extase criador e no seu estuar potente.<sup>94</sup>

Além da utilização de materiais escolares e da realização de excursões, outra ênfase recaí precisamente sobre a questão da higiene escolar, destacando-se, em particular, a importância da organização adequada das instalações nos ambientes educacionais para que se propiciasse o uso dos próprios objetos escolares. Apesar de diversos esforços feitos, no Maranhão ainda havia uma “[...] grande deficiência na parte a que se refere a prédios e materiais escolares, [...] o governo [deveria] construir na capital e no interior prédios adequados, de maneira a evitar o funcionamento de escolas em casas alugadas, sem conforto e sem hygiene.”.<sup>95</sup>

<sup>94</sup> *Pacotilha*, ano XLI, n. 165, 16 jul. 1921.

<sup>95</sup> *Pacotilha*, ano XLVII, n. 32, 8 fev.1928.

Outro argumento constantemente sustentado foi a promoção da integração da escola com os diversos espaços sociais, conforme proposto pela educação nova. Em uma série de artigos, intitulado-se *A pedagogia e os métodos de ensino n' O Imparcial* (1926-1946), foram apresentados diversos debates, sempre contrastando os novos métodos com a *velha pedagogia*, termo encontrado em outros artigos também. Nesse contexto, citando John Dewey como um dos teóricos mais proeminentes desse movimento, enfatiza-se que “[...] nos ensina [...] que devemos vincular, tanto quanto nos seja possível e nos permitam os esforços de que podemos dispor, a escola à sociedade e o aluno à vida comum, porque não há erro mais grave que o do seu isolamento durante a vida escolar.”<sup>96</sup>

Esses são apenas alguns exemplos que certamente ilustram que os principais ideais da escola nova circularam livremente no Maranhão no período via imprensa; articulação que gerou um imaginário popular e um ambiente social propício para a implementação desses princípios e para a realização tão almejada da renovação educacional. O livre trânsito dessas ideias contribuiu para moldar uma mentalidade coletiva favorável à adoção de novos métodos e abordagens educacionais, estabelecendo assim as bases para a concretização das aspirações de transformação no cenário educacional local.

Estes aspectos também são encontrados em evidência nas diretrizes relacionadas à formação dos professores no curso normal do Colégio Adventista Brasileiro; ou seja, assuntos em voga no cenário maranhense eram debatidos na Escola Normal de São Paulo onde os professores da escola adventista eram formados. Em 1926, na Revista Mensal (1908-1931), em artigo intitulado *O preparo de professores paroquiais no collegio*, referências ao curso normal do Colégio Adventista foram publicadas, espaço onde professores deveriam sair formados para fundarem novas escolas primárias em todo o país.

O departamento normal do Collegio Adventista proporciona o preparo necessário para professores das escolas parochiaes. [...] Assim o professor vae á sua escola conhecendo bem o trabalho. Nos dois cursos de pedagogia são estudados **os preceitos e as regras** que devem ser seguidos na educação das creanças. Estudam-se os modos de attrahir e conservar a atenção, a arte de dirigir perguntas e o desenvolvimento das lições. Os tópicos do curso são: **a natureza physica da creança; a sede, a mobília, e a luz da escola;** e os assumptos a serem tratados nas aberturas. [...] Além dos estudos de Bíblia e dos novos **metodos de ensino**, consideram-se livremente os problemas dos professores.<sup>97</sup>

É perceptível que as ênfases delineadas no curso normal oferecido pelo Colégio Adventista aos professores encarregados de estabelecer novas escolas refletem padrões

---

<sup>96</sup> O Imparcial, ano IV, n. 922, 11 jan. 1929.

<sup>97</sup> Revista Mensal, v. 21, n. 12, p. 6, dez., 1926, grifo nosso.

semelhantes aos observados no contexto educacional do Maranhão durante o período de renovação da instrução pública. Por exemplo, destaca-se a importância atribuída à mobília escolar, compreendida como os objetos utilizados para facilitar as práticas pedagógicas. Além disso, há uma ênfase significativa nas questões relacionadas à natureza física da criança, interpretadas sob uma perspectiva higienista, juntamente com a preocupação com a preparação do ambiente escolar para garantir sua adequação às necessidades infantis.

Particularmente relevante é a promoção de novos métodos de ensino, princípios e normas, indicando uma mudança de paradigma educacional em que abordagens inovadoras substituem as antigas práticas associadas à escola tradicional. Essa transição reflete uma adaptação às novas demandas educacionais e evidencia um esforço em alinhar as instituições escolares com os ideais contemporâneos de educação. Estas ênfases no estado do Maranhão eram difundidas via imprensa como já foi apresentado, mas havia outra forma de propagar tais princípios pedagógicos.

Agora, direcionamos nossa atenção para outra modalidade de apresentação na forma de notícias. Estas, frequentemente, estavam vinculadas à implementação desses princípios em espaços escolares específicos, além de se destacarem na promoção de congressos educativos, que serviam como plataformas significativas para a troca de conhecimentos, discussão de práticas pedagógicas e a construção de uma comunidade educacional comprometida com os princípios da Escola Nova. Estes eram organizados tanto pela iniciativa da instrução pública quanto eventualmente por iniciativas particulares, visando sempre expor e disseminar esse conjunto de ideias para um público de professores que representavam o quadro de educadores no Maranhão. Tais notícias documentavam tanto as práticas pedagógicas em ação nas instituições de ensino, quanto os esforços sistemáticos para ampliar a compreensão e aceitação das ênfases e método propostos, além de envolver e capacitar os profissionais de ensino na adoção dessas inovações educacionais.

Inicialmente encontramos relatos da efetivação dos novos métodos de ensino aplicados em novas escolas na capital do estado. Na edição de 9 de abril de 1921 d' *O Jornal* (1916-1923), fora noticiada a abertura de uma nova escola na capital do estado, que estava alinhada com as expectativas de renovação da educação. Registrou-se “[...] a inauguração de mais uma escola municipal, no bairro da Madre de Deus, O novo estabelecimento de instrução primária dotado de todos os requesitos da pedagogia moderna, está muito bem localizado e possui já grande número de crianças”.<sup>98</sup> Neste relato, torna-se evidente a influência dos princípios da Educação

---

<sup>98</sup> O Jornal, ano VII, n. 1953, 11 abr. 1921.

Nova, percebida aqui na expressão *pedagogia moderna*, tanto na formulação de políticas públicas, quanto na maneira como a comunidade perceberia dita iniciativa. Por outro lado, é perceptível, nesse estágio inicial, a incorporação desses ideais como catalisadores de mudanças no cenário educacional e nas estratégias governamentais. A expressão pedagogia moderna ganhou destaque nas páginas da imprensa local, identificando-se as iniciativas moldadas por esse conjunto de ideias reformadoras na instrução. Naturalmente, a imprensa conferiu a essas ações uma aura de grandes expectativas, antevendo as ações que se desenvolveriam nos anos subsequentes.

Outra notícia bastante relevante é a de diversas séries de conferências educativas realizadas na capital maranhense. O *Congresso Pedagógico* era realizado no estado desde 1920, onde professores dos mais variados níveis participavam, debates que giravam em torno de reflexões sobre a condição da educação maranhense e de suas especificidades, como as condições de financiamento e as diversas propostas sobre melhorias relacionadas às práticas escolares (Costa; Castro, 2022). Nessa perspectiva, eventos semelhantes foram realizados, numa aproximação aos ideais da *pedagogia moderna*. Um deles, organizado pelo diretor da instrução pública, Clarindo Santiago, com o objetivo de divulgar as ideias e princípios da escola nova, em 1928, é registrado n’*O combate* (1925-1965):

A exemplo do que se está fazendo nos outros Estados da União, o dr. Clarindo Santiago, director da Instrucção Publica, no louvavel intuito de propagar os novos methodos de pedagogia moderna, **instítulou uma série de conferencias pedagogicas**, que estão sendo feitas em nossa capital por elementos de valor no nosso magistério. [...] **Foi escolhida para dissertar sobre o thema a educadora maranhense, d. Rosa Castro, proficiente directora da Escola Normal Primaria**, um dos mais modernos e efficientes estabelecimentos de ensino primario e secundario na nossa capital. [...] O Maranhão bem sabe avaliar o que de grande e de valor pronunciou anteontem a illustre conferencista, demonstrando altamente a **inefficacia de certos methodos de ensino, que aberram inteiramente das boas normas da pedagogia moderna**. Outros methodos mais amplos e completos foram suscitados pela oradora, sendo esta muitissimo apta e aplaudida pela culta assistencia que la se encontrava.<sup>99</sup>

No texto acima é possível listarmos alguns pontos que são relevantes para a nossa exposição. Em primeiro lugar encontramos nesta narrativa uma clara indicação de que o Maranhão experimentava a mesma expectativa e movimento experimentado pela maioria dos estados brasileiros em relação à difusão dos princípios da escola nova. Esse período, inclusive pode ser denominado como uma “época das reformas”, já que diversos estados sofreram diversas mudanças como resultado do alcance de ditos princípios.

---

<sup>99</sup> O Combate, ano 4, n. 1072, 29 set. 1928, grifo nosso.

A primeira destas reformas aconteceu em São Paulo em 1920 e foi liderada por Antonio de Sampaio Dória; nos anos de 1922 e 1923 Lourenço Filho organizou movimento semelhante no Ceará; entre os anos de 1926 a 1928 houve um movimento semelhante no Rio Grande do Norte encabeçada por José Augusto; já no Distrito Federal tal movimento ocorreu mediante os esforços de Fernando de Azevedo no período entre 1928 e 1929; em Minas Gerais foi coordenada por Francisco Campos em 1927 e no estado da Bahia em 1928 organizada por Anísio Teixeira (Lima, 2003).

O exemplo do que aconteceu no estado de São Paulo nos ajuda a entender o fenômeno da emergência da escola adventista em conexão com a escola nova. A partir de 1920 se iniciou o que seria conhecido como a reforma paulista, a qual apresentava mudanças que visavam, entre outras coisas, expansão e qualidade no modelo educacional do estado. A principal proposta foi em relação ao tempo escolar, sugerindo-se a redução do ensino primário nas escolas para dois anos, além de diminuir-se a carga horária das aulas, que passariam de quatro ou cinco horas diárias para duas horas e meia (Cavaliere, 2003).

No mesmo período, o Colégio Adventista Brasileiro, que havia sido fundado nesse estado em 1915, estava operando plenamente e experimentou seus anos de maior prosperidade na década de 1920. Parte desse êxito se deu pelo compromisso da Educação Adventista em promover diálogo com o contexto educacional brasileiro (Carvalho, 2017). Prova disso é encontrada em um artigo da revista da *The Advent Review and Sabbath Herald* (1850-1975) onde Frederick W. Spies, então administrador da União Este Brasileira<sup>100</sup>, apresenta breve relatório das atividades educacionais empreendidas pelos adventistas na região,

[...] em tamanho, o Brasil é maior que os Estados Unidos da América, sem incluir as suas possessões insulares. A língua do país é o português; a população, cerca de 30 milhões. Embora uma grande percentagem (cerca de 80%) dos seus habitantes é analfabeta, **existe em diferentes partes do a república um grande movimento para fomentar a Educação**<sup>101.102</sup>

Esse movimento para fomentar a educação, claramente se referia ao movimento da Escola Nova, especificamente à reforma paulista, já que a sede da União Este Brasileira estava localizada no estado de São Paulo. Portanto, para os indivíduos que pensavam a Escola

<sup>100</sup> As uniões são sedes administrativas da Igreja Adventista do Sétimo Dia responsável por coordenar o trabalho das congregações e instituições em uma determinada geografia. A União Este Brasileira nesse período era responsável pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Geraes, Mato Grosso e Goiás.

<sup>101</sup> In size, Brazil is larger than the United States of America, not including its island possessions. The language of the country is the Portuguese; the population, about 30.000.000. Although a large per cent (about 80) of its inhabitants are illiterate, there is in different parts of the republic quite a movement to foster education (tradução nossa).

<sup>102</sup> The Advent Review And Sabbath Herald, v. 99, n. 28, p. 12, grifo nosso.

Adventista em São Paulo, esse contexto proporcionado pela Escola Nova tornava o cenário propício para as atividades educacionais dos adventistas. No Maranhão, sem embargo, mesmo que os princípios da Escola Nova estivessem em plena divulgação, que oportunizaria aos adventistas inúmeras possibilidades de criação de escolas, de crescimento do número de aluno e de difundir a própria denominação, não foi possível até 1943, ano em que se concretiza a primeira escola adventista maranhense. Entretanto, a fundação desta escola não ocorre de forma isolada dos eventos que a precederam, tais acontecimentos foram aqui analisados a partir das diferentes formas de pensar-se dita educação que estabeleceram as bases para o seu estabelecimento. Portanto, reconhecemos as origens da Educação Adventista no estado a partir desses fundamentos, já que “[...] a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada dada a ler” (Chartier, 2002, p. 16-17).

Na descrição histórica desses movimentos ocorridos nos estados citados, há sempre a indicação de um precursor, na citação do jornal referido encontramos dois nomes em especial: Clarindo Santiago, diretor da instrução pública e Rosa Castro, diretora da escola normal primária de São Luís. Essas duas pessoas representam duas classes envolvidas nesse empreendimento, gestores e educadores. Essa relação colaborativa ressalta a natureza abrangente e interdisciplinar desses esforços, indicando que tanto a liderança política quanto o engajamento educacional desempenharam papéis cruciais na condução e implementação dessas iniciativas educacionais.

A dinâmica de estabelecimento das escolas adventistas sempre seguiu essa direção, em que os pastores, responsáveis pela gestão da denominação, colaboraram com educadores para abrir escolas paroquiais. Um exemplo disso é a fundação da primeira escola na Bahia. Em 1925, o Pastor Gustavo Storch, encarregado da recém-fundada missão na Bahia, em parceria com a professora Philonilla dos Santos, deu início às atividades da primeira escola adventista no estado. No Maranhão, durante a década de 1920, devido ao reduzido número de membros na nova igreja do estado, não havia pastores residentes; estes vinham ocasionalmente para realizar batismos e outras atividades pastorais. Durante esse período, os colportores e membros voluntários lideravam a pequena congregação em São Luís, até que em 1942 chegou o primeiro pastor estabelecido na cidade, chamado Walter Stheithorst, precisamente um ano antes do estabelecimento de uma escola paroquial fruto da colaboração do pastor Stheithorst com uma professora normalista de nome Eliziária de Castro (Saraiva, 2000).

Outro ponto digno de exploração nesta citação é a alusão aos métodos de ensino da escola nova, colocados diretamente em oposição aos métodos da escola tradicional, rotulados

como ineficazes. Na imprensa local, é frequentemente destacada a busca incessante por perspectivas inovadoras em métodos de ensino que se adequassem às novas especificidades da escola e da sociedade. Nesses relatos, deparamo-nos frequentemente com expressões como "[...] velhas doutrinas pedagógicas".<sup>103</sup> A recorrência dessas expressões auxilia na compreensão de que o ambiente educacional no estado era caracterizado por diversas tensões relacionadas a esse tema.

Se no Maranhão os mestres da instrução pública estavam constantemente se apropriando dos novos métodos de ensino, os próprios professores da escola adventista que eram preparados para abrir escolas no país também. A década de 1920 representou um período decisivo para ambos os grupos de educadores, marcado pela disseminação e discussão dos princípios educacionais emergentes. No entanto, uma distinção significativa entre eles residia nas condições necessárias para implementar tais princípios. Enquanto os educadores da instrução pública no Maranhão encontravam um ambiente mais propício para a aplicação desses novos conhecimentos e práticas, os professores da escola adventista enfrentavam desafios adicionais devido à falta de preparação do cenário educacional maranhense para a efetivação desses saberes e práticas.

O que se pode concluir através da análise direcionada desses elementos é que, torna-se claro que no Maranhão, o paradigma educacional proposto pela Escola Nova estava em ampla disseminação, e de que três grupos desempenharam papéis significativos nesse processo de circulação. Em primeiro lugar, educadores como agentes fundamentais, organizando congressos pedagógicos para debater e disseminar os novos métodos de ensino; eventos que serviram como fóruns cruciais para a troca de ideias e a consolidação de princípios inovadores na prática educativa. Em segundo lugar, gestores ligados ao poder público, desempenharam papel central na implementação dessas novas perspectivas. Suas ações estratégicas moldaram muitas iniciativas no âmbito da instrução pública, evidenciando um comprometimento com a integração dos princípios da Escola Nova nas políticas educacionais do estado. Em terceiro lugar, o papel preponderante da imprensa como outro pilar que veiculara amplamente exposições e notícias relacionadas ao crescente movimento educacional, popularizando ditas ideias, que contribuíram para a formação de uma consciência coletiva em torno dos princípios da Escola Nova.

Em sínteses, educadores, gestores públicos e imprensa interagiram de maneira a fortalecer a propagação e aceitação desses ideais inovadores na educação maranhense. Essa

---

<sup>103</sup> Pacotilha, ano XLI, n. 56, 9 mar. 1922.

interconexão dinâmica não apenas revela a adoção do movimento da Escola Nova, mas também sinaliza uma transformação efetiva no panorama educacional do estado, moldando o caminho para futuras reformas e avanços educacionais na década seguinte. Tais grupos de sujeitos formavam uma estrutura colaborativa, sem a qual não seria possível o avanço da educação nova no Maranhão. Por outro lado, a escola adventista não desfrutou dos mesmos benefícios de contar com uma infraestrutura que a impulsionasse. Pode-se inferir que, apesar da existência de sinais de um projeto para o início da educação adventista no estado, seus precursores na época ainda não possuíam uma base suficientemente sólida para concretizar plenamente os planos educacionais da ordem. A presente análise indica que o ambiente educacional do estado estava favorável para a chegada da Escola Adventista, já que ambos se relacionavam de maneira íntima com os princípios renovadores que permeavam o debate educacional brasileiro.

Em outras palavras, se dependesse exclusivamente dos princípios pedagógicos da Escola Nova, o cenário para a fundação da escola adventista no estado do Maranhão estaria propício. No entanto, embora esse ambiente fosse crucial, a iniciativa demandava uma estrutura preexistente conforme as especificações da própria denominação, como detalhado em subseções anteriores. O ambiente propício fornecido pelos ideais escolanovistas constituía apenas uma parte do desafio enfrentado pela escola adventista. A instituição no Maranhão necessitava de mais do que uma atmosfera favorável; precisava de uma estrutura organizacional sólida, alinhada com os requisitos propostos pela instituição para manter um padrão de crescimento orgânico e sustentável. Essas exigências específicas tornaram o processo de estabelecimento da escola adventista neste estado mais desafiador e dependente de fatores internos à própria instituição.

Ao ressaltar essas considerações, não pretendemos diminuir a importância e os esforços da educação adventista maranhense, mas sim destacar a complexidade e as nuances envolvidas na implementação de projetos educacionais em diferentes contextos históricos. Compreender que os processos históricos podem variar é essencial para uma análise realista e completa da trajetória da educação adventista no estado do Maranhão. Mesmo considerando as tensões sociais, religiosas e legais presentes, a denominação enfrentou consideráveis desafios na sua chegada ao estado; no entanto, isso não a impediu de se estabelecer e buscar seu espaço por meio de táticas de apropriação; espaço definido por Certeau (1998, p. 202) como “[...] um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais”.

Em termos mais simples, aquilo que poderia ser interpretado como demora pode, igualmente, ser visto como um período de preparação do terreno. O início da educação adventista no Maranhão demandou alguns anos adicionais em comparação com outros estados brasileiros, principalmente, pelas singularidades da experiência adventista nas terras maranhenses, envolvendo especificidades e nuances que moldaram práticas diferenciadas em comparação com outros estados. Nessa lógica, o cruzamento das particularidades de contextos regionais com as especificidades institucionais por parte dos adventistas gerou um tempo maior dedicado à compreensão e à integração dessas peculiaridades.

## 4 CONCLUSÃO

O período de 1920-1930 para a Escola Adventista no Brasil e no Maranhão se demonstrou marcante devido a sua marca na expansão por meio do estabelecimento de escolas primárias e da difusão do modo de pensá-la. Diferentes contextos, instrumentos e indivíduos tiveram importantes papéis nesse processo. Este trabalho investigou aqueles que foram os principais fatores dessa empreitada educacional. Dentre os elementos em questão podemos evidenciar a influência do movimento Escola Nova nos contextos educacionais nacional e estadual, as atividades intencionais da imprensa denominacional e os esforços de indivíduos como os colportores em pensar a Escola Adventista no Maranhão a fim de estabelecer suas bases.

Com respeito ao processo de difusão da escola adventista no Brasil durante a década de 1920 o primeiro fator que se apresentou predominante foi a imprensa denominacional. Precisamente através das páginas da Revista Mensal (1909-1931), principal veículo de comunicação adventista do período, este desempenhou um papel central nessa diligência, promovendo em seus editoriais o debate sobre a educação e a instrução cristã e incentivando a abertura de escolas primárias adventistas em todo o país. Através de seções dedicadas e artigos específicos, a revista refletia os esforços dos adventistas para estabelecer uma base educacional sólida. Os impressos desempenharam um papel decisivo, seguindo uma estratégia semelhante a outros grupos protestantes.

Ao longo da pesquisa, percebe-se como esses esforços resultaram em efeitos tangíveis, estes, realizado por inúmeros sujeitos que se relacionavam tanto com a imprensa denominacional quanto com a educação adventista, os editores do periódico em questão, os professores, os membros das igrejas locais e os líderes denominacionais. Tais sujeitos estavam circunscritos em redes de interdependências recíprocas e se movimentavam nas tensões existentes. Ficou evidente que a evolução das estratégias educacionais propostas pelos indivíduos que pensavam a Escola Adventista, desde a promoção da educação cristã nos círculos das igrejas locais até o financiamento para a formação de professores com o objetivo da abertura de escolas primárias no país fora propagado via impressos, que destacara os desafios que se enfrentava de maneira recorrente como a falta de professores qualificados, a necessidade de adequação dos métodos de ensino e a improvisação das instalações físicas das escolas. Apesar das limitações, observa-se um crescimento gradual no número de escolas primárias adventistas ao longo da década de 1920, impulsionado pelo engajamento dos sujeitos citados. Entender o modelo de Escola Adventista que se estabelecia nos estados brasileiros ajudou-nos

a compreender como dita instituição lidaria com desafios e possivelmente iniciaria seu projeto em terras maranhenses.

Em referência ao contexto que vivia a educação brasileira, a Escola Adventista encontrou no movimento Escola Nova um ambiente favorável para desenvolver seu projeto de expansão. A semelhança do que aconteceu nos Estados Unidos, onde a Escola Nova e a Educação Adventista nasceram a partir de uma insatisfação com o ensino tradicional e se desenvolveram de modo concomitantes, as trajetórias desses movimentos no Brasil se entrelaçam no decorrer do tempo, especialmente à medida que os esforços de renovação educacional nos estados criaram um ambiente propício em busca de modernização de suas instituições, visando uma reestruturação do sistema educacional. As iniciativas escolares que compartilhavam ideais semelhantes naturalmente se beneficiaram dessa circunstância para a implementação de seus projetos específicos. Assim, a iniciativa educacional adventista, ao compartilhar ideais similares e adaptá-las à sua filosofia cristã, fortaleceu sua disseminação.

A relação entre a Escola Adventista e a Escola Nova é estabelecida com base na identificação de semelhanças nos saberes e práticas educacionais adotados por ambas. Na presente pesquisa, foram delineados dois quadros analíticos para explorar essa relação. O primeiro quadro destaca as diferenças entre a escola tradicional e a escola nova, enquanto o segundo aborda as particularidades da Escola Adventista dentro desse contexto. Uma análise dos referidos quadros revela que a Escola Nova procurava introduzir um modelo de escolarização radicalmente diferente do predominante, enquanto a Escola Adventista seguia tal fluxo adaptando sua proposta conforme as necessidades e características específicas da educação cristã adventista. As principais ideias destacadas estão relacionadas à centralidade do aluno no processo de ensino e aprendizagem, à importância atribuída à higiene escolar como uma prática voltada para o bem-estar das crianças, ao papel da instrução como meio de promover mudanças sociais e de caráter, à adaptabilidade da formação educacional, às bases pragmáticas e religiosas subjacentes e à interconexão entre elas, à aplicação dinâmica e pragmática dos conteúdos escolares e às práticas pedagógicas experimentais e relacionais que marcavam tais iniciativas.

Com base nas principais pesquisas anteriores realizadas a partir desse objeto, a origem do projeto educacional adventista costuma ser situada em 1943, momento em que a primeira escola primária foi estabelecida na capital. Este estudo, contudo, procurou desafiar essa interpretação estabelecida e propor uma nova perspectiva, sugerindo que a chegada da Escola Adventista pode ser rastreada até o ano de 1920, coincidindo com a presença inicial dos primeiros adventistas no estado. Tal reconsideração das origens da instituição educacional

adventista é examinada através de uma análise das formas de pensar a Educação Adventista, já que os primeiros indivíduos ligados à denominação que chegaram ao estado tinham profunda experiência com o estabelecimento de escolas primárias.

Dois exemplos emergem dessa nova perspectiva, o primeiro dos colportores que chegaram ao estado em 1920 e que aqui estabeleceram o trabalho oficial da denominação através da venda de impressos. Há no adventismo uma correlação intrínseca entre a atividade da colportagem e a iniciativa educacional. A Escola Adventista inicialmente fora organizada para formar líderes para a denominação, destacando-se o preparo para a colportagem evangelística. A prática da colportagem além de difundir as fronteiras denominacionais, também servia como meio de custeio das despesas escolares para alunos do ensino secundário e superior. A documentação evidencia que grande parte dos professores responsáveis pela abertura de diversas escolas durante a década de 1920 no Brasil já haviam sido colportores. Além disso, a cooperação entre colportores e educadores na abertura de escolas primárias, como exemplificado em diferentes regiões do Brasil, reforça a contribuição destes profissionais como pioneiros da Educação Adventista, e no Maranhão não foi diferente, eles chegaram no estado com propósitos claros em relação à Escola Adventista. O Segundo exemplo é a chegada do pastor John Brown em meados da década em questão, este que veio coordenar os trabalhos da denominação nos estados do Pará e Maranhão com objetivos de abrir igrejas e escolas na região. A sua experiência passada nos ajuda a entender o comprometimento desse indivíduo com a Escola Adventista, já que quando anteriormente fora missionário na América Central foi pioneiro da dita educação onde passou.

Estes sujeitos chegaram ao estado pensando a Escola Adventista a partir de três fundamentos recorrentes entre os envolvidos nos trabalhos denominacionais, primeiro que as atividades educacionais era parte indissociável do projeto denominacional, que a Escola Adventista era parte indissociável do projeto denominacional, a expansão institucional, abordagem evangelística, que favorecia a compreensão que os adventistas tinham de uma missão integral. Dessa forma, a Escola Adventista era vista por esses indivíduos como uma ferramenta indispensável para transmitir a fé adventista e promovê-la. Esses três fundamentos sustentavam a visão dos adventistas sobre a importância e o propósito da educação adventista em suas atividades denominacionais.

A chegada dos adventistas a partir de 1920 foi um marco para se estabelecer as formas de pensar a Escola Adventista no estado, no entanto, é evidente que o estabelecimento dessas instituições ocorreu de forma relativamente tardia. Diante desse cenário, este estudo se dedicou à investigação das possíveis razões que contribuíram para esse atraso em comparação com

outros estados brasileiros, bem como para entender as expectativas denominacionais subjacentes a esse processo. No decorrer da pesquisa foi possível identificarmos razões de 4 ordens: religiosa, legal e institucional.

Por razões religiosas se entende que a chegada dos adventistas enfrentou resistência tanto dos católicos quanto de outras denominações protestantes, como evidenciado pela imprensa local, que frequentemente retratava os adventistas de maneira negativa. Seu estabelecimento foi marcado por intensas tensões que se tornaram exacerbadas por diferenças doutrinárias. Embates públicos veiculados imprensa maranhense revelaram estratégias de manipulação presentes nessa relação. Esta ferrenha oposição enfrentada, tanto por parte dos católicos quanto de outras denominações protestantes acabaram por dificultar a implementação da denominação como de seu projeto educacional adventista na região.

Além disso, temos motivos legais, avaliamos decretos que permitiam a subvenção de escolas particulares que adotassem métodos educacionais aprimorados. Essa medida visava promover uma maior consistência na abordagem pedagógica entre as escolas públicas e privadas, estabelecendo padrões comuns para beneficiar os alunos. A concessão dessa subvenção estava sujeita a critérios específicos, como a fiscalização do ensino e o atendimento a outras condições determinadas pelo estado. Registros da década de 1920 indicam que várias escolas privadas foram beneficiadas por esse financiamento, demonstrando que a proposta legal ainda estava em vigor. No entanto, apesar da possibilidade de solicitar esses recursos, os precursores da escola adventista aparentemente optaram por não o fazer, possivelmente devido ao fato de ainda não terem iniciado suas operações na época, já que tal subvenção por escolas que já estavam em atividades.

Entretanto, a principal causa da demora no estabelecimento da educação adventista no Maranhão pode ser atribuída aos contornos administrativos da denominação, em contraste com a realidade local. A disseminação das escolas primárias adventistas em todo o Brasil implicava uma regulamentação institucional que garantisse a fundação dessas escolas conforme diretrizes específicas. Esse processo envolvia o planejamento do espaço escolar, a formação dos professores e o envolvimento da liderança local para garantir a conformidade com os padrões esperados. A Revista Mensal (1909-1931) dedicou uma edição especial à instrução e educação cristã, delineando requisitos para fundar uma escola adventista, incluindo a contagem de crianças adventistas na região e o envolvimento ativo das famílias. No entanto, a pequena comunidade adventista no Maranhão na época dificultava a sustentabilidade financeira e o planejamento adequado do espaço escolar, especialmente dadas as condições socioeconômicas dos membros. Além disso, a necessidade de um professor formado, embora mitigada pela

possibilidade de receber um graduado do curso normal do Colégio Adventista, reflete desafios adicionais na implementação do projeto.

Por fim, essa pesquisa analisou a ressonância que a o movimento Escola Nova teve nas formas de pensar a Escola Adventista no Maranhão. Durante a década de 1920 o estado do Maranhão enfrentava uma crise multifacetada, refletindo o panorama social desanimador, com desigualdades persistentes e uma crise econômica evidente. O debate sobre reformas educacionais ganhou destaque, especialmente com a ascensão da Escola Nova, que buscava métodos pedagógicos inovadores e revitalizadores. Diversos indivíduos que representavam setores sociais estavam envolvidos nesse processo como a imprensa, gestores públicos e educadores profissionais.

No cenário nacional, como amplamente discutido nesse trabalho, a Escola Adventista se valeu do ambiente otimista criado pela Escola Nova para se estabelecer e expandir suas fronteiras. Ao que tudo indica, esse era o cenário educacional maranhense, refletindo saberes e práticas inovadoras como a aplicação prática e dinâmica dos conteúdos escolares, a utilização de uma variedade de objetos escolares para facilitar as práticas pedagógicas, a promoção de excursões escolares e a ênfase na higiene escolar. No entanto, embora o cenário educacional maranhense estivesse alinhado com a proposta adventista, o estabelecimento da escola adventista no estado enfrentou desafios adicionais devido à necessidade de uma estrutura organizacional sólida e específica, alinhada com os requisitos da denominação. Embora tenha havido um período de preparação e adaptação, a persistência e o comprometimento dos adventistas resultaram na integração bem-sucedida de suas práticas educacionais no cenário educacional maranhense e na implementação de suas instituições anos mais tarde, evidenciando a complexidade e as nuances envolvidas na implementação de projetos educacionais em diferentes contextos históricos.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando. **A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932.
- BACKHEUSER, E. A. **Manual de Pedagogia Moderna: teoria e prática**. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria e Formação do Historiador**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- BIBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira. 2. ed. Barueri,SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.
- BORGES, Michelson, **A Chegada do Adventismo ao Brasil**, Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2000.
- CARNASSALE, Helio. **O papel das publicações e dos colportores na inserção do adventismo no Brasil**. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em ciência da religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.
- CARVALHO, Francisco Luiz Gomes de. A Obra das Publicações Adventistas no Brasil: instrumentalização na Formação de Obreiros. *In*: CARVALHO, Francisco Luiz Gomes de; BELLOTI, Karina Kosicki (org.). **O Adventismo no Brasil** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2023. p. 185-220. 1 CD.
- CASTELLANOS, Samuel Luis Velazques. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020.
- CASTELLANOS, Samuel Luis Velazques. **A Representatividade do livro escolar no Maranhão Império: Produção, circulação e uso**. 2012. 453 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2012.
- CASTRO, Cesar Augusto (org.). **Decretos da Instrução do Maranhão República (1890-1935)** [recurso eletrônico]. São Luís: EDUFMA, 2023. 1 CD.
- CASTRO, Cesar Augusto. A legislação como fonte para a História da Instrução Primária Maranhense. **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 1, p. 30-44, jan./abr. 2017.
- CATELLI, Rosana Elisa. Coleção de imagens: o cinema documentário na perspectiva da escola nova, entre os anos de 1920 e 1930. **Educ. Soc.**, v. 31, n. 111, p. 605-624, abr. /jun. 2010.
- CAVALIERI, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan./jun. 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense; Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: artes do fazer. 3. ed. Petropolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

COLLINGWOOD, R. G. **The Idea of History**. Connecticut: Martino Publishing, 1946.

CONFEDERAÇÃO DAS UNIÕES BRASILEIRAS DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA, **Pedagogia Adventista**. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2010.

COSTA, M. C.; CASTRO, C. A. Em cena com a Mestre Rosa Castro: o percurso de uma professora no cenário educacional maranhense. **Revista Teias**. v. 23, n. 70. p. 152-160, 2022.

CRUZ, Nilceia Ribeiro da. **O ensino e a aprendizagem de língua em escolas de imigração e as políticas de nacionalização do ensino**: o caso da Escola Particular Adventista de Gaspar Alto. 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Tradução: Anísio Teixeira. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

DEWEY, John. **Moral Principles in Education**. Cambridge: The Riverside Press, 1909.

DOURADO, Bruna Iglesias Motta. O comércio marítimo brasileiro no século XIX: um estudo sobre a navegação de longo curso e de cabotagem na província de Pernambuco (c.1850 - c.1870). **História e Economia**. v. 22, p. 102-124, 2019.

DUARTE, Elias Martins; CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez. A Educação Adventista nas regiões norte e nordeste: descaso ou indiferença? *In*: SEGADILHA, Delcineide Marua Ferreira; MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria leitão (org.). **História da educação**: múltiplos olhares [recurso digital]. São Luís: EDUFMA, 2023.

EAVEY, C. B. **History of Christian Education**. Chicago: Moody Press, 1964.

ELIAS, N. **A Sociedade de Corte**. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. 240 p.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 52-71.

FARIA FILHO, L. M. Instrução Elementar no Século XIX. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 135-150.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. Tempo. **Revista do Departamento de História da UFF**, v. 23, p. 25, 2017.

FERREIRA, Patrick Vieira; SOUZA, Roger Marchesini de Quadros. Educação adventista: origem, desenvolvimento e expansão. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, 2019.

FOLLIS, Rodrigo, **Memória, mídia e transmissão religiosa**: estudo da Revista Adventista (1906-2010). 2017. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

FRACCARO, Laura Candian; AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. **História do Brasil República I**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Luna. **A Escola Nova e a Modernização Do Ensino Primário na Paraíba**: A formação dos professores e os grupos escolares (1930-1946). 2016. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa, 2016.

GENERAL CONFERENCE OF SEVENTH-DAY ADVENTISTS. **Annual Statistics report of Seventh-day Adventist Conferences, Missions, and Institutions**. Battle Creek: MI, 1920.

GREENLEAF, F. **Terra de esperança**: o crescimento da Igreja Adventista na América do Sul. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

HEBRAD, Jean. **As Bibliotecas Escolares: Entre Leitura Pública e Leitura Escolar na França do II Império e da III República**

IASD. **Yearsbook 2013**: office of archives and statistics General Conference of Seventh-day Adventist. Hagerstown, MD: Review and Herald, 2013.

INOUE, Leila Maria. Modelo cultural de formação docente: a Revista de Educação (1921-1923). **Revista de Educação**. n. 28, jan./jun. 2010.

JAMES, Willian. **Pragmatismo**. Tradução: Jorge Caetano da Silva. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

KNIGHT, George R. **Mitos na educação adventista**: um estudo interpretativo da educação nos escritos de Ellen G. White. Tradução de Ana Maria M. Schaffer, Fernanda C. de Andrade Souza. Engenheiro Coelho: UNASPRESS, 2010.

KNIGHT, George R. **Filosofia & educação**: uma introdução da perspectiva cristã. Amilcar. Gröschel Jr. 5. ed. Revisada e com guia de estudo Engenheiro Coelho, SP: UNASPRESS, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, 1992. p. 134-146.

LANNES, Milene Morais. **Promoção de hábitos alimentares saudáveis entre alunos do Ensino Fundamental I da Rede Adventista do Vale do Paraíba**: lições aprendidas em quatro anos de intervenção. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Promoção da Saúde) - Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo, 2016.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA, Naiacy de Souza. **O movimento da Escola Nova no Maranhão**: a atuação de Luís de Moraes Rego (1932-1942). 2003. 77 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergtröm. **Introdução ao estudo da Escola Nova**: bases, sistemas e diretrizes da Pedagogia Contemporânea. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1978.

LUDA, Vine. Historical Insights of Ellen White and John Dewey into Three Dualistic Concerns Implications for Current Practice. **Journal of Research on Christian Education**, v. 29, n. 2. p. 188-202. 2020.

MARANHÃO. Herculado Nina Paiva (governador). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão na 1ª seção da 9ª legislatura**. São Luís: Imprensa oficial, 1909.

MARQUES, Igor Emanuel de Souza. **A diversidade religiosa no espaço escolar Adventista do Abcd Paulista**. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em ciência da religião) - Universidade Metodista De São Paulo, São Bernardo Do Campo, 2015.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. **Os discursos sobre a educação no Piauí**: reflexos dos ideais da Escola Nova – 1920 a 1947. 2009. 163f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2009.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir**: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MENSLIN, Douglas. **Educação Adventista 120 anos**: de escolas primárias a uma rede de ensino, permanências e rupturas de um ideário educacional. Curitiba: DVK Editora, 2015.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, Escola Nova**: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão. Dimensões da modernidade brasileira**: a Escola Nova. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

MONTESORI, Maria. **A criança**. São Paulo: Círculo do livro, 1989.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 2009.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Educar, Curar, Salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical**. 2005. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUV). São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Considerações iniciais acerca da palavra impressa e as práticas religiosas e educacionais protestantes no século XIX. **Revista do Mestrado em Educação**. v. 4. São Cristóvão: UFS/NPGED, p. 67-85. 2002.

NASCIMENTO, Josean Santos; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. A circulação e a difusão de impressos protestantes no Brasil durante a década de 70 do século XIX. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E FORUM PERMANENTE DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL. 14, 2021, Aracaju.

OLIVEIRA, M. A.; MESQUISTA, I. M.; NASCIMENTO, E. F. V. C. A trilogia Arithmetica, de Antônio Bandeira Trajano: um projeto inovador e modernizador para ensinar aritmética. **Revista brasileira de história da educação**, Maringá-PR, v. 15, n. 1 (37), p. 201-234, jan./abr. 2015.

PESAVENTO, S. Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PLENC, Daniel Oscar; SENA, Lucas Vitor Alves Rodrigues. **Associação Maranhense**. [2021] Disponível em: <https://encyclopedia.adventist.org/article?id=8GDZ&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

RAMOS, Maély Ferreira Holanda Ramos. **O Ensino confessional adventista em São Luís/MA: na Reminiscência da sua trajetória histórica as pistas da sua expansão**. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político da primeira república e o liberalismo oligárquico. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à revolução de 1930**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Maranhão: do europeísmo ao nacionalismo**. Política e educação. São Luís: SIOGE, 1993.

ROSSI, Ednéia Regina. A educação escolar primária na Primeira República (1889-1929). **Série-Estudos**. v. 22, n. 45, p. 159-171, maio/ago. 2017.

SARAIVA Emmanuel. **A História do Adventismo no Maranhão**. São Luís: Maia, 2000.

SCHUNEMANN, H. E. S. O Desenvolvimento das Escolas Paroquiais Adventistas no Brasil. **Comunicações**, v. 12, n. semestral, p. 89–103, 2005.

SCHWARZ, R. W; GREENLEAF, F. **Portadores de luz: história da Igreja Adventista do Sétimo Dia**. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2009.

SILVA, Paula Nudimila de Oliveira. **Os Impressos protestantes como fonte para a história da educação: inferências educativas no Sul de Mato Grosso: final do século XIX - início do**

século XX. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2011.

SILVA, Vilmara da. **O ensino primário piauiense nos anos de 1930 A 1940**: o currículo como fonte de renovação da instrução pública. 2016. 54 f. Dissertação (Mestrado Em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

SOUZA, Roberto José Pereira Lago de; SANTOS, José Francisco dos. Anísio Teixeira: difusor do pensamento deweyano no Brasil. **Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC**, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A Contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 21-56.

VIDAL, Diana Goncalves. 80 anos do manifesto dos pioneiros da educação nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**. v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013.

VYLHENA, Cyntia Pereira de Souza. *Família, Mulher e Prole: a doutrina social da igreja e a política social do estado novo*. São Paulo: FEUSP, 1988.

WALKER, Wiliston. **História da igreja crista**. Tradução: Paulo D. Siepierskil. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2006.

WHITE, Ellen G. **Conselhos Aos Pais, Professores E Estudantes**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2007.

WHITE, Ellen G. **Conselho sobre regime alimentar**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2014.

WHITE, Ellen G. **Special testimonies on education**. Battle Creek: Review and Herald Publishing Association, 1897.

WHITE, Ellen G. **The Testimonies for the Church Nos. 20-22**. Battle Creek: Review and Herald Publishing Association, 1873.

ZANNATA, Beatriz Aparecida. O Legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as práticas pedagógicas escolares. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 1, p. 105-112, jan./abr. 2012.

**PERIÓDICOS**

EDUCAÇÃO. São Paulo, v. 1, n. XI, abr. 1930.

EDUCAÇÃO. São Paulo, v. 1, n. XI, p. 61, abr. 1930.

EDUCAÇÃO. São Paulo, v. 1, n. XI, p. 62, abr. 1930.

EDUCAÇÃO. São Paulo, v. 1, v. XI, p. 61, abr. 1930.

EDUCAÇÃO. São Paulo, v. 1, n. XI, p. 63, abr. 1930.

REVISTA EDUCAÇÃO. São Paulo, SP, v. 1, n. 1, out./dez. 1930.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Salvador, BA, v. ano 2, n. 3, nov. 1930.

REVISTA EDUCAÇÃO. São Paulo, SP, v. 1, n. 1, out./dez. 1930.

REVISTA TRIMENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 1, n. 1, jan./mar. 1906.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 3, n. 4, abr. 1908.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 14, n. 4, abr. 1919.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 14, n. 9, set. 1919.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 15, n. 8, ago. 1920.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 15, n. 9, set. 1920.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 15, n. 12, dez. 1920.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 16, n. 1, jan. 1921.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 16, n. 4, abr. 1921.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 16, n. 10, out. 1921.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 17, n. 7, jul. 1922.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 17, n. 1, jan. 1922.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 17, n. 4, abr. 1922.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 17, n. 10, out. 1922.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, n. 18, v. 8, ago. 1923.

REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 18, n. 8, ago. 1923.

- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v, 19, n. 1, jan. 1924.
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 20, n. 6, jun. 1925.
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 24, n. 6, jun. 1926.
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 22, n. 2, fev., 1927.
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 22, n. 8, ago. 1927
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 23, n. 5, maio. 1928.
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 23, n. 8, ago. 1928.
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 24, n. 5, maio. 1929.
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 24, n. 5, ago., 1929.
- REVISTA MENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 25, n. 12, dez. 1930.
- REVISTA MENSAL. Santo André, SP, v. ano 38, out. 1943.
- REVISTA TRIMENSAL. Estação de São Bernardo, SP, v. 1, n. 1, jan./mar. 1906.
- THE ADVENT REVIEW AND SABATH HERALD. Battle Creek, MI, v. 95, n. 20, Maio 1918.
- THE YOUTH'S INSTRUCTOR. Battle Creek, MI, v. 67, n. 20, maio 1919.
- THE ADVENT REVIEW AND SABATH HERALD. Battle Creek, MI, v. 97, n. 33, ago. 1920.

## **JORNAIS**

- O COMBATE, São Luís, ano IX, n. 1072, set., 1828.
- O DIÁRIO DE SÃO LUIZ, ano III, n. 45, fev., 1922.
- O JORNAL, ano VII, n. 1953. abr., 1921.
- O IMPARCIAL, ano I, n. 100. ago., 1926.
- O IMPARCIAL, ano I, n. 124, set., 1926.
- O IMPARCIAL, ano II, n. 224, jan., 1927.
- O IMPARCIAL, ano II, n. 286, mar., 1927.
- O IMPARCIAL, ano II, n. 402. jul., 1927.

O IMPARCIAL, ano III, n. 782, ago., 1928.

O IMPARCIAL, ano IV, n. 922, jan., 1929.

PACOTILHA, ano XXXIII, n. 139, jun., 1913.

PACOTILHA, ano XL, n. 18, jan., 1920.

PACOTILHA, ano XLI, n. 54, mar., 1921.

PACOTILHA, ano XLI, n. 56, mar., 1921.

PACOTILHA, ano XLI, n. 87, abr., 1921.

PACOTILHA, ano XLI, n. 165, jun., 1921.

PACOTILHA, ano XLL, n. 9, jan., 1923.

PACOTILHA, ano XLVII, n. 32, fev., 1928.

### **Decreto, Leis e Decretos**

MARANHÃO. Decreto n. 21 de 15 de abril de 1890. Dispõe sobre Reorganização do ensino público do Estado. *In*: CASTRO, Cesar Augusto (org.). **Decretos da Instrução do Maranhão República (1890-1935)** [recurso eletrônico]. São Luís: EDUFMA, 2023. 1 CD.

MARANHÃO. Decreto, n. 369 de 13 de novembro de 1920. Dispõe sobre Abertura do crédito para uma subvenção anual à Faculdade de Direito, ao Centro Caixeiral e ao Centro Artístico. *In*: CASTRO, Cesar Augusto (org.). **Decretos da Instrução do Maranhão República (1890-1935)** [recurso eletrônico]. São Luís: EDUFMA, 2023. 1 CD.

MARANHÃO. Decreto n. 1.130 – de 12 de fevereiro de 1927. Dispõe sobre Conceder subvenções ao Colégio Osorio, em Guimarães, e Escola Primária da Sagrada Família, com sede em Imperatriz. *In*: CASTRO, Cesar Augusto (org.). **Decretos da Instrução do Maranhão República (1890-1935)** [recurso eletrônico]. São Luís: EDUFMA, 2023. 1 CD.

## ANEXO A – Como organizar uma escola paroquial

1. Faça-se um cuidadoso arrolamento das crianças e jovens da igreja, na folha apropriada, provida pelo superintendente educacional da conferencia ou missão. Organize-se um grupo de obreiros da igreja, para visitar todo lar de crente, com o fim de reunir os filhos em nossas próprias escolas. Devote-se frequentemente a reunião de sabbado ao estudo da importância da educação christã.
2. Escreva-se ao superintendente educacional da conferencia ou missão, cujo nome apparece na pagina oito sob "DIRECTÓRIO EDUCACIONAL", e conte-lhe do desejo que tem de organizar um a escola parochial, pedindo-lhe que planeje junto. Um a escola parochial, bem succedida, requer cuidadoso estudo e inteira cooperação do Departamento de Educação da conferencia ou missão.
3. Providencie-se um lugar para a escola. A escola deve estar localizada em tal lugar, que seja facilmente alcançada pelas crianças. Deve ter amplo terreno para brinquedo, num ambiente onde se possa conservar o espirito da educação christã. O edificio deverá estar em conformidade, quanto a luz, tamanho, posição, etc, com os princípios determinados pelo Departamento de Educação. Certamente o superintendente terá prazer de fornecer informações acerca disto. A Conferencia Geral ; tomou a seguinte resolução: "Resolvemos : Que em matéria relativa á construcção e aparelhamento de escola parochial, nossos ministros e anciãos de igreja devem considerar cuidadosamente o assumpto, com o Departamento de Educação."
4. Prepare-se um orçamento financeiro das receitas e despesas. A despesa da escola parochial deve ser orçamentada juntamente com as demais despesas da igreja e cada membro da igreja deve ajudar a enfrentar a despesa. Promessas dos membros, pagas através do anno, além das mensalidades, haverão de assegurar a estabilidade financeira; e o thesoureiro da conferencia ou missão terá prazer de ajudar a fazer os cálculos.
5. Solicite-se do superintendente do campo a recommendação de um professor devidamente diplomado. Um graduado do curso normal do Collegio Adventista, pôde ser solicitado. Um graduado desse collegio, que tenha o diploma de professor, haverá de assegurar a igreja de que seu trabalho satisfaz a norma. Um professor diplomado indica que passou por certas provas exigidas pelo Departamento de Educação e que é recommendado como professor.
6. A commissão da igreja, que é também a commissão da escola, sob a direcção do pastor ou ancião da igreja, deve planejar cuidadosamente a abertura da escola e suas finanças, e deve estar em constante contacto com o Departamento de Educação Christã, enviando ao

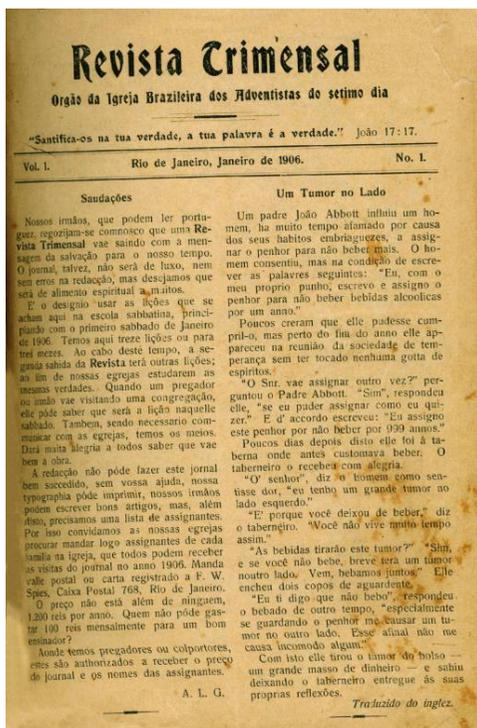
superintendente copias minuciosas das reuniões realizadas para tratar de assumptos de educação. Toda igreja se deve esforçar por ter cem por cento de suas crianças na escola parochial. Se houver na igreja crianças que já passaram além das classes apresentadas pela escola parochial , que sejam animadas a frequentar o Collegio Adventista. Os nomes desses jovens poderão ser enviados ao prof. George B. Taylor, Director do Collegio Adventista, Santo Amaro, São Paulo.

ALFREDO W. PETERSON.

Fonte: Revista Mensal, v. 25, n. 12, dez. 1930, p. 14.

## ANEXO B – Evolução da Revista Mensal

Revista trimensal (1906-1907)



Revista Mensal (1908-1939)



Revista Adventista (1931-2024)



**Saudações**

Nossas irmãs, que podem ler portagens, regozijem-se conosco que a **Revista Trimensal** vai saindo com a menagem da salvação para o nosso tempo. O jornal, talvez, não será de luxo, nem seremos na redação, mas desejamos que seja de alimento espiritual a muitos.

E o desejo usar as lições que se acham aqui na escola sabbatina, principado com o primeiro sabbado de Janeiro de 1906. Temos aqui treze lições ou para treze meses. Ao cabo deste tempo, a segunda sabbada da **Revista** terá outras lições; ao fim de nossas igrejas estudarem as mesmas verdades. Quando um pregador ou irmão vai visitando uma congregação, ele já sabe que será a lição naquela sabbada. Também, sendo necessário com os sábados com as igrejas, temos os meios. Dura muita alegria a todos saber que vai bem a obra.

A redação não pode fazer este jornal bem sucedido, sem vossa ajuda, nossa typographia pôde imprimir, nossos tempos podem escrever bons artigos, mas, além disso, precisamos uma lista de assignantes. Por isso convidamos as nossas igrejas procurar mandar logo assignantes de cada uma na igreja, que todos podem receber as vistas do jornal no anno 1906. Manda vale postal ou carta registado a F. W. Spier, Caixa Postal 768, Rio de Janeiro.

O preço não está além de ninguém, 1200 reis por anno. Quem não pôde gastar 100 reis mensalmente para um bom ensinado?

Amos temos pregadores ou colportores, estes são authorizados a receber o preço do jornal e os nomes das assignantes.

A. L. G.

**Um Tumor no Lado**

Um padre João Abbott influiu um homem, ha muito tempo aflorado por causa dos seus habitos embriagadores, a assignar o penhor para não beber mais. O homem consentiu, mas na condição de escrever as palavras seguintes: "Eu, com o meu proprio puñho, escrevo e assigno o penhor para não beber bebidas alcoholicas por um anno."

Poucos creiam que elle pafesse cumprir-o, mas perto do fim do anno elle appareceu na reunião da sociedade de temperança sem ter tocado nenhuma gotta de espiritos.

"O Srz vai assignar outro vez?" perguntou o Padre Abbott. "Sim", respondeu elle, "se eu puder assignar como eu quiser." E d' accordo escreveu: "Eu assigno este penhor por não beber por 930 annos."

Poucos dias depois disto elle foi á taberna onde antes costumava beber. O taberneiro o recebeu com alegria.

"O senhor", diz ao homem como sentasse ao, "eu tenho um grande tumor no lado esquerdo."

"E' porque você deixou de beber," diz assim.

"As bebidas tiraram este tumor?" "Sim, e se você não bebe, breve terá um tumor no outro lado. Ven, bebamos juntos." Elle encheu dois copos de aguardente.

"Eu ti digo que não bebo", respondeu o bebado de outro tempo, "especialmente se guardando o penhor que assignar um tumor no outro lado. Esse affaai não me causa incomodo algum."

Com isto elle tirou o tumor do bolso — um grande masso de dinheiro — e sahindo deitando o taberneiro entregue ás suas proprias reflexões.

Traduzido do inglez.

**A escola sabbatina**

Quantas vezes hemos cantado o bello hymno: "A escola sabbatina é a nossa delicia e se torna sempre mais", mas para que ella possa ser uma verdadeira delicia é necessario saber de que modo deve ser dirigida. Queremos hoje comparar duas escolas e por ellas provar segundo que modelo é dirigida a nossa.

Escola sabbatina Nr. 1. Já se haviam reunido alguns meninos e adultos, quando o relógio soou nove horas e um moço de agradável apparencia entrou, tomando o seu assento na frente. Elle consultou o relógio, mas vendo que ainda havia poucos presentes, demorou ainda a abertura da escola. Entretanto algumas boas irmãs conversavam num canto da sala sobre as suas vacas, sobre a quantidade de leite que davam, sobre o actual preço da mantega e outras coisas similhantes. Os meninos abandonados a si proprios deixavam-se escorregar nos bancos, brincando uns com os outros. Entrou então um joven irmão, tira do bolso seu livro de lições durante o estudo pareciam prazidas eram agora loquizes e não sabiam bastante novidades para contar.

Escola sabbatina Nr. 2. Faltaam ainda alguns minutos para nove horas, quando o superintendente da escola entrou na casa de oração e com devoção dirigiu os joelhos para a oração. A maior parte dos membros da escola já estavam sentados quietos em seus lugares. Os paes tinham os pequenos debaixo do seu cuidado, restando um silencio tão perfeito, que se poderia ouvir cair um alfinete. Ao soar o relógio levantou-se o superintendente e abriu a escola com um hymno que foi cantado pelos presentes compassadamente e com sentimento. A oração que se seguiu foi dita com clareza e unção, de sorte que todos os corações podiam acompanhá-la e sentir a sua benção. Um companheiro bem

**"Estou Perdido!"**  
Por N. PEDRO NILSEN  
Presidente da Divisão do-Americanos

"ESTOU perdido! Estou perdido! Estou perdido!" Que som terrivel hea este clamor de desespero de uma alma humana! A angustia é indescritivel. Ou que já ouvimos esse grito que corta o coração, mesmo delle ao lado de esquecer. Ouvir-se sempre a soar no ouvido. Podemos perder dinheiro, e firmos senhores; podemos perder nossa propriedade, e podemos que uma colheita não sobreviva; podemos acharnos perdidos em densa floresta, ou em campos sem fim, e não é horror; mas estar perdido, eternamente perdido, sem esperança de salvação, é o que se não pôde esquecer.

E, effectivamente, heivel estar perdido num vasto deserto, longe de qualquer habitação, enquanto os aborígenes raios da luz do dia se sobre a vastidão. Haem nos lembro do caso de dala índia que possuam perdidos varios dias nas grandiosas montanhas da California. Estavam sem agua. Tinha a fome, indolente. Quem que não podiam falar. Os pés recusavam a combiar. Depois de dias de marcha delataram-se em um lago de agua, esperando não se reger nunca mais. Haviam escripto sua ultima nota em trapos de papel, para suas esposas e queridos que aguardavam ansiosos sua volta. Que senão heivel não devem ter experimentado! Estavam perdidos. Desfaziam de abito. Era a morte a morte e não sahiam para onde ir. Naquelle noite chistavam. Com o tempo ja estavam a humidade das folhas, começando a humedecer os labios e a lingua. Reclamavam-se um pouco e sentiam-se a solidão, em busca de socorro. Mas nas maréas apartaram-se um da outra. Vagaram perdidos, enquanto a morte lhes olhava no rosto. Estava such qual sebio. Estavam perdidos, perdidos! Ninguem,

a não ser o que já passou por semelhante situação, e os que se lembram que heivel mesmo de nos aborígenes, e que dias de angustias e algumas soffrentes as esposas, qual buona, e dom a superior.

Ao redor de nós, por toda parte, homens estão perdidos no deserto de pecado. Muitos por falta de agua da vida. Não sabem onde está, não para onde vão. A menos que lhes ve nha auxílio, estão perdidos, perdidos eternamente. Então a atrocidade os aborígenes do tempo, pelo tribo que leva para a eternidade. Precisions de consolação. Precisions de socorro. Precisions de socorro.

Quando se atravessa uma grande deserto, uma coisa é absolutamente indispensavel—agua. Podemos dispor de outras coisas que em certas occasões julgariamos talvez muito necessarias. Podemos comer mesmo quando não temos pão de comer. Podemos passar sem sobremesa; mas não podemos sem agua. Sem ella não podemos viajar longe através dos grandes aborígenes. Temos grande necessidade de agua.

O mesmo se dá no aborígenes de grande deserto da vida; precisamos de agua viva. E ella existe para nós. Podemos estar perdidos; mas Jesus veio para "buscar e salvar o que se havia perdido". Basta simplesmente clamarmos a Elle em nome grande necessitado, e Elle nos salvará. Não precisamos correr após o salvador do pecado e dos mandatos preteritos, ou mesmo afilari no aquillo isto nome alio, deixando-nos a proter no deserto. Não, Christo morreu e a agua da vida e Elle está disposto a nos ajudar; pois não deseja que ninguém perca. Então, he, meu irmão, perdido, perdido em pecado a morte lhes olhava no rosto. Estava such qual sebio. Estavam perdidos, perdidos! Ninguem,

ANEXO C – Fotografias de Escolas Adventistas de ensino primário no Brasil (1920-1930)

Escola primária de Palmares (São Paulo)



Escola primária de Não-me-toque (Rio Grande do sul)



Escola primária de Alexandra (Paraná)

